

LUTA!

Por Deus, Terra e Liberdade, brasileiro, Luta!

N.º 13

Escreve o Bispo de Maura:

Como na Idade Média, ela (Igreja Romana) fracassou, porque quis ser a detentora da Verdade. Assim, nos nossos dias, ela fracassa, porque a ciência deu tantos passos à frente, progrediu tanto, que não é possível esconder à Humanidade seus erros passados, nem a Humanidade aceita dogmas, como esse que acaba de ser proclamado: A Assunção corpórea ao Céu de Maria.



um artigo oportuno do
ex-BISPO DE MAURA

atual — Bispo do Rio de Janeiro

— Nesta Revista —

Luta!

Diretor-Proprietário
DOM CARLOS DUARTE COSTA
Revista Mensal Ilustrada

ANO V — N. 13
JANEIRO
1951

REDAÇÃO
Rua da Constituição, 10 — sob.^o
Fone: 22-7368
RIO DE JANEIRO

Assinaturas

Capital Federal Cr\$ 40,00
Estados Cr\$ 50,00

Número Avulso

Capital Federal Cr\$ 4,00
Estados Cr\$ 5,00

Nota — A direção não se responsabiliza por artigos assinados.

CORRESPONDENTES

Estado de São Paulo

S. Paulo: Antônio Mellace Netto
Rua 7 de Abril, 264 - 8.º s. 1.820 - Fone:
2-5470.

Santos: Antônio Mellace Netto
Rua 15 de Novembro, 28-3.º - s. 17

Ribeirão Preto: Eugênio R. Bicas
Rua Visconde de Inhauma, 36

Azevedo Marques: Aristides Gameiro.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte:

Walson Gomes
Av. Afonso Pena, 596.

Alfenas:

Pedro José da Fonseca
Caixa Postal, 100

Rio Novo:

José Rodrigues Araujo

Simonésia: Raimundo dos Reis Filho.
S. Lourenço — Caxambú: Austrielino Brandão.

Ubá: Tte. Albano Antônio de Souza
Rua da Harmonia, s/n.

Coronel Pacheco

João Lucas de Miranda

São João Nepomuceno: Antônio Barroso.

Juiz de Fora: José Soares

Av. Garibaldi, 400

Divinópolis: João Vitela Fonseca

Praça do Rosário, 217

Varginha: José Dália

Caixa Postal, 163

Araguari: Julio Gomes

Rua Rui Barbosa, 143 - C. p. 143

Araguari Joaquim José Ribeiro.

Rua Wenceslau Braz, 445.

ESTADO DE GOIAZ

Goiânia: Agrício Braga

Caixa Postal, 45

ESTADO DA BAHIA

Salvador: Rubens Pinheiro

Rua Elias Nazaré, 10 e 12

ESTADO DE PERNAMBUCO

Recife: João Bezerra de Lima

ESTADO DA PARAÍBA

João Pessoa: Farel Fialho Viana

Caixa Postal, 35

Campina Grande: J. Leite Sobrinho

Rua 15 de Novembro, 76

ESTADO DE SERGIPE

Araçajú: Zózimo Ferreira de Almeida.

ESTADO DO CEARÁ

Fortaleza: Pe. Raimundo Simplicio de Almeida.

Rua D. Teresa Cristina, 227.

Joazeiro: Luiz França do Amaral

Rua Salgadinho, 2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cabo Frio: Farah Elias Farah

Rua Jonas Garcia

Rio Bonito: Oscar Nunes

Macaé: Alcebiades Vieira

Rua Eusébio de Queiroz, 7

Casimiro de Abreu: Odilon Lobo

ESTADO DE S. CATARINA

Lajes: Dom Antídio José Vargas

Caixa Postal, 93

Rio das Antas: Francisco Alves Cordeiro

Caçador: Alfrisio de Abreu Netto

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre:

Aly de Souza
Rua Conceição, 436 — Tel. 6947
Caixa Postal, 274.

Rio Grande: Walter S. da Costa

Caixa Postal, 170

Caxias do Sul: Adão Paulo Pinto

Rua Sinimbu, 1188.

Vacaria: José Júlio dos Santos

Caixa Postal, n. 4

A IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA

TEM POR LEMA:

Deus, Terra e Liberdade!

LUTA!

Por Deus, Terra e Liberdade. brasileiro. Luta!

BRASILEIROS: AVANÇEMOS

Escreve: † Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro

A LEC foi vergonhosamente derrotada. O povo brasileiro manifestou, publicamente, que não tem medo de excomuniões. Colocou os Cardiais, no lugar. Com a LEC foi derrotado, também, o governo Dutra, opressor de todas as liberdades constitucionais e traidor da nossa Pátria. Eu já o havia dito, quando, em 30 de Maio de 1949, assim me dirigia, ao Presidente da República: *Considerando que a Igreja Romana não é mais a Igreja da maioria dos brasileiros, como, falsamente, ela propala e que, nas urnas do próximo pleito eleitoral, o Governo de V. Ex. verificará qual das duas Igrejas tem mais prestígio, perante a opinião pública do país, si a Romana ou a Brasileira*, e eu lançava o meu protesto contra o crime cometido, pelo Presidente e seu comparsa, o hipócrita rezador Adroaldo Mesquita da Costa, intervindo em atos litúrgicos da Igreja Brasileira. O Presidente da República, para felicidade da Pátria está terminando o seu mandato; o Adroaldo Mesquita da Costa, na linguagem romana, já recebeu o castigo de Deus; o Delegado Dulcídio Gonçalves já prestou contas a Deus dêsse e de outros crimes cometidos; o Cardinal D. Jaime de Barros Câmara teve que sentar-se no banco dos réus e, como o de S. Paulo, está vendo que não vale nada, perante a opinião pública nacional. Enquanto isso, a Igreja Brasileira continua sua missão de libertação da Pátria, esclarecendo as consciências dos bons brasileiros.

O verdadeiro culpado da situação vergonhosa que chegou a LEC, foi Getúlio Vargas, que retirou a Igreja Romana da condição de igualdade de cultos da Constituição de 1891, para privilegiá-la, pela adesão do Cardinal D. Sebastião Leme, na revolução de 1930, concedendo-lhe vantagens materiais e subvenções, até que se tornou, no Governo Dutra, a Igreja do Estado, intervindo os Cardiais, abertamente, no Governo da República. Daí, a minha prisão, em 1944, com a proibição do DIP da circulação do "Mensagem de N. S. Menina", de minha propriedade. Que ganhou Getúlio com isso? A antipatia popular e a sua queda e, agora, na eleição, o seu nome guerreado pelos padres, chegando Monsenhor Benedito Marinho, em conversa com um motorista, a chamar Getúlio de "Salafrário". Os bons brasileiros, acatando a vontade popular, manifestada nas urnas, em 3 de Outubro, desejam que Getúlio

Vargas volte ao poder, redimido dos seus erros passados, pela meditação, em S. Borja, dos homens e das coisas, procurando dar à Pátria dias tranqui-

"VOZ DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS"
(Radio Continental - 17.30hs)

Meus filhos católicos:
votem conscientemente.
Os nossos candidatos são os
aprovados pela LIGA ELEITORAL
CATÓLICA.



O VATICANO FAZ SUA PROPAGANDA ELEITORAL PELO RADIO. INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DENTRO DA PATRIA!

los. A diretriz do seu governo quem a traça é a LEC, derrotada.

É essa derrota da LEC é a derrota do Cardinal D. Jaime de Barros Câmara, quando presidia, na Igreja de S. Ana, uma reunião na qual dava os

primeiros passos para que o catolicismo medieval se estabelecesse no Brasil. Estava tudo combinado e o candidato da Igreja Romana, certo de ser o futuro Presidente da República, já se manifestava como procedería com os protestantes, espíritas e etc. Seriam tidos e havidos como "comunistas". Para eles borracha, espancamentos, prisão e todos os crimes da Polícia, que passaria a ser a Polícia dos Tribunais da Inquisição, que seriam criados em todo o território nacional. O Presidente da República seria entronizado, como fôra Carlos Magno, e êle passaria a ser o Juiz Supremo, como já o é, na Venezuela, o Presidente da Junta Governamen-



De passagem por Salvador, na Baía, o Padre Dr. Diamantino Costa, Pároco de N. S. do Carmo de Recife, celebra, em 2 de Agosto de 1950, no Salão Nobre da Grande Loja Maçônica, presente o Venerável Manuel Cal Paiva

tal. Como no Sinodo de Roma, em 1080, Gregório VII distribuía corôas e dispunha dos bens privados, assim fariam, no Brasil, os Cardiais. Os Governadores dos Estados, que não observassem as ordens dos Cardiais, seriam excomungados e teriam que ir a Canossa, como foi Henrique IV. E tudo isso seria preparação, para que o Brasil pegasse em armas na defesa dos direitos da Igreja Romana, postergados pelos "comunistas", no mundo inteiro. Seriam revividos os tempos de Urbano II, iniciando as "cruzadas"; de Inocência III, levando ao apogeu o poder dos papas; de Bonifácio VIII, proclamando, abertamente, a primazia do poder espiritual sobre o poder temporal, colimado assim o ideal de uma autocracia universal. Os Cardiais teriam em suas mãos a espada espiritual, e o Presidente da República teria a espada temporal, sob a condição de utilizá-la sómente em benefício da Igreja Romana.

Magnífico o programa dos Cardiais: A força ficaria subordinada ao espírito; as preocupações materiais ao culto.

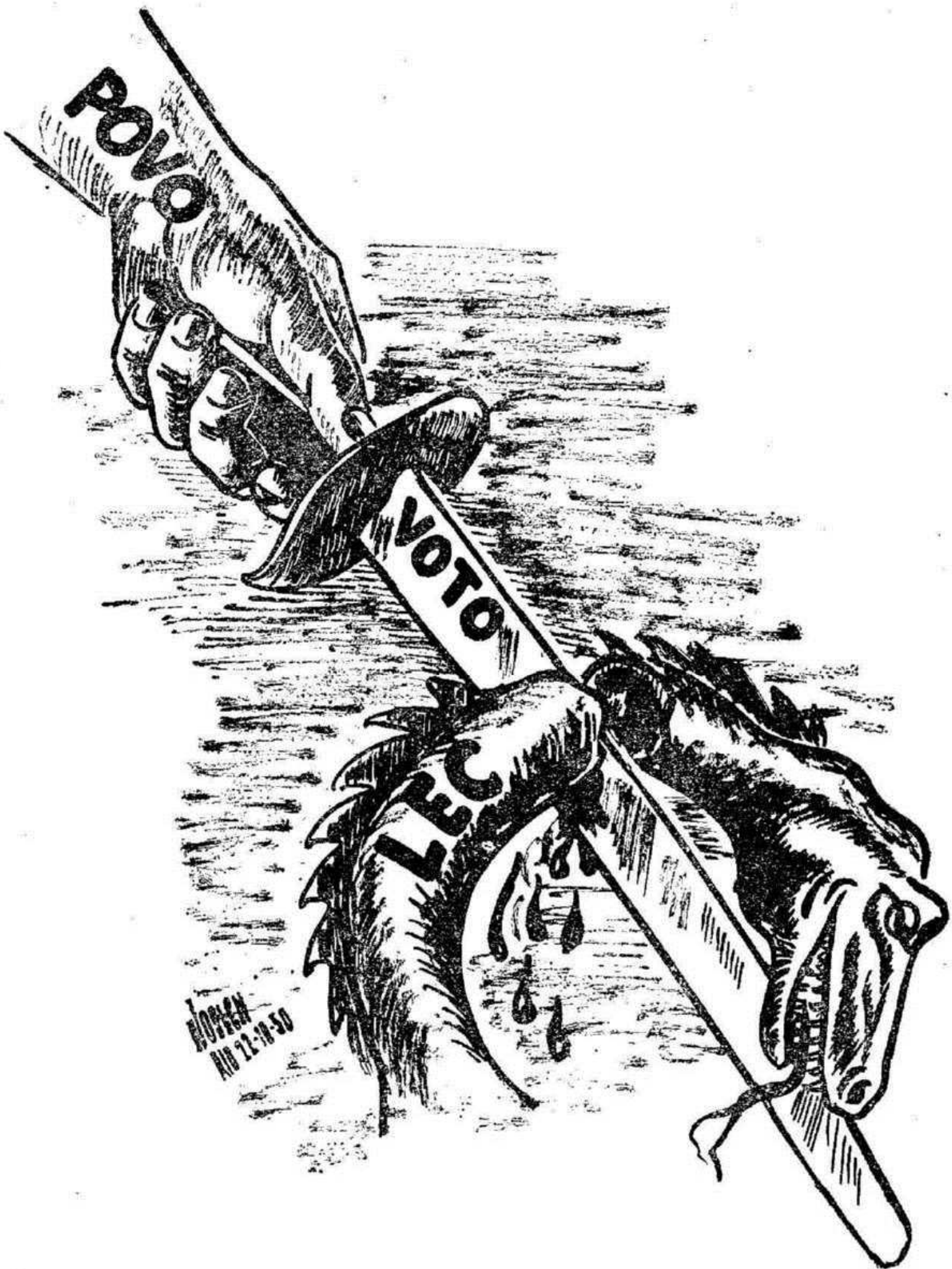
O plano gorou.

Como, na Idade Média, ela fracassou, porque quis ser a detentora da Verdade. Assim, nos nossos dias, ela fracassa, porque a Ciência deu tantos passos á frente, progrediu tanto, que não é possível esconder á Humanidade seus erros passados, nem a Humanidade aceita dogmas, como êsse que acaba de ser proclamado: O da Assunção corpórea ao Céu de Maria. Isso é um absurdo e uma afronta ao mundo civilizado. É a Humanidade vivendo os dias da Escolastica, inspirada no platonismo, posteriormente, assimilada a Aristoteles, por intermédio de Islam, político e católico, onde Alberto Magno e Tomaz de Aquino, sobre base paripatética, construíram a síntese do conjunto do saber humano, procurando dar uma explicação facional de toda e qualquer crença ou doutrina.

Assim a Idade Média colhia o fruto da disseminação das Igrejas Cristãs através do Império Romano, sofrendo suas influências e evoluindo debaixo de sua ação. Por isso mesmo o cristianismo já era um ecletismo, verdadeira amálgama de concepções heterogêneas, verdadeiro sistema reunindo em si diversos princípios. Temendo cair em contradições ou perder-se em subteis exegeses, o cristianismo retira de outros cultos tudo o que lhe parece viável, dentro das suas aspirações materialistas, e assim êle vai pondo em prática seu programa de mando no mundo inteiro, visando o domínio universal dos povos.

Presta-se a isso a moral pura, pregada pelo Cristo, com suas sentenças revolucionárias, que atraem as massas, dando-lhes esperanças de dias melhores. Paulo apresenta Jesús como verdadeiro Deus e subtrai o cristianismo do ambiente da Palestina, onde não tinha provir. A Igreja concede a seus adeptos procedentes do paganismo conservar suas tradições e celebrar suas cerimônias familiares. Numerosos santos substituem os antigos deuses do paganismo e a "Virgem Celeste", das religiões orientais, sobrevive na Virgem, mãe de Cristo. Ainda em nossos dias, o cristianismo celebra uma das mais brilhantes festas pagãs, consagrada ao Sol, no dia 25 de Dezembro, em que fixou, para justificar sua adoção, o nascimento de Jesús, antes, geralmente, comemorado, por alguns, em Abril, por outros no dia 6 de Janeiro. Em Alexandria recruta adeptos entre os intelectuais, principalmente, entre os admiradores de Filón. Os escritos deste grande pensador são incorporados ao cristianismo, sofrendo suas influências as epístolas de S. Paulo. Sem dúvida, a doutrina do Logos era completamente estranha ao cristianismo, na sua essência, e houve grupos de cristãos, como o grupo dos "Alogos", que não aceitaram essa doutrina. Outros, porém, viam nela a solução adequada aos inquietantes problemas da época. Mas, para êstes monoteístas, era impossível explicar a divindade de Cristo com a do Logos, detentor único e supremo da energia divina. Afirmou-se que o Logos e o Cristo eram idênticos. Esta é a tese do quarto evangelho, redigido em princípios do II século, na Ásia Menor, e mais tarde, sob a influência romana, melhorado.

Jesús é o Logos. Todos os raios espirituais irradiados por Deus no mundo, estão concentrados, temporariamente, no corpo de Cristo, convertido, por conseguinte, em detentor do poder divino. Jesús é Deus, devido a esta encarnação, esteve na terra,



Em 3 de Outubro de 1950, o povo, votando, concientemente, cortou a LEC... E assim ficou demonstrado que o prestígio do Vaticano não passa de conversa fiada... Ele tem seu prestígio, entre os ignorantes e aqueles que escravizam os povos, com a civilização cristã agonizante, pretendendo que o mundo seja para poucos, quando deve ser para todos.

iluminou com o seu esplendor, aqueles que se agruparam em redor de Cristo e creram n'ele. Por este facto, Deus os salvou e, neste mundo, participaram da perfeição, fazendo jus á glória celeste.

a Sra. dona IMPRENSA



O Vaticano promove guerras e revoluções, garantindo os governos que se apoiam na força, para estender, cada vez mais, o seu domínio temporal. É o Vaticano quem está oferecendo carne para canhão, alimentando a desordem, em todos os países do ocidente.

A encarnação do Logos, foi puramente temporal. Ao morrer, Jesús domina o universo, inspira homens piedosos, desperta as consciências, ilumina as assembléias de fiéis, manifesta-se pelos profetas ou agrupamento de homens. Ninguém mais poderá encarnar em si a divindade, mesmo quando essa divindade baixe na figura do Paráclito, para instaurar o reino de Deus e cumprir a missão atribuída ao Messias pelos primeiros cristãos.

Esta teologia era profunda e acabou impondo-se.

Houve um desdobramento de doutrinas novas. Numerosos profetas, seguindo o exemplo de Montan, julgavam-se inspirados por este Logos que, novamente, operava no mundo, recebendo d'ele a revelação de verdades desconhecidas. Outros, os gnósticos sustentavam, em seus transportes místicos, ter alcançado os céus, visto e contemplado o mesmo Deus.

Foi um movimento religioso de extraordinária intensidade. O interesse da unidade da Igreja, estava exigindo que se pusesse um dique a essas doutrinas, que se estavam propagando. A comunidade de Roma, cuja influência não tardou em destacar-se, triunfou no seu propósito com seu sentido prático, fazendo concessões oportunas. Em todas essas iniciativas, predominou a preocupação constante de estudar e resolver os problemas filosóficos. O cristianismo, entre os labregos da Galiléia, teve o seu início e, nessa altura, formula uma explicação e dá satisfação ás mais refinadas exigências da intellec-

tualidade. Pretende elevar a humanidade a um profundo saber e a uma cultura superior.

Este esforço grandioso encontrará, momentaneamente, sua expressão mais acabada em S. Agostinho. De nascimento pagão, discípulo dos filósofos neoplatônicos, partidário durante os anos da sua juventude da doutrina de Manes, depois de sua conversão conservou o melhor da doutrina, e estabeleceu uma poderosa síntese de saber da sua época.

A Igreja Romana acolhia adeptos em todos os meios. Era necessário uma forte organização que impusesse a todos uma direção única.

No princípio, os cristãos viviam em comunidades independentes. Não havia privilégios. Essas comunidades tinham sacerdotes (presbíteros, e bispos (episcopi), e por eles eram administradas as comunidades. Os bispos inspecionam as comunidades. No fim do primeiro século, cada comunidade tinha um único bispo, convertido em chefe absoluto da comunidade. Estes bispos conquistaram grande prestígio. Eram todos independentes. No terceiro século, alguns bispos romanos pretenderam assumir a chefia dos cristãos, sendo repelidos por S. Cipriano e mais tarde por S. Jerônimo.

No IV século, porém, o Império Romano estava dividido. No Oriente, as grandes metrópoles de Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria disputavam entre si a preeminência. Como Constantinopla era capital, seus bispos se proclamam "bispos universais". Pouco a pouco, porém, o bispo de Roma, a grande metrópole do Império do Ocidente, não tendo com quem dividir sua autoridade, como sucedia com o bispo de Constantinopla, impõe-se e viu a sua supremacia reconhecida, tendo como justificativa a lenda do episcopado de Pedro em Roma.

Só, porém, no século VIII, terminaram as lutas do reconhecimento mundial dessa supremacia.

Por outro lado, o cristianismo, depois de Constantino, converteu-se em religião oficial. Um século mais tarde o poder imperial é derrubado pela avalanche dos bárbaros. O Imperador desaparece e o Papa prossegue. Foi o herdeiro da veneração dos príncipes, reivindicando a si os poderes políticos. A religião rege as relações sociais e se coloca acima do poder civil.



Enquanto a LEC abana o seu candidato... Este certo da vitória, senta-se numa poltrona e diz: Eleito, porei em prática o plano imperialista do Vaticano. O povo precisa ser esmagado. Para os ricos tudo.



O Vaticano pretende devorar a Igreja Brasileira. Esta, porém, é ágil e confunde os seus inimigos...

O cristianismo desaparece, convertendo-se em catolicismo. Penetra a fundo as consciências e impera sobre os Reis e Imperadores. Ensina a moral e resolve os enigmas da ciência. Guia a humanidade ao progresso, assegura sua felicidade na terra e abre acesso aos céus. Vasto sonho que soube realizar, durante séculos, com uma admirável inteligência e surpreendente êxito!...

Ambição vã!...

A vitória do catolicismo romano foi temporária. No mundo hodierno, não há lugar para ele mais. Seu dogmatismo é imóvel e pretende estancar o desenvolvimento das ciências e das artes. Seu maior inimigo é o Concílio de Trento, terminado com a codificação do Direito Canônico, argumento de Dom Jaime de Barros Câmara, para derrubar a nossa Constituição, na questão das Irmandades. Tolo! Não. Faz-se de tolo! A Humanidade saiu da gaiola de ouro do Vaticano e ninguém mais a pega, na terra e no espaço. Todo o trabalho de Alberto Magno e Tomaz de Aquino, enfiado no aristotelismo, desaba diante de novos métodos filosóficos, que permitem estudo mais acurado sobre a natureza. Bacon formula regras ao método de observação; Galileu, sobre os princípios da experimentação; Descartes, sobre as leis da análise.

Estes pensadores dão início aos tempos modernos. Desde então, o espírito humano conquista novos domínios e acumula novas descobertas, sem que o Catolicismo Romano tome parte nestes esforços. A síntese tomista, admirável na sua época, mas superada em toda parte, instrumento inútil para as atuais investigações, continua sendo a lei da Igreja Romana, fazendo retroceder o pensamento católico a um passado, completamente, desaparecido. O grande movimento espiritual dos nossos dias, aquele que realiza o progresso da ciência, está sendo levado a cabo fora da Igreja Romana.

Não há dúvida que a Igreja Romana, debaixo de vários aspectos, conservou uma surpreendente ductilidade e a revela quando se depara diante de problemas completamente novos, sem as peias da tradição. Assim a Igreja Romana, temporariamente, pôde, diante das idéias sociais do último meio século, adaptar-se com muita habilidade, formulando um programa de realização de obras vivas e diversas. E isto demonstra que a Igreja Romana, si tivesse força para renovar-se e sacudir esse passado triste que pesa sobre ela, poderia elevar-se a um papel

Cont. na pág. 48

Justiça e Dignidade

DOMINGOS MAGARINOS

Não pretendo ensinar. Desejo, apenas, cumprir um sagrado dever, porque, assim como não temos o direito de ignorar as leis que regem o país, onde nascemos e vivemos, temos o dever de acatar e cumprir a letra e o espírito dessas leis, na defesa moral e material, cívica e patriótica desse país.

Em face das leis constitucionais que regem o Brasil, não podemos colocar, por exemplo, os interesses do Vaticano, acima dos interesses de nossa Pátria e, muito menos, considerar o bispo de Roma superior aos mandatários legais da Soberania Popular ou Nacional, os dignos representantes dos três poderes da República: legislativo, executivo e judiciário.

A lei não existe, exclusivamente, para perseguir o povo ou melhor, para escravizá-lo, em proveito de privilegiados xenocratas.

Nenhum cidadão e bem assim, nenhuma instituição nacional ou estrangeira (religiosa filosófica ou científica) pode eximir-se ao cumprimento ou mesmo criar embaraços à execução integral ou fiel de qualquer lei do nosso Pacto Fundamental, da nossa Carta Magna, da nossa Constituição, em vigor.

Isto é básico. Primordial. Absolutamente moral, lógico e jurídico.

Desde que o Tribunal Eleitoral, juridicamente fundamentado na lei sancionada, reconheceu o direito ao candidato à representação nacional, ninguém poderia contestá-lo, como fez a LEC que, além de não passar de uma simples facção política, rigorosamente, não pode desfrutar as mesmas regalias outorgadas aos demais partidos políticos, nacionais, porque, constitui, de fato, um flagrante atentado à Soberania Nacional. A LEC é uma instituição estrangeira que desrespeita a nossa Constituição, a serviço do Vaticano. Não pode funcionar em território brasileiro.

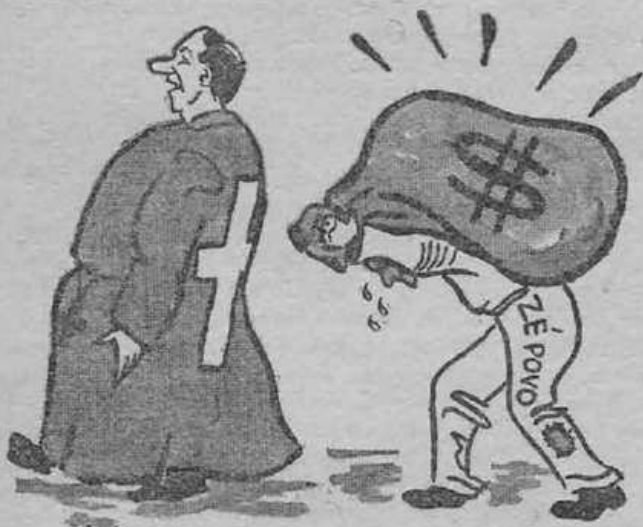
A sua atitude, condenando, *amaldiçoando*, *excomungando* o dr. Café Filho e outros candidatos à representação nacional, atitude "inspirada, como foi dito, no critério do Cardinal d. Jayme Câmara e abroquelada no prestígio do referido representante do Clero Romano", se não foi insultuosa, foi, pelo menos, ridícula, irrisória, quixotêsca, porque, deriva do leviano e falso conceito que fazem da mentalidade do povo brasileiro. "sugestionado ou despersonalizado pelo terrôr do Diabo e do Inferno", as penas eternas, insidiosamente cristalizadas, na mente das crianças brasileiras, desde os Cursos Primários, mantidos pelo Governo, em todo o território nacional.

A Lei do Ensino Público, os respectivos Regulamentos e Programas (é fácil verificar) são, criminosamente deturpados ou sofismados.

O Ensino Público, no Brasil, é leigo, determina a Constituição vigente, a despeito de todos os sofismas e mistificações. O Brasil não tem religião de Estado, religião oficial, mas, apesar desta incontestável realidade, é obrigatório o ensino da religião católica, apostólica, romana, nas suas escolas públicas ou, por outras palavras nos estabelecimentos de ensino, mantidos pelo Governo Brasileiro.

O *catolicismo romano* é embutido, na memória infantil, e, se o aluno faz qualquer objeção, é ameaçado de que o Diabo o levará para o Inferno, se deixar de cumprir ou satisfazer os dogmas transmitidos. Os efeitos desta prática ninguém desconhece.

O dr. Getúlio Vargas, dizem os jornais, atribue a sua significativa e extraordinária votação que adversários contestam e explicam a seu modo, à dolorosa crise econômica que aniquila o Brasil e os brasileiros.



O povo é o eterno burro de carga do Vaticano. O Padre pançudo tem preguiça até de carregar o dinheiro. É o povo, de quem o Padre retirou o último centavo, quem põe nas costas essa carga, para o Padre trocar com notas novíssimas, e o Banco do Brasil encaminhar para os tesouros do Vaticano!... Existem dentro do Banco do Brasil, funcionários graduados que se prestam a isso!...

Peço vênica para discordar, *in totum*, da opinião emprestada ao "candidato do povo".

O que levou a maioria dos brasileiros a votar no dr. Getúlio Vargas e, sobretudo, no dr. Café Filho, não foi a crise que esmaga o país, foi o desrespeito, o insulto, a bofetada da LEC. Uma bofetada só é paga com outra bofetada, e foi, precisamente, o que o povo brasileiro fez, com absoluta justiça e absoluta dignidade. Não houve traição dos *profissionais da política*, como insinuaram.

O nosso povo, graças a Deus, libertando-se, pouco a pouco, da psicose que os *inacianos* conseguiram arraigar, na sua mente, desde 1500, começa a raciocinar e a manifestar a sua vontade, faculdades congênicas, *pedagogicamente* atrofiadas ou anuladas pelos nossos "primeiros mestres", na diabólica e infernal intenção de evitar, impedir a personalização do povo e, pelo menos, retardar a Independência do Brasil, cujos tesouros naturais, sempre, pretenderam transferir para os cofres do Vaticano. O Brasil fôra doado, por Alexandre VI, a Portugal, com esta inquisitorial condição.

Façamos justiça ao nobre feito do povo brasileiro, índice, certamente, de uma Nova Era, porque, a Igreja Romana, desta vez perdeu.

Sim; reconhecamos a vitória cívica e patriótica do nosso povo, o triunfo glorioso da sua *revolução pacífica*, realizada graças às armas legais que a Constituição lhe facultou, o voto. O despeito cega os vencidos que não se conformam com a derrota.

Reflitam o dr. Getúlio Vargas e o dr. Café Filho, nesta verdade incontestável, porque, assistelhes a obrigação, o dever imperioso de corresponder à heróica façanha do povo, assegurando-lhe, de hoje em diante, os direitos que a Constituição lhe outorga e, sempre outorgou. O Brasil é dos brasileiros.

Lembrem-se o dr. Getúlio Vargas e o dr. Café Filho que nenhum dos problemas internos do país, fô, devida e integralmente solucionado.

Transformaram os vencimentos em capital, para "favorecer" o impôsto de rendas, cobram-nos tributos, mas, continuamos sem casa, água, meios de comunicação e transporte, medicamentos e gêneros alimentícios, policiamento, fiscalização e outras garantias ou prerogativas indispensáveis ao bem público e, quiçá, a própria vida. A própria higiene, o próprio asseio, da cidade, são descuidados.

E, porque? Qual o motivo, a evidente origem dessa vexatória e criminosa situação social-econômica?



Dr. Domingos Magarinos e Exma. esposa, no Saco de S. Francisco, em Niterói, no dia de descanso do Bispo de Maura.

Cont. na pág. 47

ISAAC GARSON

ADVOGADO

Rua 1.º de Março, 35 — 1.º andar — Sala 6
das 12 às 18 horas

Tel. 23-3981

Rio de Janeiro

O PAPA NEGRO

Escreve: ERNESTO MEZZABOTTA

PRIMEIRA PARTE

O Rei Cavaleiro

Quid Foemina Possit

CAPITULO X

(Continuação)

Já dissemos que o rei Francisco I entrara no gabinete onde Diana o esperava, com um ar carregado que resistiu a todas as carícias, a todos os sedutores sorrisos da bela condessa.

Diana sabia perfeitamente, pela prevenção do jesuita, o que era que assim anuviava a fisionomia do rei; como mulher prudente que era, não o interrogou e esperou que Francisco dissesse tudo cedendo á irresistível necessidade, que é a pedra de toque das almas fracas.

— Meu belo senhor, demoraste-vos muito. Estes fastidiosos negócios de Estado são os meus piores inimigos porque me absorvem o meu rei, o meu amante, e restituem-me triste e mal humorado.

Francisco tomou uma atitude apaixonada.

— Ah, Diana, — disse elle com um suspiro — como sois ditosa, vós, que reinais só pela graça e pela beleza! Vós, não tendes receio de serdes traída; não tendes cortesãos, que vos enganem, nem falsos amigos, que cometam infâmias em vosso nome.

— Mas parece-me que Vossa Majestade está exactamente no mesmo caso — disse tranquilamente a condessa. — Quem se atreveria a traír o melhor e mais poderoso príncipe do mundo, sem tremer de remorso e medo, sem se horrorizar de si mesmo?

— O vosso afeto, Diana, perturba-vos a razão — disse o soberano, que aceitava como boa moeda todos aqueles dizeres. — E contudo, eu tive hoje um grande desgosto, porque me convenci de que alguém, em cuja afeição eu tinha motivos e direito para confiar, traiu a minha vontade e procurou prejudicar-me e desonrar-me.

Diana fez um gesto de espanto.

— Jesus!... e existem na vossa côrte monstros desses? Dizei-me sem demora de quem se trata, para eu ter tempo e cuidado de me acautelar.

O rei teve um sorriso cheio de amargura.

— E quem havia de ser o ingrato, senão aquele que tem recebido a maior soma de benefícios? Quem trairia o amigo, senão aquele que tudo deve á minha amizade? Quem, numa palavra, se tornaria prejudicial e funesto a Francisco de França, senão o duque de Montmorency?

Havia já meia hora que a condessa de Brezé esperava ouvir pronunciar o nome do condestável, mas a sua fisionomia exprimiu uma surpresa tão cândida, que qualquer homem menos crédulo do que o rei cavaleiro se deixaria enganar.

— Sim, Diana, — prosseguiu Francisco, em tom de profundo desgosto — sim: o duque de Montmorency traiu a minha confiança; serviu-se da autoridade que nêle deleguei para praticar uma injustiça, e foi a causa de que ao céu subissem as súplicas de oprimidos que amaldiçoavam o meu nome! Felizmente avisado a tempo, e isto ha-de acabar antes de chegar a ter consequências muito funestas.

— Oh, contai-me, contai-me tudo! — disse a formosa mulher com um sorriso cheio de encantos. — sabcis quanto eu gosto de ouvir essas histórias horríveis. Ora dizei-me, então, o que fez o vosso condestável?

O rei sorriu-se: estava saboreando antecipadamente o prazer da narração romanesca, que ia fazer-lhe.

— Ora imaginaí, Diana, — disse o rei — imaginaí que esse pobre Montmorency casou há vinte anos com uma dama da primeira nobreza, Gilberta de l'Ile-Adam. A esposa de Montmorency era bela como uma deusa, mas soberba como uma rainha. Desposando um Montmorency, ella pensara apenas em fazer um casamento razoável, porque na opinião dela julgava-se digna de sentar ao lado do rei, no trono ornado de flores de lis.

— Quando eu era criança, conheci essa dama, — disse a condessa — e correspondia exactamente ao retrato que dela me fazeis. E depois?

— Depois, aconteceu o que acontece sempre, quando o marido tem muitos anos e a mulher poucos!... A duquesa teve traças de contar as suas penas e pesares a um jovem e belo cavaleiro, o conde Virgínio de Poix, um feudatário que, pela sua nobreza e pelo número de castelos que possuía, podia dizer-se que pouco inferior era a Montmorency. Aquilo durou assim muitos anos; afinal, por denfincia de uma criada, o condestável soube tudo, e apoderou-se d'ele um furor indizível. Devo também dizer-vos, Diana, que essa criada, que traiu a ama, caiu mais tarde nas mãos dos meus juizes, como implicada num processo de bruxaria e tão bem a recomendei, que a queimaram viva. Provavelmente ella não tinha nada de bruxa, mas não me desagradava que ella pagasse a abominável culpa que cometeu, vendendo o segredo de sua ama.

— Ah, senhor, tanta indulgência com gente que afinal vivia no adultério!

— Minha bela Diana, si eu não fosse indulgente para as culpas do amor, como poderia esperar piedade?...

Diana sorriu e estendeu a mão ao rei, que nella depôs um apaixonado beijo, prosseguindo depois na sua narrativa.

— Montmorency surpreendeu o seu rival nos aposentos da duquesa: nenhuma dúvida lhe restava sobre a culpabilidade dos dois. A duquesa, ao ver-se surpreendida, caiu fulminada pelo terror; a doença, que havia já muito tempo minava o coração de Gilberta, agravara-se com as inquietações dos últimos anos, e a irrupção do marido nos aposentos onde ella se encontrava com o amante vibrara-lhe o golpe mortal. Duas semanas depois a duquesa era sepultada com pompa verdadeiramente real na capela de Damville. Quanto ao conde Poix, foi prêsso pelo marido ultrajado, que desde então o tem num cárcere, e que o trata, segundo me dizem, com uma barbaridade inaudita.

— Mas como pôde o senhor de Montmorency?...

— Oh, elle veio ter comigo e contou-me que tinha surpreendido o conde Virgínio com a esposa. Tinha o pleno direito de matar os dois; mas disse-me que tinha perdoado á esposa, e quanto a Poix pediu-me que lhe consentisse tê-lo prêsso em seu palácio. Eu, suspeitando que aquilo não fosse senão um meio para prolongar e tornar mais atroz o suplicio do conde, declarei ao condestável que tomaria eu conta daquela offensa, e que entretanto o senho de Poix ficaria prêsso no meu castelo da Bastilha. Afinal, vencido pelas súplicas de Montmorency, concedi-lhe o que elle pedia; mas primei-

ro fiz-lhe jurar sobre uma imagem sagrada que elle não atentaria contra a vida do prêsô. O duque prometeu-mo, e há cinco annos que o conde Virgínio arrasta uma existência desgraçada na prisão do palácio.

— Parece-me, — disse Diana, lembrando-se das recommendações do jesuita — parece-me que em tudo isso o senhor de Montmorency não fez senão usar com brandura dos direitos que cabiam a um marido ultrajado. Portanto, Vossa Magestade, como é seu costume, encontrou modo de harmonizar as razões da justiça com as da clemência, que tão cara é ao coração.

— Até agora também eu pensava assim, condessa, e o meu procedimento dava-me o prazer de ter cometido uma boa ação. Mas nós os homens, quer sejamos reis quer cidadãos de nenhuma importância, estamos sujeitos a enganar-nos tremendamente, e felizes somos, ainda assim, quando alguém tem a generosidade de nos prevenir a tempo do engano. Parece que Montmorency descobriu meio de centuplicar a sua vingança, e que eu involuntariamente me tornei cúmplice de um horrendo delicto, e que o conde jaz numa prisão com vezes mais medonha do que os cárceres reais... Si isto é verdade, o cruél condestável perdeu o direito de vingar-se, e é meu dever sagrado restituir a liberdade a vítima.

— E quem o diz? — exclamou a condessa de Brezé, erguendo-se impetuosamente — quem disse isso?

— Quem? As pessoas que há pouco vieram apresentar-me as suas súplicas; o marquês de Beaumanoir e o conde de Poix, filho do prêsô. A ambos prometi que a minha justiça saberia ser superior á vingança particular de um meu súbdito, e que o conde de Poix seria transferido por minha ordem da casa do condestável para algum dos nossos castellos.

— Pediram-vos isso, meu belo senhor, e vós o prometeste? E não ordenastes que os insolentes que pediam ao rei que assim ultrajasse o primeiro dos seus fidalgos fossem metidos na Bastilha?

— Meter na Bastilha um rapaz que veio solicitar do seu rei o perdão do pai! Vós não pensais na gravidade do que dizeis, minha querida Diana; isso causaria horror a todo o meu povo.

— Ora, mas quem vos fala do filho?... Esse é um pobre rapaz com o espirito perturbado pela desgraça que o feriu, e deve ter-se compaixão dele. Mas o outro, o Beaumanoir que se atreve a censurar um ato da justiça de Vossa Magestade... que ousa pedir-vos, a vós, Francisco de França, que falteis á palavra dada a um Montmorency...

— Montmorency faltou á d'ele — observou o monarca, um pouco desconcertado.

— Em quê? Qual é o seu crime? Prometeu conservar vivo o conde de Poix; e o conde vive, os amigos d'ele acabam de vô-lo afirmar. Porventura tinha elle prometido tê-lo num dourado cativeiro, como si fosse um rei que elle tivesse prêsô?

— Sem contar — interrompeu Francisco, com um pouco de margura — sem contar que aos reis nem sempre se proporciona esse dourado cativeiro, como dizeis... e para prova veja-se o que fez Carlos V, quando me tinha prêsô, que até me fazia passar privações, chegando até a faltar-me a roupa branca.

Diana mordeu os lábios, porque viu que tinha cometido uma inconveniência.

— Pois, bem, senhor, — disse a condessa com veemência, tentando fazer esquecer a leviandade cometida — pois bem, o que fez o duque de Montmorency?... Castiga com uma benignidade que revela a sua índole magnânima, a mais grave das culpas, o adultério. Um homem ousou macular o tálamo do primeiro barão cristão; quem, poderia livrar esse homem da vingança do marido?... Lembrai-vos, senhor, de que afinal, nestes

casos, o poder real está desarmado; lembrai-vos do rei de Espanha, que tinha amores com uma súbdita sua... A lealdade e a fidelidade do marido ofendido fizeram com que este respeitasse a vida inviolável do rei, mas a cúmplice foi degolada pelo marido atraído, sem que o rei ousasse interpor-se para salvar a sua querida da vingança do marido.

— Morte da minha vida!... — exclamou, o rei. — Si tal se desse com uma dama que conheço, eu teria feito — o contrário do que fez esse poltrão do rei de Espanha, e o corpo do senhor de Brezé seria pendurado na mais alta fôrça de Montfaucon, embora elle tivesse a interceder por elle junto de mim a Virgem Santíssima em pessoa!

— Pois teríeis feito muito mal, senhor... observou Diana, baixando os olhos. — Ah!... Conquanto a minha doce falta fosse desculpável, eu espiei-a com muitas orações e com muitas lágrimas, e apesar disso, si o conde meu marido, descobrindo a minha falta, tivesse entendido que devia castigar-me, como fez aquele marido espanhol, eu havia-de reconhecer a justiça da minha sorte, e morreria suplicando ao rei que não tocasse sequer num cabelo de meu marido.

E a condessa enxugou os olhos, em que realmente havia lágrimas. Na verdade, uma mulher não serveria para ocupar o lugar de favorita, si não tivesse disponíveis sempre as lágrimas necessárias.

— Ah! senhor! — prosseguiu ella em tom dramático — considerai que vós, como rei e chefe da casa de França, sois por natureza o defensor da santidade do matrimónio!... Que a vossa mão nunca intervenha para proteger um adultério! Que a pena aplicada a tal crime não seja diminuída, para que se não diga que o vício e a luxuria encontraram abrigo á sombra do trono!

A condessa estava realmente bela naquella avesso de moralidade. Aquella mulher que soubera aliar uma depravação monstruosa a tamanha hipocrisia; aquella Messalina, que sem vilumbre de amor, e unicamente por cálculo e por uma ambição insaciável, se preparava para manter a rivalidade entre pai e filho, como amantes dela, tinha um aspecto tão beatificamente seráfico ao falar assim dos direitos da virtude, que abalaria quem quer que fosse, ainda mesmo um coração menos impressionável que o do rei cavaleiro.

Como succede com todos os grandes libertinos, Francisco I gostava de pecar com as belas devotas; parecia-lhe coisa muito apeteçível e agradável fazer aceitar o pecaminoso culto do Demónio a uma mulherzinha, que parecia tôda possuída do Espirito de Deus. Por isso saboreava como um precioso néctar aquelles preceitos da deliciosa moralista, e maior era o prazer ao pensar que num dado momento todos elles se dissipariam.

Mas Diana estava ainda longe de ter vencido a causa.

— Minha querida, — disse o príncipe — no entusiasmo da defesa esquecesteis uma coisa...

— Oh! meu Deus! e vem a ser...

— Que dei a minha palavra a Beaumanoir e ao visconde de Poix, e que palavra de rei não volta atrás...

— Então não fizestes vós uma outra promessa, também real, ao senhor de Montmorency? e que razão há para que essa promessa, com certeza anterior á que agora fizestes, fique sem cumprimento, senhor?

Francisco ficou pensativo, e levantou-se cantarelhando, como costumava fazer quando alguma coisa o preocupava e, dirigindo-se para a janela, pôs-se a tamborilar com os dedos nos vidros.

Naquella entremettes, e no brevíssimo intervalo em que Francisco, voltando as costas a Diana, não podia



Até que enfim, espero, minha Diana, que poderemos conversar com alguma liberdade...

ver o que se passava ao pé do divã, a condessa ouviu um ruído quase imperceptível.

Olhou, e viu cair-lhe aos pés um papelinho enrolado com o máximo cuidado.

Apanhou-o rapidamente, sem que o rei visse, e desenrolando-o leu o seguinte:

B... — Huguenote

Um sorriso de triunfo iluminou a fisionomia da condessa. Aquelas poucas letras continham a arma que devia dar-lhe a vitória; agora já sabia que caminho devia seguir.

— Demais, condessa, — disse o rei, voltando para ao pé da favorita — parece-me que Montmorency não pode queixar-se da minha lealdade para com êle. Deixei-o torturar o seu inimigo á sua vontade durante cinco anos, e já é tempo de acabar com o escândalo... Tanto mais que si o meu procedimento desagradar a Montmorency, que é um dos meus cortesãos mais leais, há-de dar prazer a um outro fidalgo, que não me é menos dedicado e, além disso, meu companheiro de armas, que é o marquês de Beaumanoir.

Diana ergueu os olhos para Francisco, olhando-o em face. Depois, rompeu numa risada tão franca, tão irresistível, que o rei ficou um pouco perturbado, parecendo-lhe não ter dado motivo para tanta alegria.

— O que é isso, Diana?... — disse êle um pouco sério — Quereis com isso dizer-me que faço mal em falar dos negócios mais graves do meu reino a uma doudinha, como é a minha encantadora amiga?

— Não... oh! não... Mas que quereis?... ao ouvir-vos dizer que Beaumanoir era vosso amigo dedicado... ah! ah!... não pude conter-me! Perdoai-me!...

Francisco ia-se tornando cada vez mais sombrio.

— Senhora, — disse o rei num tom de voz sacidido e brusco — peço-vos que vos abstenhais de fazer comentários desagradáveis a respeito de um homem que eu amo e respeito, e que é um dos primeiros fidalgos da França.

A condessa pôs-se imediatamente séria.

— E eu, meu belo senhor, — disse ela com gravidade — afirmo que o rei cristianíssimo não pode ter por amigo fiel e dedicado... um huguenote.

Francisco estremeceu.

Aquêles rei, estranho misto de corrupção e misticismo tinha um horror especial aos herejes. Francisco entregava-se desgraçadamente aos prazeres, correndo sem escrúpulo as mais estranhas aventuras pelos bairros mais populoso de Paris, sem lhe importar si a mulher que se entregava ás suas carícias era uma boa burguesa, ou uma mulher do povo, ou mesmo uma "fite de joie" da mais baixa estofa; mas morreria de horror e de medo si soubesse que tinha tocado numa hereje, e feria, sem hesitar um momento, mandado lançar á fogueira a mais bela das suas amantes, si suspeitasse que ela estava ligeiramente inquinada das heréticas doutrinas de Lutero e de Calvino.

Assim, para êle o adultério mais imprudente era coisa de pouca monta, checando até a mandar prender ou desterrar os maridos que o incomodavam, mas a idéia de usar da mais ligeira piedade para com os desgraçados que sofriam a tortura porque tinham opiniões contrárias ás do seu confessor, isso era coisa que o enfurecia extraordinariamente.

E eis que dos rosados lábios da condessa de Brezé saía contra Beaumanoir a mais terrível e perigosa acusação daquêles tempos de fanatismo — a acusação de heresia!... a única contra a qual não era garantida nem a nobreza de nascimento, nem a autoridade da posição ou das armas, nem o valor militar. Aquêles que fosse acusado de heresia, devia esperar que, mais cedo ou mais tarde, seria julgado como hereje. A inquisição, que do país dos Albigenses e da sua sede primitiva de Tolosa se alargara por toda a França, não largava a presa que uma vez mirava; e mesmo os príncipes de sangue, como Condé, si escapavam aos esbirros do santo tribunal, era já não tanto pelo privilégio do nascimento, mas sim porque, formidavelmente armados e fortificados como estavam, eram um osso muito duro de roer para as milícias da fé.

E foi precisamente essa perseguição cega, obstinada, que não fazia distinção de classes sociais nem de importância pessoal, que obrigou os gentis-homens e cidadãos calvinistas a pegarem em armas para defenderem a liberdade da sua fé, e que lançou o belo reino de França nos tumultos sangrentos, que durante um século fizeram dêle o país mais desventurado da terra.

Portanto, para Francisco I não podia ser uma coisa indiferente a acusação de heresia, que assim feria Beaumanoir. O que tornava terrível aquela acusação era precisamente a circunstância de bastar o ser ella feita sem provas, por simples suspeita ou capricho para perder um homem.

— Hereje! Diana... Beaumanoir um hereje!... — disse o rei com voz mal firme — Tendes a certeza disso, condessa?...

— Si tenho a certeza!... Pois não é êle que, conjuntamente com o seu amigo de Condé, preside ás reuniões dos Huguenotes nos arredores de Paris?... Não proibiu êle aos dominicanos mandados pelo Padre Santo que pregassem nas terras dos seus domínios, e que recebessem dos vassallos a esmola das indulgências?...

Êstes fatos eram pura invenção da condessa; mas aquella nova, filiada na congregação de Loiola sabia per-

feitamente que, segundo a máxima do seu padroeiro, sempre é bom caluniar, porque da calúnia sempre fica alguma coisa.

— Então é verdade?... exclamou o soberano, cheio de exaltação. — Todos me traem, todos procuram salvar aquêles que eu desejo perder. Ah, Beaumanoir!... tu pensas em tirar os outros do cárcere, e não pensas no golpe mortal que te ameaça a ti!...

Trasmin bateu timidamente á porta, e perguntou ao rei si lhe aprazia receber naquela ocasião o grande condestável de Montmorency.

— Aqui!... O condestável!... — disse o rei, agitado — Mas si êle vos vê aqui, condessa, é capaz de supor...

— As coisas mais inverossímeis — respondeu a dama, com absoluto sangue frio, — Pois bem, Francisco, segundo a minha opinião, é necessário que o recebais... Pode dar-vos algum esclarecimento importante.

— Faça-se como dizeis, Diana. Transmin, faze entrar imediatamente o duque de Montmorency.

Um momento depois, a figura elevada e austera do velho soldado apresentou-se no limiar. O duque curvou-se profundamente diante do rei, e beijou com galanteria a mão de Diana, sem mostrar a mínima surpresa por a encontrar naquele lugar. Em seguida, usando do privilégio da idade e da posição que tinha, assentou-se tranquilamente.

CAPÍTULO XI

Aliança de Malvados

Com que então, nosso fiél amigo, — disse Francisco — as notícias que nos trazeis são de tal gravidade e importância, que não admitem demoras!...

— Si vos dissessem que havia fogo no Louvre, acharíeis vós que a notícia era grave e digna de pensar nela?...

— Pelo ventre do papa!... decerto que sim. Mas, que eu saiba, no Louvre não há fogo senão nas minhas cozinhas, e o palácio não corre risco de incêndio.

— O palácio não, mas quem lá vive decerto. Senhor, na côrte conspiraram para vos roubar a corôa.

— A mim!... — gritou o monarca, soltando uma gargalhada demasiado ruidosa para que fosse natural. — E quem terá a ousadia de tocar nessa corôa, quando ela está guardada pela minha espada?...

— Quem?... Primeiro, o vosso primo de Condé e o vosso primo de Bourbon; e depois os Huguenotes.

— Os Huguenotes!... — exclamou o rei, na realidade mais impressionado do que queria mostrar. — E parece-vos que êles terão o atrevimento e a ousadia...

Montmorency encolheu os ombros numa tal manifestação de falta de respeito, que só a êle se podia perdoar, em vista da sua conhecida rudeza!...

— Essa é curiosa, senhor, verdadeiramente curiosa!... — exclamou o condestável com a grosseira liberdade que adquirira na vida dos quartéis. — Vós sois o rei cristianíssimo, vós queimais os Huguenotes, ou pelo menos os mandais prender e pôr a tratos, consentindo que os vossos soldados se divirtam com as mulheres dêles; vós sois para êles o suplício e a perseguição, e quereis que êles vos estimem! Vós tratais de dar cabo dêles; êles tratam de dar cabo de vós. Não há razão para queixas da parte de um nem dos outros, co'os diabos!...

— Queríeis então — disse o rei, tornando-se pensativo — queríeis que eu deixasse a heresia espalhar-se nos meus reinos, e fazer desaparecer não só a fé na Igreja, mas a obediência que é devida ao rei?... Ousaríeis vós, em tais circunstâncias, aconselhar-me indulgência?...

— Eu não pretendo nado; sou soldado, e como tal tenho uma espada para combater, não tenho conselhos para dar. Quereis exterminar os Huguenotes?... dai-me uma ordem, e eu farei nêles tal matança como nunca se viu. Quereis deixá-los fazer o que quiserem? Não tenho nada que ver com isso; há tantos anos que obedeço, que não estou resolvido a mudar de costumes, agora que estou velho.

Esta altiva franqueza de Montmorency não era senão um cálculo ainda mais hipócrita e astuto do que os outros. O condestável bem sabia que aquêles seus modos de rude franqueza tinham grande influência no ânimo de Francisco I. o qual, versátil e leviano como era, não tinha a penetração de inteligência necessária para conhecer o profunda hipócrita, disfarçado sob aquêles ares de soldado leal e franco.

— Mas talvez tu fosses enganado por falsos informes — observou o rei de França, quase com timidez. — Uma conspiração dessas não se descobre assim, de repente; há sempre indícios preliminares, sublevações parciais...

— Está bem... êle não se convencerá senão a tiro de peça!... — murmurou o condestável com voz bastante alta para que o rei o ouvisse.

Depois, dirigindo-se diretamente ao rei:

— Então si pensais dêsse modo, que dizeis da reunião dos excomungados, que ontem á noite se efetuou nas cavernas de Montmartre, e a que presidiram o príncipe de Condé, o marquês de Beaumanoir, e um personagem alto, mascarado e todo de preto, a quem os dois á compita manifestaram os seus respeitos e veneração?...

— Um personagem de preto e mascarado?... — exclamou Francisco. — E a vossa polícia, condestável, não conseguiu saber quem êle era?...

— Ora essa!... — respondeu brutalmente o duque. — Pois a minha polícia há-de mesmo esfalfar-se a descobrir a verdade, quando os próprios interessados não a acreditam...

— Montmorency...

— Senhor, eu não sou homem de côrte, sou um soldado, e costume falar franco. Si o meu modo de falar vos desagrada, dizei-me a quem devo entregar a minha espada de condestável, e uma hora depois estarei a caminho para o meu ducado, todo contente e feliz...

— Vamos, duque, não façamos de crianças — acrescentou o rei, impaciente. — Perguntei-vos si tinheis podido descobrir quem fosse o mascarado; a coisa, como compreendeis, é de suprema importância, e vale a pena de a sobrepor a tôdas as vossas susceptibilidades.

O condestável viu que era tempo de mudar de tática, porque a corda estava muito tensa e facilmente quebraria.

— Não tive nenhuma informação segura, — disse êle. Uns dizem que era Calvino em pessoa, que viera de Genebra para dar instruções e incutir coragem aos adeptos seus; outros afirmam que se trata de um personagem muito mais poderoso...

— E quem é?... — exclamou o rei — quem é que no meu reino é mais poderoso do que Condé que, apesar disso, vós dizeis que compareceu de cara descoberta? Rebelde de posição mais elevada do que meu primo, não conheço.

— Com permissão de Vossa Majestade, é o diabo; — disse tranquilamente Montmorency — e pelas informações e indícios obtidos, desconfio bem que o terceiro presidente da reunião era o grande senhor de chavelhos.

Francisco empalideceu, e fez devotamente o sinal da cruz. Aquêlé cérebro de Valois era precisamente daqueles que são propensos a acreditar as coisas mais absurdas. Uma polícia, que dissesse a qualquer outra pessoa que tinha visto uma reunião presidida pelo príncipe do inferno, teria caído no ridículo, mas ao rei de França

— Uma promessa a um hereje!... um compromisso para com um rebelde!... Então Vossa Majestade ignora que a Santa Igreja dispensa os fiéis católicos de cumprirem as promessas quando delas resulte benefício para herejes ou inimigos da Igreja?

— Paciência. — disse o soberano, suspirando. — Já vejo que é preciso que eu escreva a tal carta... Dai-me com que escrever, condessa. Quero contentar-vos.

Diana, aproveitando um momento em que o rei não a via, trocou com o condestável um olhar de triunfo, olhar a que aquêle correspondeu com um outro cheio de gratidão. A aliança entre aquêles dois espíritos perversos ficou assim celebrada e selada com uma troca de olhares.

— Aqui tendes, duque — disse Francisco, entregando ao condestável uma carta em que tinha escrito algumas palavras carregadas de uma aristocrática enormidade de erros de ortografia.



E' inutil, senhor marquês; já sei do que se trata — respondeu o mancebo, afastando a carta com a mão.

Meu primo

O grande condestável leu o seguinte:

A presente serve para vos dizer que soubemos quanto tendes feito com relação ao conde de Poix, o que tudo aprovamos e declaramos feito por nossa expressa vontade, derogando qualquer lei, tanto geral como especial, que se opusesse a esta nossa ordem, dada com nossa plena ciência e consciência e régia autoridade; além do que, peço a Deus, meu primo, que vos tenha em sua santa guarda. — *Francisco.*

O condestável beijou a assinatura real, e guardou o bilhete... Depois curvou-se diante de Diana, olhando-a com uma expressão que queria dizer:

— Sei quanto vos devo, e terei ocasião de provar-vos que não sou um ingrato.

Em seguida saiu com todos os sinais do mais profundo respeito.

— Ah! finalmente!... — exclamou o soberano, lançando-se com um ar de cansado sobre o sofá, ao lado da condessa. — Até que enfim, espero, minha querida Diana, que poderemos conversar ambos com alguma liberdade!...

— E vós bem o merecestes, meu belo senhor! — disse graciosamente a sereia, estendendo-lhe ambas as mãos, que o rei cavaleiro cobriu de beijos.

Quase no mesmo momento em que a condessa de Brezé premiava com as suas carícias a traição e a vileza do seu real amante, dois gentis-homens vestidos de escuro e com o traço severo e nobre dos senhores que não pertenciam à corte, apresentavam-se no palácio de Montmorency.

O condestável, como lhe dissessem que o marquês de Beaumanoir e o conde de Poix desejavam falar-lhe, desfranziu um sorriso terrível e ordenou que os introduzisse imediatamente na sala de recepção.

— Prudência, meu filho — recomendou ansiosamente o marquês ao seu protegido. — Esquecei-vos de que o duque é o assassino de vosso pai, e lembrai-vos unicamente de que se trata de dar a liberdade ao conde. Lembrai-vos de que o condestável está em sua casa e que estimaria ter o mais insignificante pretexto para nos pôr fora da porta.

O visconde teve um sorriso de desdém.

— Tão mal me conheceis, meu pai? — disse êle. — O mármore dos sepulcros não é mais insensível nem mais frio do que eu... Não receeis, que o vosso protegido não fará falhar por culpa sua a empresa em que nos empenhamos...

Beaumanoir ficou completamente tranquilo, porque conhecia a vontade de ferro do mancebo, e sabia que, quando êle a si próprio impunha qualquer obrigação, era homem para a cumprir, por mais custosa que ela fosse.

O sr. de Montmorency apareceu daí a pouco, e cumprimentou os dois gentis-homens com urbanidade e quase com afetação, convidando-os a sentarem-se. Eles corresponderam-lhe com uma inclinação, mas conservaram-se de pé.

— Provavelmente o senhor duque já imagina qual o fim da nossa visita — disse o marquês de Beaumanoir. — A cortesia com que nos recebe dá-nos a certeza de que não viemos aqui baldadamente.

— Não conheço, senhores, o motivo da honra que me dispensam — disse Montmorency que também se conservava de pé. — Ouvindo anunciar o nome de um dos cavaleiros, pude imaginar qual fosse o motivo de tal visita, mas muito obrigado vos ficarei si quiserdes expor-mo detalhadamente.

— Beaumanoir estremeceu, sem o dar a conhecer; a resposta de Montmorency dava claramente a perceber qual era a sua resolução.

— Fomos esta manhã recebidos por Sua Majestade de el-Rei Francisco, — disse o marquês — e obtivemos d'êle uma nova prova da sua magnanimidade.

— Isso não me espanta, senhores; o rei bem conhece os melhores fidalgos do seu reino, e trata-os como êles merecem.

— A benignidade de que falo não nos dizia respeito senão como intercessores. Expusemos ao soberano as desventuras que há tantos anos estava sofrendo o conde Virgínio de Poix, e êle prometeu-nos que as faria terminar com um ato da sua real vontade.

— E como, segundo a vossa opinião, o autor dessas desventuras é o duque de Montmorency, — disse o condestável com uma gentileza cheia de ironia — vin-

COMETIDO, SE QUISER ALCANÇAR O PERDÃO DOS MESMOS.

Contra esta obrigação estabelecida pelo Concílio Tridentino, às ordens dos Teólogos Jesuítas, provaremos a seguinte TESE:

A IGREJA CRISTÃ PRIMITIVA NÃO CONHECIA A CONFISSÃO AURICULAR COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SE CONSEGUIR O PERDÃO DOS PECADOS.

Bastaria para provar este asserto, o testemunho claro e insofismável de S. João Crisostomo, Doutor da Igreja de máxima autoridade, aceito tanto na Igreja Oriental quanto na Ocidental como o DOUTOR DA EUCARISTIA, e que viveu no fim do Quarto Século, havendo falecido no ano de 407, sendo arcebispo de Constantinopla. Eis sua doutrina: — “Pecaste? Entra na igreja e apaga teu pecado. Quantas vezes cáis na rua outras tantas te levantas; assim também quantas vezes pecares arrepende-te e não desesperes... ainda que peques na extrema velhice, entra na igreja e faz penitência. Este é o lugar onde se encontra o remédio, onde não se julga, onde não se impõe castigos, mas se oferece a remissão. DECLARA TEU PECADO SÓMENTE A DEUS, dizendo: — Contra Ti só pequei e procedi mal em Tua presença — e teu pecado será perdoado”. MG 49,297.

Outra vez: — “Com a máxima instância exorto, rogo e peço que vos confesseis frequentemente A DEUS. Não te envio a uma reunião de irmãos, nem obrigo a revelar teus pecados aos homens. ABRE TUA CONSCIÊNCIA DIANTE DE DEUS, mostra A ELE as feridas e pede-lhe os remédios. Mostra, não a quem repreende mas A QUEM CURA, pois ainda que te cales ELE SABE TUDO. MG. 48, 746.

Se me objetarem que este grande DOUTOR é singular na sua doutrina, responderei: — I) — Que os outros doutores do século quarto e anteriores tratam da penitência não como acusação de pecados ao sacerdote, mas como satisfação por certos pecados escandalosos. Assim S. Ambrósio: — “Merecem repreensão os que ensinam que se deve fazer penitência várias vezes, porque isto seria abusar de Cristo (*luxuriari in Christo*). Pois que, quem fizesse penitência sinceramente, não precisaria de a reiterar. Pois assim como há um só batismo, há uma só penitência que se faz em público”. ML. 16, 529. Ainda o mesmo Doutor: — “Pedro se arrependeu e chorou porque errou como homem. Não encontro (na Escritura) o que disse, encontro que chorou. Leio suas lágrimas, não leio a acusação. Mas o que não se pode excusar, pode-se lavar. As lágrimas lavam o delicto que o pudor não deixa declarar com a voz. Benditas lágrimas que lavam a culpa. ML. 15, 1825. Mais uma vez o Mesmo: — “Assim como se pagam dívidas com dinheiro, assim se paga a pena do pecado mediante as Obras de Caridade e outras Obras Satisfatórias”. ML. 15, 1740.

De onde se vê que, segundo S. Ambrósio, as lágrimas lavam a Culpa; as boas Obras pagam a pena; e a penitência pública (que só era permitida uma vez na vida) dá satisfação à Comunidade dos Fieis.

Ora, poderá algum objetar, contra esses testemunhos poderíamos aduzir muitos outros de Autores da nossa época.

Respondendo, primeiro, que nenhum desses Autores pode rivalizar em autoridade com os grandes SS. Ambrósio e João Crisóstomo. Segundo, que não é crível que Crisóstomo ou Ambrósio ignorassem a necessidade da Confissão Auricular como indispensá-

vel e insubstituível, se esta fôsse crença geral na Igreja de então. E, se a Igreja daqueles tempos tivesse essa crença, os Santos que citamos seriam tidos e havidos como herejes, e não como grandes e autorizados Doutores. Respondo finalmente que esses documentos só poderiam provar que, sendo então os Bispos completamente autônomos no Governo das suas Dioceses, nem todos haviam cogitado de estabelecer a Confissão secreta, o que prova que tal confissão não foi instituída por N.S.J.C.

Em quase todas as Dioceses se usava então da Confissão pública. Esta começou desde os tempos apostólicos, mas como acusação geral, sem especificação de atos pecaminosos. Depois, na época das perseguições, os que eram acusados de alguma falta gravíssima e particularmente escandalosa ou danosa ao próximo (tais como homicídio voluntário, adultério ou idolatria) eram chamados ao Tribunal do Bispo para se justificarem. Se o conseguissem, eram deixados em paz; no caso contrário, porém, eram obrigados a satisfazer à Comunidade dos Fieis, mediante penitência pública rigorosa e pesadíssima.



O Padre Dr. Diamantino Costa, Pároco de N. S. do Carmo de Recife, no dia 2 de Agosto de 1950, celebra no Salão Nobre da Grande Loja Maçônica de Salvador, na Baía.

Com o correr dos anos, começaram alguns fieis de consciência mais delicada a manifestar espontaneamente tais pecados, pedindo penitência pelos mesmos. Particularmente durante a Sétima Perseguição, sob o império de Décio (249-251) muitos foram os cristãos que, para fugir aos tormentos e à morte, cometeram atos de idolatria. Estes foram denominados *Lapsi* — caídos. Outros não idolatravam, mas compravam dos juizes um atestado de o haverem feito. Eram os — *Libellatici*. — Tanto os caídos como os que compravam falso atestado de haverem sacrificado

aos ídolos, foram repellidos pelos Bispos, e, se quisessem continuar como cristãos, deviam se sujeitar à gravíssimas penas em público.

A penitência pública, porém, só era permitida uma vez na vida. (É o que nos ensina S. Ambrósio acima citado). Aos que recaíssem em algum daqueles três pecados gravíssimos, só lhes restava recorrerem à Misericórdia Divina. Alguns Bispos lhes negavam até a Comunhão em ponto de morte! Isto nos informa o Pastor de Hermas, escrito entre os anos de 140 e 155. — “Depois da grande e santa vocação (pelo Batismo) quem, tentado pelo diabo, pecar, tem direito à penitência uma só vez. Mas, se depois desta ainda pecar e quiser fazer penitência, esta de nada lhe aproveitará. Dificilmente viverá (a vida da Graça). MG 2, 919.

Agora tentaremos pôr sob os olhos do leitor as provas do que acabamos de afirmar.

Qual foi a Norma dada por Jesus? — “Se teu irmão pecar e tu o souberes, vai, e corrige-o entre ti e ele só. Se te ouvir, ganhaste teu irmão. Se porém te não ouvir, toma contigo uma ou duas pessoas, para que pela boca de duas ou três testemunhas se decida toda a questão. E se os não ouvir, dize-o à Igreja. E se não ouvir à Igreja, considera-o como um gentio e um publicano”.

(Os melhores intérpretes traduzem a expressão latina — *Si peccaverit in te* com o significado que lhe demos de “em tua presença” “de modo que venhas a saber” e não significando “contra ti”.)

Por esta Norma, Jesus nos ensina que o perdão do pecado se obtém, mediante a docilidade em receber a repreensão de um irmão: “Se te ouvir ganhaste teu irmão” — E na expressão seguinte nos ensina que a Igreja tem o poder de declarar os fiéis ensina que a Igreja tem o poder de declarar os fiéis ligados ou desatados perante Deus. “Em verdade vos digo: — tudo o que ligardes sobre a terra, será ligado também no céu; e tudo o que desatardes sobre a terra, será desatado também no céu”. Esta fórmula era um brocardo das Escolas dos Rabinos Shammai e Hillel, cujo significado é o de declarar que alguma coisa é lícita, ou é proibida.

De tal poder de ligar e desligar usaram os Apóstolos em várias ocasiões. Por exemplo em Atos, a narração do Concílio dos Apóstolos em Jerusalém, nos informa que alguns cristãos que ainda conservavam o espírito farisaico, instavam por que os Gentios que se convertessem ao Cristianismo fôsse obrigados à observância dos Preceitos da Lei Mosaica, a começar pelo da Circuncisão. Pedro se declarou contra esta pretensão, e Tiago arrematou a questão com voto vencedor, dizendo: — “Sou de opinião que se não devem inquietar os que, de entre os Gentios, se convertem a Deus. Mas que se lhes escreva que, se abstenham das contaminações dos ídolos, e da fornicação, e das carnes sufocadas e do sangue”. E assim foi feito, como se lê no Cap. 15 dos Atos dos Apóstolos.

Aqui, evidentemente, o Concílio pôs em prática o poder de Ligar e Desligar.

S. Paulo Apóstolo foi ainda mais longe. Pelando pela libertação do jugo da Lei Mosaica também quanto aos Cristãos que viessem do judaísmo, permitia que os Cristãos, tanto judeus quanto gregos, pudessem aceitar convites dos ídólatras, e que então pudessem comer dos alimentos sacrificados aos ídolos, desde que nenhum escândalo daí surgisse. 1 Cor. 10,271. E’ o que lêmos nos Cap. 8, 7, a 10 da Pri-

meira Epístola, aos Coríntios. E, no Cap. 5 da mesma Epístola, o Apóstolo declara ligado e “entregue a satanás, para morte da carne” a um incestuoso “a fim de que a sua alma seja salva no dia de N. S. J. Cristo”.

S. João Evangelista, em sua Segunda Epístola, LIGA, ordenando que não se tenha nenhuma relação, e que nem se saude aos que “não confessam que J. Cristo tenha vindo em carne”.

Voltando ao Assunto — Confissão Auricular — lêmos no Cap. 19 dos Atos que, depois do castigo de Ananias e Safira, “Muitos dos que tinham crido, iam confessar e manifestar suas obras”. De onde se conclui que a Confissão era pública, perante a assembléia dos fiéis.

Jesus Cristo, quando distribuiu a primeira vez a Eucaristia, não exigiu que alguém se confessasse. Da mesma forma, dando-se em Comunhão aos desiludidos Discípulos de Emaus, não lhes impôs Confissão, nem Penitência.



CÓPIA O CELIBATO DO CLERO GÉRA, FORMA, CRIA ESSE AMBIENTE.

Paulo Apóstolo, exortando os fiéis de Corinto à participação do Corpo de Cristo, manda que: — “Examine-se a si mesmo o homem, e assim coma dêste Pão e beba desde Cáliz. Porque aquêle que come e bebe indignamente come e bebe a própria condenação, não distinguindo o Corpo do Senhor. (1 Cor. 11, 29). Por aqui vemos que o juiz de cada fiel em ordem à recepção dêste Mistério, é a consciência de cada um, e não o confessor, que até então não fôra instituído.

Ainda João Evangelista exorta: — “Filhinhos meus, eu vos conjuro a que não pequeis, mas se alguém pecar (não desespere) saiba que temos perante o PAI um poderoso Advogado, Jesus Cristo — O JUSTO! (1 Jo. 2,1) Ora bem! Se êstes Apóstolos tivessem a idéia que êles mesmos poderiam perdoar os pecados, porque remetem seus catequizados à própria consciência ou a Jesus Cristo?! E por que haveria S. Tiago Apóstolo de mandar que se confessassem mutuamente (portanto em publico, uns aos outros) a fim de serem salvos? (Jac. 5, 16).

E S. Inácio de Antioquia, martirizado no ano de 107, ensinou: "Deus perdoa a todos os que se arrependem, se quiserem voltar à união com Deus e à comunhão com o Bispo". Recobra-se a União com Deus pela caridade, e à comunhão com o Bispo se voltava naqueles tempos pela reconciliação mediante a imposição das mãos e a Comunhão Eucarística.

No Segundo Século, temos o preclaríssimo testemunho de Tertuliano, o qual, descrevendo o Ritual da Penitência então usado pelos anos de 200, nos informa que a acusação se fazia em público, bem como a satisfação por atos humilhantes. E exorta os pecadores a deixarem de parte o receio de serem desprezados, pelo fato de serem todos os assistentes bons irmãos, que pela notícia dos pecados, só se deveriam mover à compaixão e à piedade pelo irmão pecador. ML I, 1243. Ora, se estivesse em uso a confissão secreta, nenhuma razão teria o Apologista para fazer tal exortação.

E S. Cipriano, em 251, escrevia, a respeito da confissão dos lapsi: — "Só o Senhor pode ter misericórdia". Só Aquêlê que se carregou com os nossos pecados, que por nós pad'ceu, que Deus entregou pelos nossos pecados, só Ele pode conceder o perdão dos pecados que contra Ele cometemos. O homem não pode ser maior do que Deus, nem o servo pode conceder perdão ou ser indulgente para com aquêlê que cometeu o mais grave delicto contra o Senhor, para não acontecer que aquêlê que caiu (sacrificando aos ídolos) se dirija ao homem, não conhecendo o que está dito (Jer. 17, 5) "Maldito seja o homem que põe em um homem sua esperança". Deve-se orar ao Senhor que disse que negaria a quem o negasse. Ele é que deve ser aplacado pela nossa satisfação, porque só ELE recebeu do PAI o poder de julgar". ML. 4, 480.

E S. Pedro Crisólogo (anos de 406-450) — "Não te desesperes, homem pecador, podes ainda satisfazer ao piedosíssimo Criador. Queres ser perdoado? AMA-O. "A CARIDADE encobre a multidão dos pecados." (I. Pedro, 4, 8). Que pode haver mais grave que o crime de negar a Cristo? Entretanto Pedro conseguiu apagá-lo sómente pelo amor, quando o Senhor o provou, perguntando-lhe: — Pedro, tu me amas?"

*
* * *

Provado assim que a Confissão auricular, pelo menos até o fim do quarto século não era tida em tôda a Igreja Cristã como meio indispensável de perdão, indagamos: — QUANDO E POR QUAL MOTIVO FOI PROIBIDA A CONFISSÃO PÚBLICA EM TÔDA A IGREJA?

Eis o que nos informa o Historiador SOZÓMENO, que escreveu uma História da Igreja, em meados do Século Quinto (Ano de 450).

"Por êsse mesmo tempo (meados do Século Quarto) Nectário, Bispo de Constantinopla, foi o primeiro a suprimir o cargo de Presbítero Penitenciário. E seu exemplo foi logo seguido por quase todos os Bispos."

Na Igreja de Constantinopla um certo Presbítero Penitenciário mandara a uma senhora nobre que jejuasse e orasse suplicando a Deus perdão. Por isto ela se demorava na Igreja, sendo um certo dia, forçada por um Diácono. Ao saber do acontecimento, o povo se revoltou. Nectário, depois de madura consideração, depôs o Diácono culpado. Em seguida, aceitando o conselho de alguns — "Deixasse que cada qual se aproximasse da Comunhão se-

guindo sómente a própria consciência", — aboliu o cargo de Presbítero Penitenciário. E êste exemplo foi seguido por quase todos os Bispos. Eis a exposição resumida da história contada por Sozômeno, e que se pode ler em MG 67, 14, 57 e seguintes.

Desta narração podemos concluir que, tanto Nectário quanto os Bispos que lhe seguiram o exemplo, não estavam persuadidos da necessidade absoluta da confissão auricular como meio indispensável para alcançar o perdão dos pecados, ou como preparação para receber o Pão Consagrado.

Nectário foi Arcebispo de Constantinopla, havendo sido nomeado para êsse alto posto pelo Primeiro Concílio de Constantinopla, no ano de 381. MG 82, 1211 e seguintes.

Para maior abundância, vamos ainda citar S. Ambrósio, que manda a Confissão Pública, e S. Leão I, que a proibe.

S. Ambrósio (in Luc. VII, 225) — "De balde quererás esconder a Quem não se pode enganar, e sem perigo te manifestarás a Quem sabes que tudo conhece. Confessa, pois, para que Cristo, que é nosso Advogado junto ao Pai interceda por ti, e para que a Igreja rogue, por ti, e o povo chore por ti". Aqui se vê que, conforme doutrina S. Ambrósio, a confissão se faz a Cristo (que não pode ser enganado, que tudo conhece, e que é nosso Advogado junto ao Pai) e se faz publicamente, a fim de que o povo chore e a Igreja rogue para obter o perdão.

S. Leão (Epist. 148, aos Bispos de Campania) — "Ordeno que se deixe de qualquer forma aquela presunção contrária à Regra Apostólica, que há pouco fiquei sabendo que alguns cometem por ilícita usurpação: — Que na Penitência se exija dos fiéis que apresentem seus pecados por escrito para serem lidos em público, — porquanto é suficiente que as culpas da consciência sejam manifestadas sómente aos sacerdotes, em confissão secreta. (S. Leão foi Bispo de Roma desde o ano de 440 até 461).

Para descobrirmos o motivo desta proibição e da ordem formal de se fazerem em segredo as confissões, é necessário ter alguma idéia dos tempos em que vivia S. Leão.

Sendo Diácono da Igreja de Roma, já em 430 era êle cognominado pelo historiador João Cassiano "*Romanae Ecclesiae ac Divini Ministerii decus*" — Honra e esplendor da Igreja Romana e do Ministério Divino.

Sendo ainda Diácono, foi aclamado Bispo de Roma, enquanto se encontrava nas Gálias, em importante Missão política. Por êsse tempo as irrupções dos Bárbaros davam um golpe mortal no antigo Império Romano, e os Cristãos do Oriente mais se afastavam dos Ocidentais, em consequência das doutrinas de Eútiques. Leão julgou que salvaria a situação se alcançasse o domínio político quanto ao poder civil, e se tornasse vitoriosa a idéia do Primado do Bispo de Roma quanto ao ponto de vista eclesiástico. E foi bem sucedido em ambos os empreendimentos. Conseguiu que Atila voltasse para o Norte depois de haver chegado aos muros de Roma em 452, e que Genserico poupasse a vida dos romanos, em 455. Isto quanto à política civil. No campo religioso alcançou a desmoralização do Concílio reunido em Efeso em 449, o qual ficou para sempre ferreteado com a coima de Latrocínio Efesino; e reprimiu as pretensões dos Padres da Igreja Oriental reunidos no Concílio de Calcedônia em 451, os quais, em o Cãnone 28, pretenderam estabelecer a igualdade da Séde da Nova

(Cont. na pág. 48)

Rumo à Felicidade

* * * Escreve: † Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro * * *

Perguntas e Respostas

LEIS DA PRODUÇÃO

Produção:

- P. — Pode o homem produzir riqueza, sem empregar os elementos da natureza, que a Economia Política chama: Terra?
- R. — Sim. Com o seu trabalho, o homem pode produzir certa riqueza, sem emprêgo do elemento terra. O canto, a música, o trabalho do médico, etc etc., são trabalhos que produzem riqueza, não materializada.
- P. — Que classe de valor tem o canto, a música, o trabalho do médico, do investigador, do sacerdote, etc.?
- R. — Todos estes trabalhos estão definidos no segundo fator da produção, Trabalho, e que corresponde como remuneração Salário; estes elementos produzem. Sua produção não é material. Si são elementos produtivos, fazem jus a um salário, remunerador ou compensador do trabalho. O canto, a música, etc., tomam forma de valor de produção.
- P. — A música, o canto ou o livro, inscritos no registro de propriedade intelectual, que classe de valor constituem?
- R. — Todas as obras inscritas no registro de propriedade, como as invenções, constituem valor de obrigação.

Os três modos de produção:

- P. — Que importância tem dividir a produção da riqueza em três modos: adaptando, criando e permutando?
- R. — A Economia Política, ao definir em três modos a produção, demonstra a evolução humana que, pelo progresso, vai aumentando suas necessidades e a forma que estas vão tomando para o melhor resultado do seu desenvolvimento.

Primeiro modo: Adaptando:

- P. — Como se distingue o homem dos demais animais?
- R. — Os animais agem por instinto. A natureza lhes deu tudo o que é necessário para a sua defesa, investida, nutrição e reprodução. Ao homem não deu o instinto, mas a razão, a inteligência. Pelo raciocínio, o homem está colocado acima das demais espécies.
- P. — Como se demonstra isso?
- R. — O homem tem menos força que um elefante. Porém, em troca, pelo raciocínio, pela razão, domina o elefante, fazendo dele um instrumento de satisfação de seus desejos.
- P. — De que modo, adaptando, transforma seus desejos?

R. — O homem, pelo seu trabalho e inteligência, explora as matas, as minas e todos os elementos necessários para a construção de estradas de ferro, caminhões, navios, aviões, etc.

P. — Por que o transporte corresponde a este primeiro modo: adaptando?

R. — Porque o próprio selvagem viu-se obrigado a transportar o que recolhia, primeiro com a mão, depois com as folhas, e mais tarde por meio de algum veículo, etc.

Segundo modo: Criando

P. — Como, criando, abrange o cultivo e por que motivo?

R. — O aumento da povoação obriga o homem a recorrer aos meios necessários para a satisfação dos seus desejos, crescendo a procura de produtos, daí o aumento da produção de cereais e de toda a cultura, em geral, como, também, a criação de aves e animais, em geral.

P. — Por que o homem procede diferentemente dos outros animais?

R. — Os animais, como dissemos, procedem por instinto. Eles não acendem o fogo, não cozinham, etc. A raposa come galinhas. Cada galinha que a raposa come, é uma de menos. O homem, porém, come galinhas, mas faz criação de galinhas, tendo, por conseguinte, as galinhas suficientes, para o seu gasto. Isto é o que se chama fomento da produção, este segundo modo: criando.

Terceiro modo: Permutando

P. — O modo permutando, que significa comércio, não se poderia anular?

R. — Anular o comércio, e obrigar os produtores a permutarem entre os seus produtos, seria inconveniente muito grande para a produção da riqueza.

P. — Por que?

R. — Si aquele que plantou batatas, colhendo-as, ele mesmo as vai levar ao mercado a vendê-las, aguardando quem as queira comprar, ignorando que as pode colocar com vantagem em outro lugar, onde se torna necessário o produto, deixando de levar em conta o tempo que perde e outros inconvenientes, na certeza, terá prejuízo, o que não acontece, si entregar as batatas a quem sabe quais os consumidores desse produto da riqueza. Isto é o terceiro modo de produção, permutando, que é o comércio ou colocação dos produtos da riqueza, que não se pode suprimir.

P. — Então não é o comércio que encarece os artigos? Para que esse intermediário?



Dizem isso e, defensores do Imperialismo do Vaticano, mantem o povo na ignorância e na miséria!...

R. — Si não fosse o comércio, em muitas partes do mundo, não se conheceria o sabor do café, do chá, a carne seria um artigo raro, estancada estaria toda a produção, não haveria progresso, as ciências e as artes estariam desconhecidas, pela falta de quem se ocupe de idéias e coisas, não passando os produtores de homens atrasados e selvagens.

P. — Como um jornaleiro pode se equiparar em produção ao editor?

R. — Em maior ou menor escala, o trabalho do jornaleiro é tão importante como o do editor, porque tanto um como outro são produtores de riqueza.

Produção e subsistência — Espaço e Tempo

P. — Poderia desaparecer uma povoação ou nação, por falta de meios de subsistência?

R. — Si lhe são negados os meios de produzir, claro que sim. Mas a uma nação que produza qualquer artigo de aceitação no câmbio, nunca lhe poderá faltar o necessário para a sua subsistência. Uma nação ou país pode aumentar a sua população à vontade, porque nunca lhe faltarão meios de subsistência.

P. — Como é que há países que reclamam "espaço vital"?

R. — Nenhum país que produza e tenha liberdade de negociar, permutando seus produtos, podendo seus habitantes consumi-los livremente, por grande que seja a sua população, não lhes faltará lugar para viver, não se confundindo a falta de liberdade com a falta de território do chamado "espaço vital", pretexto político dos fomentadores de guerras e

revoluções, de explorações e rapinagens dos trusts internacionais, dos açambarcadores e câmbios negros.

P. — Então não pode haver uma superpopulação?

R. — Não. Acreditar nisso, é supor ser a natureza imperfeita.

P. — É essa multidão de desocupados que existem no mundo, tornando-se necessário dar expansão às indústrias de guerra?

R. — Por grande que seja a população de um país, si todos procuram produzir, permutando o que produzem, nunca se estanca o trabalho, não havendo necessidade da montagem dessas fábricas de elementos destruidores, improductivos, como sejam os armamentos. As grandes cidades, as grandes aglomerações de povo num determinado lugar, são uma demonstração cabal da má administração da terra.

P. — Por que a Economia Política trata do espaço e do tempo?

R. — Precisamente, para demonstrar que com o aumento da população se torna necessário o aumento da produção, a qual se opera mesmo em virtude do aumento da população. Todo aquele que lavra a terra, produz o que é necessário para satisfazer suas próprias necessidades, pelo menos. Tal é a natureza. As leis elaboradas pelos homens, em desacôrdo com a natureza, são causadoras do problema dos desocupados, da miséria e da fome. A Economia Política evidencia que uma maior população, exige uma maior produção, sendo necessário para isso espaço e tempo. A natureza dá tudo ao homem, quando o homem tem liberdade para aproveitar seus elementos.

Cooperação — Seus dois meios e suas duas classes

P. — Qual a diferença entre a cooperação da Economia Política e a conhecida cooperação dos trusts?

R. — A cooperação definida pela Economia Política, é a que se realiza entre todos aqueles que fazem parte do conjunto social. O fato de consumir peixe, legumes, calçado, vestidos, etc. etc. significa que realmente a pessoa está ocupada em produzir essas coisas que consome. Assim a cooperação entre produtores e consumidores é realizada entre todos os indivíduos da sociedade e não entre um limitado número de pessoas. A cooperação dos trusts é a privilegiada, existindo somente para um determinado número de pessoas. Daí o pobre não tem direito de se calçar, de vestir um terno bom, de comprar carne, peixe, galinha, passando a angú e feijão de terceira. É essa desigualdade, que está revoltando a todos, e que o mundo atual não tolera mais. Essa cooperação dos trusts é a que consiste em produzir barato e vender o mais caro possível. É a atual cooperação americana, no mundo inteiro, empobrecendo as nações, com o "celebre" plano do atual Secretário da Defesa dos Estados Unidos, quando Secretário de Estado do famigerado Truman — o fracassado defensor da fracassada civilização "cristã" do VATICANO, causador de todos os males sociais, porque o maior latifundiário do mundo, que

transformou o "Estado do Vaticano" em comércio, indústria, banco e etc. etc. e onde é praticado o "CÂMBIO NEGRO".

P. — Quais as vantagens que traz à Economia Política a divisão da cooperação em dois meios e duas classes?

R. — Analisando como se desenvolve a vida do conjunto social, vê-se que é por meio da cooperação entre os componentes e que há uma forma de cooperação na qual um conjunto de pessoas multiplica o trabalho e que esse conjunto deve estar submetido a um comando ou direção; a outra forma de cooperação é aquela em que o indivíduo produz isoladamente e melhor do que o conjunto, sem comando ou direção.

P. — Que vantagens há nisso?

R. — As vantagens são enormes. Há pessoas e coisas que produzem melhor, sob o sistema chamado "multiplicação do trabalho, dirigido". Seria um grupo de pessoas construindo um navio, sob a direção de alguém, executando a obra com cuidado e perfeição ou um grupo de pessoas derrubando uma casa, obedecendo a um, para evitar perigos e outros inconvenientes. Na divisão do trabalho espontâneo, os homens produzem livremente, em separado, o que mais lhes agrada, não dependendo de ninguém e produzindo melhor o que se torna necessário para a população.

Multiplicação do trabalho, dirigido.

P. — O meio "multiplicação do trabalho, dirigido" não poderia envolver tudo o que compreende a cooperação?

R. — Não. É preciso dividir em duas partes a cooperação da produção da riqueza. Pela sua própria natureza, a cooperação pela "multiplicação do trabalho, dirigido" é a que é formada pelas grandes obras, pelas grandes empresas, que aumentam enormemente a capacidade de produzir e, nessas grandes empresas, todos devem obedecer a um comando. Por este motivo, a personalidade individual desaparece, para converter-se em automático de uma ordem. Esta direção que se impõe nesta forma de cooperação, é a que demonstra claramente que deve haver, para o ser humano, outro meio que lhe permita viver em sociedade, apresentando suas qualidades, uma outra forma mais conveniente de produção, que é a divisão do trabalho, espontâneo.

Divisão do trabalho espontâneo

P. — Por que o indivíduo há de fazer o que quer e não o que a sociedade exige?

R. — O indivíduo produz sempre o que a sociedade aceita. Na cooperação social da divisão do trabalho, espontâneo, é onde se desenvolve melhor um país. O indivíduo se esforça e produz mercadorias que a oferta procura. Ele não sabe como, nem quem consumirá o produto do seu trabalho.

P. — O indivíduo isolado não poderá competir com as instituições dirigidas e muito menos se essas instituições são do Estado, não acha?



Enquanto as Encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragesimo Anno" são apontadas pelos Governos Imperialistas como solução da questão social, o quadro triste da Humanidade é esse: Miséria e Fome!...

R. — Não se trata de concorrência, nem de instituições do Estado, senão de esclarecer as funções da cooperação que se realiza, na sociedade humana. Si o homem quiser produzir isoladamente, ninguém pode tirar-lhe este direito, si ele entende que está produzindo em benefício da sociedade.

P. — A cooperação na divisão do trabalho, espontâneo, esclarece a situação de certa pessoa que poderia reter um pedaço de terra, necessário para que outro nela trabalhe?

R. — Como não? Racionemos.

P. — Como?

R. — Si um indivíduo toma conta dessa terra, tem que pagar o imposto. Esse indivíduo será tão imbecil de pagar imposto, sem tirar proveito da terra? E si ele não fizer essa terra produzir, ela se converterá em foco de epidemias, intervindo, então, o Estado. O indivíduo sabe bem como empregar seu trabalho para viver em melhores condições na sociedade, e isto é o que faz a divisão do trabalho, espontâneo.

Resumo da cooperação

P. — Qual é o motivo que a Economia Política alega, para que todas as forças produtoras da cooperação não fiquem na dependência do Estado?

R. — O fundamento da Economia Política é que o homem procura satisfazer seus desejos com menor esforço possível, e ninguém melhor do que ele sabe o que é melhor e mais conve-

niente, não podendo ninguém tirar-lhe o direito sobre os meios que lhe dá a natureza para que possa satisfazer seus desejos, como ninguém tem o direito de se apoderar do produto do seu trabalho. Ele sabe harmonizar seus próprios interesses ou desejos com os dos outros do conjunto social. O homem é um ser social. Vive da cooperação social e para cooperação social.

- P. — Não convem, então, que o governo, representante do povo, intervenha na produção, fazendo de tudo uma única cooperação?
- R. — O governo tem uma função a cumprir, que é dar garantias a todos da mais absoluta liberdade e não pode imiscuir-se em assuntos particulares, seja na produção ou distribuição da riqueza, dificultando o trabalho com o bárbaro sistema tributário, que arruina e mata a cooperação social.
- P. — Por que, na cooperação, a Economia Política não indica quais as empresas que devem pertencer ao Estado?
- R. — Não é assunto da Economia Política declarar que as Estradas de Ferro, os Telefones, o Correio, a Energia elétrica, a Luz, a Água, os bondes, os Ônibus, etc. etc., devem pertencer ou não ao Estado, mas aqueles que conhecem Economia Política sabem muito bem quais as empresas que devem ser controladas pelo Estado e quais os contratos com companhias que devem ser anulados, porque definem privilégios prejudiciais ao bem público.
- P. — Por que, eliminados os privilégios, essas empresas devem pertencer ao Estado?
- R. — Eliminar todos os privilégios, fazer reverter ao Estado todos os monopólios naturais, é dever dos legisladores sensatos que, cientificamente, desejam elevar o nível da civilização de um povo.
- P. — Que se entende por monopólios naturais?
- R. — A cooperação perfeita entrega essas empresas ao Estado, são elas: Minas, Saltos de água para produzir energia, Obras de saneamento e outras que têm o carácter de privilégio. O governo, administrando-as, não deve procurar explorá-las, mas contentar-se que rendam o suficiente para pagamento do pessoal administrativo, o juro do capital empregado, para a devida conservação, devendo reduzir ao mínimo as tarifas. Destarte, os indivíduos que formam o conjunto social, terão maiores vantagens para uma maior produção da riqueza.
- P. — E si essas empresas não derem lucro?
- R. — Uma empresa bem administrada dá, sempre, lucro.

Lei da concorrência

- P. — A concorrência é má?
- R. — O homem procura satisfazer seus desejos com o menor esforço. Si encontra meio de beneficiar-se a expensas do seu semelhante, o fará. Interpretando as leis naturais a seu modo, ele se aproveitará dos mesmos privilé-



Essas freiras, que andam pelas ruas, pedindo esmola para manutenção de Orfanatos, Hospitais, Escolas para crianças pobres, mentem. Isso é exploração! Esse dinheiro vai para o Vaticano. As meninas são maltratadas... E nos Hospitais existem o célebre chá da meia noite!... e outros crimes.

- gios, que os homens lhe concedem. Entre todos os privilégios, está o da terra.
- P. — E a concorrência entre os operários?
- R. — Pelo mesmo motivo, os operários fazem concorrência, a fim de conseguirem trabalho. Si se lhes tira a terra, meio seguro e infalível para se tornarem independentes, eles se vem na obrigação de mendigar trabalho, para poderem viver, mesmo que essa vida seja semelhante a de um cachorro. Abolida a propriedade privada da terra e estabelecido o imposto sobre a terra, cessaria a concorrência entre os operários e começaria a concorrência entre os patrões, procurando operários competentes e, como resultado, os patrões, para terem pessoal competente, teriam que transformar suas fábricas ou negócios em cooperativas, beneficiando assim seus proprietários operários e empregados.
- P. — Estabeleçamos, então, cooperativas?
- R. — Sim. Cooperativas impostas pela liberdade e não cooperativas para enriquecerem ainda mais os que já estão podres de ricos, que são os privilegiados, os magnatas, que vivem do câmbio negro, protegidos por esses governos que se firmam nas forças da nação, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia, numa palavra, governo ditatorial, mascarado de democrata, que faz do operário um elemento para a produção, proibindo que tome parte na distribuição da riqueza do país.

encheu-os de presentes, e tomou com elles medidades hábeis que deviam trazer em resultado a destruição completa do partido do rei da Germânia. Por outro lado, as relações criminosas que o papa entretinha com a Imperatriz Agnés, mãe de Henrique, com a duquesa Beatriz, sua tia, e com a formosa condessa Mathilde, sua prima em primeiro grau, asseguravam com maior probabilidade a execução dos seus projetos ambiciosos.

Beatriz possuía imensos domínios na Itália, e Mathilde, sua filha, mulher de Godofredo o Corcovado, era, por seu marido, mais poderosa ainda do que elle. Estas duas mulheres, depois da divergência que acabava de ter lugar entre o altar e o trono, abandonaram Henrique, renunciaram aos laços de sangue, e declararam-se abertamente por Gregório.

Mathilde, que estava reconhecida publicamente por amazia do papa, quis obrigar o duque seu marido a abraçar a causa da S. Sé, mas aquelle resistiu a todas as seducções, e levantou pelo contrario tropas que levou ao rei. Hildebrando, receiando que aqueles reforços pusessem o seu inimigo em estado de marchar sobre Roma, determinou á princesa a empregar a violência para o livrar de seu marido, e Godofredo foi assassinado na cidade de Auvers, na noite de 20 de Fevereiro de 1076.

Gregório, em reconhecimento do serviço que acabava de lhe ser prestado, resolveu desembaraçar-se da duquesa Beatriz, rival e mãe de Mathilde, solicitou da sua antiga amante o favor de uma entrevista, passou a noite com ella, e mandou-a degolar pela manhã.

Por aquelle duplo crime, a condessa Mathilde achou-se soberana absoluta de imensos estados; tornou-se a companheira inseparável de Hildebrando, e estabeleceu-se no Palácio de Latran, onde assistia com os cardiaes ao conselho privado do soberano pontífice. Platino afirma que ella seguia-o em todas as suas viagens, e passava frequentemente as noites no seu quarto, com grave escândalo dos camareiros, que não tinham a permissão de entrar nos aposentos do S. Padre.

Gregório chegara afinal ao apogeu do poder; não receiava inimigo algum, esmagava os povos com a sandália pontifical, entregava-se a todos os desregramentos, impelia as províncias á revolta, nomeava os imperadores, e declarava excomungados os ecclesiásticos e os seculares que permaneciam fiéis ao desditoso Henrique.

Pelas suas intrigas, formou-se em breve na Germânia uma liga formidável contra o príncipe. Rodolfo, duque de Corinthia, Adalberon, prelado de Witzburgo, Adalberto, bispo de Worms, e alguns outros senhores, reuniram-se em Ulm e convocaram uma dieta geral para 16 de Outubro na cidade de Tribur, próximo de Mayence. Enviaram o seu decreto aos senhores de Souabe, de Baviera, de Saxé, de Lorena e da Franconia, conjurando-os, em nome do Cristo, a abandonarem os seus negócios particulares, a fim de trazerem o auxilio das suas luzes para se tomarem medidas capazes de restabelecer a tranquiidade no reino.

No dia marcado, a assembléa abriu as suas sessões; a politica do santo padre teve um pleno successo; o metropolitano de Mayence e um grande numero de ecclesiásticos que se tinham mostrado dedicados ao príncipe, foram obrigados a unir-se aos legados romanos, sob pena de serem considerados como inimigos do estado. Um dos embaixadores do para usou da palavra e narrou toda a vida do rei Henrique; pôs em relevo todos os crimes com que elle manchara a sua primeira mocidade; accusou-o de ter afastado do governo os nobres para elevar ás primeiras dignidades do reino homens sem nascimento; afirmou que o príncipe tinha idéias singulares e anticristãs; que queria exterminar a no-

breza, destruir as igrejas e os mosteiros, a fim de empregar as suas riquezas no alivio dos povos; e concluia apresentando como único remédio a tantos males, a eleição de um rei da Germânia capaz de acabar com a licença, e robustecer o estado vacilante.

Enquanto ao desditoso Henrique, retira-se ao principio para Oppenheim com alguns amigos fiéis; em seguida, vendo que a sua causa estava perdida, enviara á dicta deputados que ofereceram em seu nome abandonar o governo do estado aos senhores, reservando unicamente para si as insignias reais e o nome de soberano. Mas os prelados foram inexoráveis: responderam que não podiam accitar nenhum dos seus offercimentos, porque não lhes era permitido comunicar com um excomungado, e que em consequência disso iam proceder á sua deposição na conformidade das ordens do papa. Prometeram contudo dar conhecimento disso ao pontífice, si o príncipe se obrigasse a comparecer no concílio d'Augsburgo, para se submeter ao julgamento de Gregório, na presença de todos os senhores da Germânia. Ameaçaram além disso, declará-lo para sempre deposto do trono, si elle não obtivesse a sua absolvição antes de um ano e um dia, e ordenaram-lhe, enquanto se faziam esperar os efeitos da indulgência do papa, afastar de si todos os excomungados, despedir a guarnição de Worms, restabelecer o bispo dessa cidade no exercicio das suas funções, e retirar-se elle para Spira com alguns designados pela assembléa. Finalmente, foi-lhe intimado que vivesse uma vida simples e frugal, que não se servisse de equipagens, que não usasse os distintivos da majestade imperial e que não se occupasse dos negócios civis ou religiosos.

Henrique accitou estas condições vergonhosas, fez sair do seu campo o metropolitano de Colonia, os bispos de Bamberg, de Strasburgo, de Bale, de Spira, de Sausania, de Ceitz, de Osnabruck, e os outros excomungados; licenciou as suas tropas, entregou Worms, e retirou-se para a cidade que lhe fôra designada, onde viveu como um simples cidadão.

Os legados instruíram logo o santo padre do resultado da sua legação, e convidaram-no a dirigir-se em pessoa ao synodo d'Augsburgo. Henrique, na sua impaciência de levantar o anátema pronunciado contra elle, não quis esperar a chegada de Gregório, e resolveu apresentar-se em Roma para obter a absolvição. Partiu com efeito secretamente da cidade de Spira, alguns dias antes do Natal, com a imperatriz sua mulher, e com seu filho ainda criança, atravessou a Borgonha, e chegou a Saboia, onde foi preso traçocirmente pelo conde Amadeu, irmão de sua mulher, que não lhe restituiu a liberdade senão em troca da cessão de uma provincia limítrofe dos estados da Germânia.

Nesse ano o inverno era muito rigoroso, e tornava extremamente perigosa a passagem dos Alpes; contudo perigo algum foi capaz de suspender a execução do seu propósito; atravessou as neves e os gelos e desceu á Lombardia. Apenas se espalhou a noticia da sua chegada, logo os bispos e os condes lombardos desconcentos do papa vieram ao seu encontro, e sem fazerem caso da excomunhão, prestaram-lhe grandes honras e formaram-lhe uma escolta imponente. Alguns senhores chegaram mesmo a propor-lhe que declarasse a guerra á S. Sé, oferecendo-lhe auxilio em homens e em dinheiro, mas o príncipe, abatido por tão grandes revezes, não ousou aceitar as suas propostas, e continuou o seu caminho para Roma.

Enquanto a Gregório, saíra já da cidade santa para se dirigir a Augsburgo, acompanhado da condessa Mathilde, que o seguia em todas as suas viagens; mas quando soube da chegada de Henrique e as demonstra-

ções que lhe haviam sido feitas pelos Lombardos, encheu-se de terror, voltou para traz e foi encerrar-se num castelo forte chamado Canodium de Canossa, que pertencia á sua amante, o qual era considerado como inexpugnável.

Foi nesse retiro que elle recebeu os bispos alemães e muitos nobres seculares que elle tinha excomungado. Os penitentes haviam feito a viagem de Itália, descalços e cobertos de cilícios, para implorarem a misericórdia do santo padre. O receio de uma revolta geral em favor de Henrique, tornou indulgente o pontífice para com os peregrinos, consentiu em recebê-los no grêmio da Igreja, com a condição porém de que confessariam sinceramente os seus crimes, e submeter-se-iam ao pagamento de uma multa á S. Sé, e a fazerem penitência pública. Aqueles declararam que estavam prontos a cumprir tudo quanto elle lhes ordenasse, e então Gregório começou por experimentá-los prescrevendo-lhes um jejum rigoroso: "Penitência tanto mais severa, acrescenta Bayle, que esses prelados vinham de um país frio, onde o jejum é uma das maiores mortificações que se podem impôr, sobretudo aos padres, que estão habituados a refeições opiparas, nas quais se regalam de boas viandas e vinhos generosos".

Depois de uma experiência de alguns dias, Gregório fê-los comparecer de novo na sua presença, dirigiu-lhes uma repreensão severa, e deitou-lhes a absolvição. Contudo, antes de os despedir, ordenou-lhes que não communicassem com o príncipe antes d'ele fazer penitência á S. Sé, a menos que não fosse para o excitar ao arrependimento.

Tendo Henrique chegado a Canossa, solicitou uma entrevista secreta com sua prima, a concubina do papa; Mathilde consentiu em recebê-lo, e o resultado dessa conferência foi que ella apresentaria, no dia seguinte, a Gregório, a condessa de Saboya, sogra do príncipe, o conde seu filho, o marquês Azon, e Hugo, abade de Cluny, a fim de que podessem implorar em seu nome a misericórdia do papa. A apresentação teve efetivamente lugar, mas Gregório respondeu aos solicitadores que era contrário ás leis da Igreja examinar um acusado na ausência dos seus acusadores; que si Henrique estava innocente, não devia receiar comparecer perante o sinodo d'Augsburgo, onde prometia fazer-lhe justiça plena sem se deixar prevenir pelos seus inimigos. O abade de Cluny representou ao santo padre que o rei não receiava o julgamento, mas que elle pedia absolvesse do anátema fulminado contra elle, porque o ano da sua excomunhão estava quasi acabado; e que os prelados da Germânia esperavam aquelle termo fatal o declararem para sempre deposto da dignidade real.

O inflexível pontífice resistiu a tôdas as súplicas; afinal ofereceram-lhe dinheiro, e elle cedeu a esse poderoso argumento. Contudo exigiu que o príncipe em sinal de arrependimento, depusesse aos seus pés a corôa e as outras insignias da realeza, declarando-se indigno de reinar. Henrique consentiu em sofrer essa humilhação: apresentou-se sozinho na primeira porta da fortaleza e esperou que conviesse ao papa mandá-la abrir. Depois de atravessar o primeiro recinto, depôs todos os ornamentos reais, despojou-se completamente das suas roupas, e cingiu um cilício; em seguida, meteram-lhe nas mãos uma vassoura e uma tesoura para designar que elle consentia em ser flagelado e em que elle rapassem a cabeça, e nessa posição permaneceu três dias e três noites no maior rigor do inverno, sem abrigo, sem tomar alimento algum, derramando torrentes de lágrimas e implorando com gemidos a misericórdia do papa!!...

Gregório em uma das suas obras, gaba-se deste procedimento, e confessa que a sua justiça parecia mais

a crueldade de um tirano que a severidade de um juiz. A condessa Mathilde teve compaixão do príncipe e obteve do pontífice o perdão de seu primo. Admitindo Henrique á audiência do papa, foi-lhe concedida a absolvição sob a reserva de que se apresentaria na dieta geral dos senhores alemães, e que responderia ás acusações que lhe eram feitas. Gregório quis que elle se obrigasse a submeter-se á decisão da S. Sé, embora tivesse de perder a corôa ou que esta lhe fosse conservada, e que em todo o caso declarasse os senhores desligados do juramento de fidelidade que elle tinham prestado, e perfeitamente livres, perante os homens, de escolherem um outro soberano; fez-lhe prometer que nunca tiraria vingança da sentença pronunciada contra elle, qualquer que ella fosse, e mostrar-se submisso sempre ás ordens do pontífice. Finalmente advertiu-o de que si elle faltasse a uma só dessas condições, declararia nula a sua absolvição, e restituiria aos senhores alemães o direito de elegerem um outro rei. Henrique assinou aquellas promessas e confirmou-as com juramentos solenes pronunciados sobre as relíquias de S. Pedro; em seguida, o papa declarou-o absolvido da sentença de excomunhão.

No dia seguinte, dirigiram-se juntos á Igreja da cidade, onde Gregório celebrou missa, na presença de uma grande multidão; quando proferiu as palavras da consagração, fez aproximar o príncipe do altar, e tendo na mão a hóstia consagrada, dirigiu-lhe estas palavras: "Rei Henrique, recebi cartas vosas e dos vossos bispos, nas quais me chamais de usurpador, envenenador de papas, incestuoso e sodomita; agora, para deitar por terra essas acusações, para apagar até á sombra do escandalo, tomo o corpo de Nosso Senhor em testemunho da minha innocência, e quero que elle me sirva de veneno, si estou culpado. Ao mesmo tempo pegou na hóstia, partiu-a em duas metades e comungou. O povo estúpido, soltou ruidosas aclamações de alegria, louvando a Deus e ao pontífice, por uma ação tão admirável". Tendo Gregório reclamado silencio, voltou-se para o príncipe e disse: "Fazei, meu filho, por vosso turno, o mesmo que eu fiz; os senhores alemães accusavos de exações, de adultérios e de assassinios; pretendem que deveis ser riscado da comunhão dos fiéis pelos vossos crimes, e pedem que sejais julgado por um concilio. Vós não ignorais quanto são incertos os julgamentos dos homens; temei uma condenação, e tomais esta outra metade da hóstia que vos apresento; chamai sobre a vossa cabeça a cólera do Cristo, si sois culpado e comungai como eu fiz na presença de todos os assistentes, afim de que a prova da vossa innocência destrua tôdas as calúnias dos vossos inimigos".

Henrique, surpreendido e consternado por uma proposta tão singular, pediu para deliberar alguns momentos com os senhores que estavam junto d'ele; em seguida, respondeu ao papa que a opinião dos seus conselheiros era que se sujeitasse ás probabilidades de um concilio geral. Hildebrando, satisfeito com a sua vitória sobre o espirito supersticioso do príncipe, deu-lhe a comunhão, sem exigir que elle pronunciasse a impreciação horrível de que elle próprio dera o exemplo.

Depois do officio, convidou-o a jantar na fortaleza e despediu-se d'ele com deferência. Eppon, bispo de Cetitz, foi encarregado de o acompanhar a fim de absolver aqueles que tinham communicado com o rei durante a sua excomunhão; mas os senhores lombardos, e sobretudo os bispos, que conheciam o segredo de todos os artificios pontificais, recusaram a absolvição, e expulsaram o legado maltratando-o e enchendo-o de injúrias.

Na Lombardia reuniu-se um novo sinodo provincial, e os bispos excomungaram, pela segunda vez, o

frade Hildebrando; dirigiram-lhe acusações terríveis; acusaram-no de ter envenenado sete papas, seus predecessores; de ter usurpado a S. Sé, de a ter desonrado com adultérios, incestos e assassinatos; o rei foi declarado traidor á pátria, por se ter submetido covardamente a um herético manchado de todos os crimes e por te rabandonado a sua causa, quando par o vingar, eles se tinham declarado abertamente contra a cõrte de Roma.

Henrique tornou-se em breve tempo o alvo do desprezo universal; os padres, os grandes e o povo resolveram destroná-lo e conduzir seu filho a Roma, com as armas na mão, para expulsar Gregório e fazer um novo pontífice, que sagraria o jovem príncipe imperador da Itália. Por outro lado, o metropolitano de Mayence, assim como os bispos e os senhores inimigos do rei, reuniram-se em Forheim, na Franconia, e dirigiram cartas ao santo padre, afim de que elle comparecesse no seu concílio e confirmasse a escolha que elles tinham feito de Rodolfo de Souabe para soberano. Mathilde acabava de fazer uma doação solene de todos os seus estados á S. Sé, com prejuizo da casa de Henrique, que era a herdeira legitima d'elles. Então o rei, impellido pela desesperação, tomou uma resolução enérgica e jurou tirar vingança de Hildebrando, autor de todos os seus males. Percorreu a Lombardia, chamou para junto de si todos os excomungados e todos os inimigos do papa, e declarou abertamente a guerra á S. Sé.

Em menos de duas semanas, viu-se o príncipe á frente de um exército numeroso, e poud fazer as suas disposições para marchar sobre Roma. Ao constar-lhe essa noticia, Gregório perdeu a sua arrogância e entabou negociações, não ousando nem declarar-se contra Henrique, nem abandonar o partido do rei Rodolfo; e como lhe era impossivel dirigir-se á Alemanha, por causa das tropas lombardas que guardavam todos os caminhos, enviou cartas a todos os alemães para lhes exprimir as dúvidas do seu espirito sobre os direitos dos dois soberanos.

Os senhores e os bispos, surpreendidos por aquella mudança, responderam ao papa: "Vós sabeis, santo padre, e as vossas cartas que conservamos dão disso testemunho, que não foi nem pelos nossos conselhos, nem pelos nosos interesses que teve lugar a deposição do rei Henrique; nisso obedecemos ás vontades da S. Sé, por isso havieis proibido, sob pena dos mais terríveis males, reconhecê-lo como rei. Executamos as vossas ordens com risco das nossas fortunas e das nossas vidas, porque o príncipe, depois da vossa sentença, exerceu grandes crueldades contra nós. A nossa submissão aos vossos decretos valeu-nos em primeiro lugar a ruina das nosas províncias e em seguida a humilhação de ver o soberano do país obrigado a arrojarse aos vossos pés como um cão, para receber a absolvição, e para obter de vossa santidade a autorização de devastar pela segunda vez os nosos campos e as nossas cidades, e de se vingar sobre nós dos males que vós havieis atraído sobre elle. Depois de deixado o reino sem chefe durante um ano, na conformidade da vossa vontade, elegemos um rei que vós mesmos tinheis escolhido; e agora que elle se occupa do bem dos povos, em vez de confirmar a sua eleição, reconheceis dois reis num mesmo país, e dirigis a ambos os vossos legados. Esta indecisão que existe no vosso espirito aumenta as nossas divergências; porque nas vossas cartas chamais prevaricador o rei Henrique, e pediz-lhe um salvo conduto para vos dirigirdes para junto de nós como si elle conservasse ainda algum poder. Preveniram-nos igualmente que acolheis favoravelmente aqueles que tinheis excomungado com elle, e contudo exortai-nos a permanecermos fiéis a Rodolfo. Essa política tortuosa dá motivo a

que nos surpreendamos; queremos supor que as vossas intenções são tão louváveis quanto profundas as vossas vistas; mas como nós somos muito simples para as penetrar, não vemos senão os resultados deploráveis do vosso procedimento. Poupando os dois partidos, acendeis a guerra civil, excitais a pilhagem, os incêndios, os massacres e a destruição dos domínios reais, de modo que os reis, para o futuro, não viverão senão de rapinas. Estes males não existiriam, si vós não tivesses acendido nas nossas províncias o facho da discórdia. É o excesso de uma dôr que nos leva a falar uma linguagem tão severa, porque estamos expostos á raiva dos lobos por ter obedecido ao pastor; e agora si o pastor se torna nosso inimigo, não teremos mais fé, nem nos pontífices, nem no apóstolo, nem no Cristo; consideraremos os papas e os reis como os inimigos implacáveis da humanidade, e votá-los-emos á execração dos povos".

Gregório não respondeu a esta carta e recebeu com as mesmas honras os embaixadores dos dois reis da Germânia. Em seguida occupou-se em convocar muitos concílios em Roma, para renovar os anátemas pronunciados contra os partidários de Henrique e para obrigar Brenger de Tours a fazer uma, retratação solene da sua doutrina sobre a Eucaristia. Excomungou no mesmo ano Boleslau, rei da Polónia, e quis forçar o soberano de Inglaterra a submeter-se á S. Sé. Finalmente, tendo sabido que Henrique devia entrar na Alemanha para combater o seu concorrente, determinou-se a excomungá-lo de novo, e a reconhecer publicamente Rodolfo, duque de Souabe, como soberano da Germânia.

Nesse decreto notável, o papa dirige a S. Pedro e a S. Paulo nos seguintes termos: "Bem-aventurados apóstolos, vós sois testemunhas de que os senhores e os bispos alemães elegeram sem a nossa opinião o duque Rodolfo por seu soberano, e que este príncipe enviou immediatamente embaixadores ao nosso legado, para declarar que assumira, máu grado seu, o governo do reino, e que estava pronto para nos obedecer em tudo, oferecendo como prova da sua sinceridade, enviar-nos ricos presentes e dar-nos em refens seu filho e o do duque Bertoldo. Vós sabeis que nesse mesmo tempo Henrique nos supplicou que nos declarássemos em seu favor contra Rodolfo, e que nós lhe respondemos que o faríamos de boa vontade depois de ouvirmos os dois príncipes num concílio. Mas logo que Henrique pôde supor que derubaria o seu competidor sem o nosso auxílio, repeliu com desprezo a nossa intervenção. É esta a razão, santíssimos apóstolos, porque depois de termos invocado o vosso testemunho como garantia de nossa sinceridade, empregamos a vossa autoridade para condenar esse soberano e os seus cúmplices. Declaramos Henrique deposto das Coróas da Alemanha e da Itália; anatematizamo-lo e chamamos sobre a sua cabeça as cóieras do céu; supplicamo-vos que lhe tireis toda a prudência nos conselhos, que o torneis covarde nos combates, a fim de que elle não alcance nunca uma vitória. Declaramos Rodolfo rei legítimo dos estados teutônicos, e concedemos áqueles que atraiçoarem Henrique, a absolvição de todos os seus pecados, e a bênção do Cristo neste e no outro mundo. Agora, bem-aventurados S. Pedro e S. Paulo, fazei conhecer ao mundo, dando a vitória a Rodolfo, que podeis ligar e desligar no céu; que podeis tirar ou conceder os impérios, os reinos, os principados, os ducados, os marquesados, os condados e os bens de todos os homens; finalmente, que tirais aos indignos e dais aos bons o pontificado, os primados, os arcebispadados e os bispados. Que os povos aprendam que julgais as coisas espirituais, e que tendes um poder absoluto sobre os negócios temporais; que podeis esmagar os demônios que são os conselheiros dos príncipes; que podeis aniquillar os reis e os poderosos da terra. Desenvolvi toda

a vossa grandeza e todo o vosso poder, e que o mundo trema de ora em diante das ordens da vossa Igreja. Fazei sobretudo que o gládio da vossa justiça fira prontamente a cabeça do criminoso Henrique, a fim de que todos os cristãos saibam que foi ferido pela vossa vontade”.

Essa sentença foi decretada em Roma, em 7 de Março de 1080, e Hildebrando enviou-a ao rei Rodolfo, com uma magnífica corôa de ouro enriquecida de pedrarias.

hóstia no fogo conjurando os demônios; padres do interior do palácio de Latran declararam que êle mandara envenenar sete papas pelo seu infame confidente Gerardo Braguros; finalmente, os padres pronunciaram a excomunhão contra Gregório, depuseram-no da S. Sé, e proclamaram soberano pontífice Guiberto, metropolitano de Ravenna, que tomou o nome de Clemente III.

Logo que o papa soube da eleição de Guiberto, apressou-se em enviar legados á Pouille e á Calábria para chamar os povos ao seu partido. Eis o modo por



Os bispos vão ao Vaticano fazer penitência. Os inquisidores fra-
des dominicanos, da Ordem de S. Domingos de Gusmão, com ferro
martirizam, dando pancadas nas costas, enquanto o Papa
dança com as suas favoritas...

Apesar de tôdas as imprecações de Gregório, os acontecimentos vieram dar-lhe um desmentido formal. Henrique entrou na Germânia à frente de um numeroso exército, e alcançou uma vitória assinalada sobre o seu competidor, na famosa jornada de Fladehein, depois do que o príncipe convocou um sínodo em Brixen, ao qual chamou todos os bispos e os senhores da Lombardia, e uma grande parte dos eclesiásticos e nobres da Alemanha.

Nessa assembléa, acusaram Gregório de heresia, de impiedade, de sacrilégio, de simonia, de concussão, de adultério, de assassinio, de magia; produziram testemunhas que afirmaram que o papa lançara a santa

que êle se exprimiu acerca dos cismáticos: Eles esforçaram-se em renovar a sua antiga conspiração; escolheram por chefe um heresiarca, um sacrilego, um perjuro, um assassino, que quis arrancar-nos a tiara e a vida, um anticristo, um Guiberto!! Num conciliabulo composto de prelados simoniacos, e concubinários, os nossos inimigos levaram o furor ao ponto de nos condemnar a nós mesmo, porque recusavamos aos seus rogos e ás suas ameaças o perdão dos seus crimes. Mas Deus sustenta-nos, far-nos-á triunfar dos maus, e nós desprezamos os seus anátemas”.

Apesar da sua segurança aparente, Gregório trabalhou ativamente para obter a proteção de Guilherme,

rei de Inglaterra, que elle tinha excomungado alguns meses antes; entrou igualmente em negociações com Roberto Guiscard, com Jourdain, príncipe de Cápua, e com os outros senhores normandos precedentemente excomungados. Deu-lhes a absolvição, confirmou-lhe a posse das terras que elles tintam usurpado, e em troca concluiu com elles um tratado pelo qual se obrigavam a defender a S. Sé contra os seus inimigos, e a unirem-se com os senhores da Toscana, vassallos da condessa Matilde, para atacar o antipapa na cidade de Ravenna. Ao mesmo tempo dirigiu cartas para Alemanha, a fim de excitar os povos em favor de Rodolfo, afirmando que o apóstolo S. Pedro lhe apparecera e lhe annunciara que naquele mesmo ano um falso rei devia morrer antes do dia anniversário do seu natalício: "Si essa profecia se não cumprir, acrescentava elle, juro perante Deus e perante os homens que sou indigno de ser papa".

Sigeberto refere que os saxônios, cheios de confiança naquella profecia, convidaram Rodolfo a tentar a sorte das armas: este marchou pois ao encontro de Henrique com um exercito inferior em numero ao do príncipe. A peleja travou-se nas margens do rio d'Ellestra, próximo de Mersburgo em Saxe; cinco vezes as suas tropas foram repelidas com perda, e cinco vezes as levou elle á carga; finalmente, no último ataque, Godofredo de Bouillon picou o seu cavallo direito a Rodolfo, feriu-o com um golpe de lança do baixo ventre e deitou-o por terra no campo de batalha. No mesmo instante um cavaleiro feriu com o seu gládio aquele desditoso rei e lhe cortou a mão direita. Rodolfo morreu quasi instantaneamente. Os soldados, atemorizados, pela perda do seu chefe, abandonaram as fileiras e fugiram para Mersburgo.

Rivet refere que o papa Gregório, num sermão público, annunciara de novo, em termos proliéticos a vitória de Rodolfo e a morte de Henrique; mas graças a uma ativa vigilância, os assassinos enviados pelo santo padre haviam sido presos, e que Gregório, para não comprometer a sua dignidade de profeta, afirmou então que a sua predição se referia tão sómente á alma do rei.

Bayle, no seu dicionário, faz este raciocínio singular: "Ou hildebrando julgava que a sua predição se cumpriria, ou não acreditava em tal. Si acreditava, deve-se-lhe chamar falso profeta; si não acreditava deve-se-lhe chamar impostor infame, porque sacrificava aos seus interesses temporais a santidade da religião, de onde se deve concluir que mais de uma vez os papas tem sido hipócritas celerados, dignos da corda e do fogo".

Depois da vitória decisiva alcançada na Alemanha sobre o seu competidor, Henrique tornou a entrar na Itália, e bateu próximo de Mantua as tropas da condessa Matilde. Assim a amante do papa se encontrou ella própria ameaçada de perder os seus estados. Apesar destes reveses, o intrépido Hildebrando reuniu novas tropas para se opor á passagem do príncipe. Mas este levou diante de si todos aquellos bandos mal aguerridos e expulsou-os mesmo de muitas praças importantes que pertenciam á condessa. No seu caminho mandava prender todos os peregrinos, e só lhes restituia a liberdade depois de ter exigido deles o juramento de não prestarem auxilio ao monge Hildebrando e a sua concubina; finalmente, o rei veio acampar nas planicies de Nero, a meia legua de Roma, com o arcebispo Guibert, sem poder contudo penetrar na cidade que estava então defendida por Matilde. Não sómente aquella mulher corajosa repeliu vigorosamente as tentativas de assalto, como também obrigou o príncipe a levantar o campo e a retirar-se para a Lombardia.

Durante toda esta guerra, a condessa desenvolveu uma atividade e uma energia surpreendentes; nenhum sacrificio lhe foi penoso, quer em homens, quer em dinheiro, para aumentar os meios de defesa do seu amante. O seu palácio tornara-se refugio dos eclesiásticos, dos monges e dos seculares italianos ou alemães que o rei expulsara ou despojara, e todos os dias tirava novos partidários á facção de Henrique, a uns concedia feudos, a outros dava dinheiro; os mais ricos recebiam nos seus braços o premio da sua dedicação ou da sua traição; os recalcitrantes eram perseguidos sem tregoa, devastados os seus dominios, degolados os seus servos, e incendiados os seus castellos.

Afinal como esta luta do altar com o trono ameaçava prolongar-se indefinidamente, Henrique resolveu dar um golpe decisivo, e apesar do successo infeliz da sua primeira tentativa, conduziu pela segunda vez o seu exercito aos muros de Roma. O verão passou-se sem que elle pudesse apoderar-se da cidade, e foi mesmo obrigado a retirar-se durante os grandes calores, deixando nos castellos vizinhos guarnições que faziam frequentes sortidas e importunavam a cidade; quando veiu o inverno, prosseguiu com os trabalhos do sitio, empregando toda a sua atividade. Pelo seu lado, os romanos continuaram a defender-se com pertinacia; então Henrique resolveu mudar de tática e lutar de hipocrisia com o santo padre. Restituiu a liberdade a muitos prelados que guardava prisioneiros declarou solenemente que protegeria todos os peregrinos que se dirigissem a Roma para visitarem os santos lugares; que a guerra estava terminada e que não queria entrar em Roma senão para receber a coroa imperial das mãos de Gregório. Os senhores romanos sentiram uma grande alegria com as intenções pacíficas do príncipe, fizeram um tratado secreto com elle; e encarregaram alguns de entre elles de se apresentarem ao santo padre pedindo-lhe que tivesse dó da sua pátria e a não sacrificasse ás suas inimizades pessoais.

O papa respondeu o seguinte á deputação: "Conhecemos perfeitamente as astúcias da política para acreditar nas promessas de um rei, contudo, si Henrique consente em fazer penitência a Deus e á Igreja, na forma que nós lhe prescrevemos, será absolvido de todos os seus pecados e conceder-lhe-emos a coroa; de outro modo não esperéis fazer-me ceder. Si elle recusar as minhas propostas, e que vós ouseis implorar ainda a nossa misericórdia para elle, declaro que vos mando matar a todos, no meio dos mais atrozes supplicios, e que eu cedo ao imperador".

Receiando uma vingança que elles sabiam inexorável, os senhores lançaram-se aos pés do santo padre, e confessaram que se tinham obrigado por juramento para com o imperador, a obrigar o papa a coroá-lo, ou abandonar a tirania. Gregório linguu perdor-lhes a traição, e para tranquilizar a sua consciência pediu-lhes que lhe repetissem a fórmula do juramento que tinham feito; tendo-a escutado atentamente, observou que apenas se tinham obrigado a darem uma coroa e não uma dignidade. Em vista disso escreveu a Henrique em nome dos romanos, que podia vir buscar a coroa imperial que lhes fora prometida, e que lhe seria colocada na cabeça com todas as honras da sacração, si elle desse satisfação á S. Sé, ou lhe seria lançada como uma esmola do alto do castello de Sant'Angelo, si elle recusasse submeter-se a isso. Tendo o rei regeitado ambas as propostas, Hildebrando fez-lhe declarar que os romanos tinham cumprido o seu juramento e se achavam desligados dele perante Deus.

Traído pelos nobres, Henrique voltou-se então para o lado do povo, e mandou publicamente que todo o habitante que se apresentasse no seu campo receberia uma

soma de dinheiro como indenização das perdas que tinha sofrido durante a guerra. Cento e quarenta e quatro mil soldos de ouro foram distribuídos para aquele fim, e tendo essa liberalidade aumentado consideravelmente o número dos seus partidários, foram-lhe abertas as portas da cidade santa, e elle pôde fazer a sua entrada triunfal em Roma.

Em primeiro lugar dirigiu-se ao palácio de Latran com o antipapa Guibert, fê-lo sagrar de novo soberano pontífice pelos bispos de Bolonha, de Modena e de Corvia, e entronizaram-no sob o nome de Clemente III; em seguida o novo papa coroou solenemente Henrique imperador do Ocidente.

Gregório encerrara-se no castelo de Sant'Angelo com os senhores que lhe haviam permanecido fiéis, e continuava a defender-se contra as tropas do rei. Mas temendo ser forçado em breve a entregar-se ao seu inimigo, tentou desfazer-se d'êle por um crime. Fôra advertido que Henrique fazia tôdas as noites as suas devoções numa basilica na qual escolhera uma capela solitária a fim de orar com maior recolhimento; comprou o padre-cardial que dirigia aquela igreja; por ordem sua foi furada a trave que sustentava o docel que ficava exatamente por cima do lugar habitual do rei, e taparam aquela abertura com uma pedra enorme que havia de se destacar ao mais pequeno movimento e esmagar o príncipe.

Estes preparativos haviam sido efitos com o maior mistério. À noite, veio Henrique, segundo o costume, ajoelhar na capela; o cardinal puxou logo pela corda que estava presa á pedra, mas ou porque a violência com que a corda fôra puxada tivesse feito desviar a pedra, ou porque o príncipe não estivesse no seu lugar habitual, a pedra não o alcançou, e quebrou-se a pequena distância d'êle, e apenas alguns fragmentos lhe fizeram ligeiros ferimentos. O padre criminoso foi imediatamente agarrado e feito pedaços pelos guardas, e o seu cadáver, depois de ter sido arrastado pelas ruas de Roma, foi lançado nas cloacas fora da cidade. Esta tentativa de assassinato acabou de desconsiderar Gregório, e quase todos os seus partidários o abandonaram para abraçarem a defesa do rei.

Mas Henrique, que recejava um novo atentado contra a sua pessoa, não quis prolongar a sua estada em Roma e retirou-se para a Lombardia, onde a condessa Matilde continuava uma guerra de extermínio, e além d'isso a Alemanha exigia a sua presença para resistir ás empresas dos Saxónios, que os legados da S. Sé tinham excitado á revolta. Durante a sua ausência, Roberto Guiscard cedeu ás solicitações do papa, abandonou a Grécia para vir em auxílio seu, desembarcou na Itália, e apresentou-se diante de Roma. Tendo-lhe sido fechadas as portas, veio a traição em seu auxílio; penetrou na cidade durante a noite, abandonou-a á pilhagem dos seus soldados, mandou pôr fogo em todos os bairros, e restabeleceu Gregório nêsse trono manchado por assassínios e carnagens.

O orgulhoso pontífice achou-se pela segunda vez senhor absoluto de Roma; convocou immediatamente um novo concílio, no qual reiterou a excomunhão pronunciada contra o antipapa Guibert, contra Henrique e contra todos os seus partidários; em seguida retirou-se para Salerno, fortaleza inexpugnável, a fim de se pôr a coberto da vingança do príncipe.

No começo da primavera, Henrique voltou com efeito a Roma, onde foi recebido com transportes de alegria; Guibert foi reinstalado pelas suas armas no palácio de Latran, e assentou-se no trono pontifical.

A notícia da vitória do seu competidor, Hildebrando entregou-se a uma cólera tal, que caiu enfermo; apoderou-se d'êle uma febre ardente, o mal piorou de dia para

dia, e finalmente, quando estava na última extremidade, os bispos que lhe assistiram e a sua própria amante, quiseram pedir-lhe que usasse de indulgência para com os seus inimigos, ao que elle respondeu: "Não, o meu ódio é implacável, amaldiçoô o pretendido imperador Henrique, o antipapa Guibert e os depravados que os sustentam; abseolvo e abençoô os simples que acreditam que um papa tem o poder de ligar e de desligar".

Gregório morreu, em 25 de maio de 1085, proferindo aquella blasfêmia; reinara perto de onze anos.

Gregório VII foi o papa que trabalhou mais ambiciosamente para elevar o poder pontifical, desenvolveu no trono de S. Pedro tôdas as qualidades de Carlos Magno, e mostrou-se digno de fundar o império da Igreja sôbre as ruínas do império do Ocidente.

Bayle afirma que o triunfo da Igreja militante foi o resultado de uma guerra de mil anos, durante os quais foi necessário empregar mais coragem e astúcia do que a precisa para conquistar o mundo inteiro. "O poder da Roma cristã é mais extraordinário, acrescenta elle, do que a da Roma pagã, e parece que a Providência destinou essa cidade para ser a senhora das nações pelas suas armas e pela sua intelligência. E com effeito não se pode considerar sem admiração, que homens, com auxilio da palavra de Deus, e de um Evangelho que prega o desprezo das grandezas, que exalta a humildade e a pobreza, tenham tido contudo a ousadia de aspirar a uma dominação absoluta sôbre todos os soberanos da terra. Mas o que surpreende ainda mais, é que os papas tenham conseguido firmar essa dominação inacreditável durante mais de mil anos; essa conquista é mais admirável do que a de Alexandre e de César, e Gregório VII, que é o seu principal autor, deve realmente ter um lugar entre os grandes conquistadores".

Estas reflexões paradoxais de Bayle têm um certo merecimento de exatidão, porque Gregório era feito mais para capitão e imperador, do que para ser sacerdote e papa. Era um grande homem de estado; provam-no de um modo incontestável a sua vida e as suas máximas. "Deus espirito, diz Gregório, domina a matéria; assim o poder espiritual é superior ao poder temporal. — O papa é o representante de Deus na terra, logo deve governar o mundo; — a elle só pertencem a infalibilidade e a universalidade; — todos os homens estão sujeitos as leis feitas por elle, e elle só pode ser julgado por Deus; deve usar as insignias imperiaes, os povos e os reis devem beijar-lhes os pés; — os cristãos estão irrevogavelmente submetidos ás suas ordens; devem mesmo degolar os seus príncipes, os seus pais e seus filhos, si elle assim o ordenar. — Nenhum concílio pode ser recebido por canônico sem a sua autorização; — finalmente, o bem e o mal só existem nas causas que elle condenou ou aprovou".

A vida de Gregório foi escrita por Paulo, cônego regular do capítulo de Berniered na Baviera, quarenta e cinco anos depois da morte do pontífice. Este historiador refere principalmente os factos milagrosos que, segundo a sua opinião, devem revelar a santidade de Hildebrando; narra que Ubaldo, bispo de Mantua, estando atacado de uma úlcera horrível no anus, em virtude dos seus atos de sodomia, consultou todos os doutores da Itália, sem experimentar alivio algum; que afinal teve a inspiração de se servir da mitra de Gregório e que tendo-a aplicado no sítio do mal, ficou curado milagrosamente.

Apesar de seus amores com Beatriz e com a formosa condessa Matilde, sua filha, apesar das suas perfídias, das suas exações, dos seus envenenamentos, dos seus assassínios e dos seus atentados, o pontífice foi collocado no número dos santos, e as suas reliquias estiveram expostas á adoração dos fiéis!

Escreve: † Carlos Duarte Costa,
Bispo do Rio de Janeiro



Mister Truman, sacristão do Vaticano, em seus planos imperialistas, e em seus discursos, apela para Deus, enquanto, com a "Bomba Atômica" destrói o Amor de Deus e o Amor do próximo...

(Aos heróicos lutadores de "LUTA")
M. Bezerra da Cunha

Quer o bom do Tio Sam dê-se-lhe o privilégio
De ser o Maioral no ofício do Extermínio...
E o mundo ocidental — cristão e humano — elegio...
Graças do vil metal ao falso e vão domínio!

Cambaleia um País? Mister Dólar protège-o...
É somente aceitar um novo raciocínio...
Para que o Yanque exêrça um poderio régio,
E o Mundo cêda, enfim, ao seu letal fascínio!...

Pátria da Liberdade... e da Bíblia sagrada!
— Liberdade... em estátua — os povos têm-na visto,
E a Bíblia... sempre, ali, foi lida e comentada —

E, agora, o que se vê? — A cena é tragicômica:
— "Seu" Truman a citar parábolas do Cristo,
A BÍBLIA EM U'A MÃO E NOUTRA...

A BOMBA ATÔMICA!...

Café Filho está eleito Vice-Presidente da República. Foi excomungado. Até exorcismos foram espalhados, entre os fiéis, para que o Brasil ficasse livre dêsse demônio (?), encarnado em Café Filho, que se chama "Divórcio". A campanha da derrotada LEC contra Café Filho foi tremenda, em todo o Brasil. Sei, por cartas recebidas dos Estados, Café Filho, porém, está eleito Vice-Presidente da República. Foi uma resposta, digna dos brasileiros, dignos, aos Cardiais, ao *celerado* Núncio Apostólico, executor das ordens do Vaticano no Brasil. Em frente á porta principal da Nunciatura, há uma escada que conduz ao primeiro andar, aí faziam comentários sobre a Vitória de Café Filho dois Monsenhores; dizia um para o outro: Café Filho está eleito. Estamos perdidos. Atrás do Divórcio virá o resto...

Aqui transcrevemos o Aviso da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, proibindo, aos católicos romanos, de votarem em Café Filho, e equiparando-o a SATANAZ:

JOÃO CAFÉ FILHO

Figurando oficialmente entre os indignos

A Curia Metropolitana confirma o veto da LEC — Nenhuma cédula do candidato do P.T.B. poderá ser utilizada pelos católicos

De ordem do Cardial dom Jaime Câmara, a Curia Metropolitana dirigiu ao eleitorado católico a seguinte proclamação:

"De ordem do Exmo. senhor Cardial Arcebispo transmite esta Curia Metropolitana aos RR, Sacerdotes, às Religiosas e aos fiéis a seguinte orientação relativamente às eleições de 3 de outubro.

1 — Havendo a Liga Eleitoral Católica reprovado a candidatura do sr. João Café Filho à Vice-Presidência da República bem como o Partido Republicano Trabalhista (PRT) em que há maior e reconhecida infiltração comunista, e sabendo o Governo da Arquidiocese o critério e objetividade com que a LEC estudou o assunto, bem claro está que nenhum católico poderá votar em qualquer dêsstes candidatos reprovados, pois onera gravemente sua consciência quem concorrer para a eleição de candidatos indignos. Mais. Já que, a imprensa estampou fotografias de cédulas, em que o nome do sr. Café Filho aparece junto a cada um dos candidatos à presidência da República, esta Curia Metropolitana adverte que nenhuma cédula com o nome do sr. Café Filho poderá ser utilizada por quem tenha consciência de católico.

2 — A grande importância da acertada escolha de candidatos leva Sua Eminência Reverendíssima a aconselhar os Sacerdotes, Religiosas e fiéis a unirem suas preces e sacrifícios no sentido de se dar à Nação o governo de que ela necessita quer no poder executivo, quer no legislativo. E como o espírito das trevas, inimigo da Igreja e da humanidade, aproveita maus indivíduos que lhe sirvam de auxiliares neste mundo, não será de mais que as almas tementes a Deus, se abloqueiem nas penitên-



A Hierarquia Católica Espanhola fazendo a saudação fascista, em S. Tiago de Compostela, em 1937; da esquerda para a direita: O Bispo de Lugo, e o Arcebispo de S. Thiago, o General Dávila e o Bispo de Madrid. Foto divulgada no Livro "Por Traz dos Ditadores".

cias e orações. Sua Eminência concede aos RR. Sacerdotes as necessárias faculdades para rezarem, na feste de São Miguel Arcanjo, desde às primeiras vésperas o "Exorcismus in satanam et angelos apostaticos" jussu Leonis XIII P.M. editus (Rituale Romanum — Benedictiones novissimae).

(Ass.) Cônego Francisco Tapajós, Chanceler do Arcebispado — Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1950.

Resta saber, si Café Filho se manterá á altura da Vitória ou si amanhã êle fará causa comum com os Cardiais, a LEC e etc. Resta saber, si esta eleição não é como as outras: *Simple mudança de homens, sem consciência nacional!* Não cantemos Vitória. Aguardemos os fatos dos novos eleitos! Serão êles dignos do Brasil?... Dutra sai do Governo, nas condições, de todos, conhecidas. Os novos eleitos, si não souberem ser brasileiros, talvez, sejam apedrejados... O Brasil já está farto de "Senhores" de Senzala...

Nas eleições de 3 de Outubro, foram cassados muitos mandatos de cassadores de mandatos, que foram atrás da conversa fiada dos Cardiais...

Um dos problemas mais sérios do Brasil é: *Dar tranquilidade de espírito a quatro milhões de desquitados.*

A nossa Constituição de 1946 foi submetida á censura dos jesuitas, como fôra a de 1934. É êsse espírito de subserviência do Estado á Igreja, que precisa acabar, como o povo demonstrou, agora, nas eleições de 3 de Outubro, não conseguindo a LEC fazer um deputado sequer. É preciso que a Constituição de 1946 seja revista e dela seja retirada tôda e qualquer proteção á IGREJA ROMANA, Igreja

estrangeira, que se rege pelo Direito Canônico e não pelas leis do país, como demonstrou D. Jaime de Barros Câmara, na questão das Irmandades.

Está errado o art. 163 da Constituição, que diz: "A família é constituída pelo casamento de *"vínculo indissolúvel"* e terá direito á proteção especial do estado".

Para quem legislaram os Constituintes de 1946? Para os católicos romanos ou para os brasileiros?

Si para os católicos romanos, os Constituintes de 1946 foram além do Código de Direito Canônico.

Com efeito, o Cardial Gasparri, em seu Catecismo Católico, diz: "O Sacramento do Matrimônio é o mesmo contrato matrimonial validamente contraído entre cristãos que, elevado por Jesús Cristo á dignidade de Sacramento, dá aos conjuges a graça de bem cumprir os deveres entre êles e seus filhos".

Diz o Cardial Gasparri que o Sacramento do Matrimônio é o mesmo contrato matrimonial e os Constituintes de 1946 dizem que o casamento é "de vínculo indissolúvel". Foram mais realistas do que o rei.

Contrato é um acôrdo entre duas ou mais pessoas que transferem entre si algum direito ou se sujeitam a alguma obrigação.

Vínculo é tudo o que ata, liga ou aperta; é um laço, um nó, um liame.

Onde estavam êsses senhores constituintes com a cabeça, quando nos deram essa Constituição? Que noção de responsabilidade tiveram êsses homens? Êsses constituintes estavam melhorando o Catecismo do Cardial Gasparri, ou estavam dando uma Constituição a um país?

Os §§ 1º e 2º do artº 163 regulam o casamento, religioso, em facº do civil, dando a entender, pela



Sacerdotes da Igreja Romana, manejam fuzis e metralhadoras, na revolução que levou ao poder o General Franco. Esta foto foi encontrada no Palácio do Conde Vilellano e publicada no Livro "Por traz dos Ditadores", está o Poder Político do Vaticano. E', isto o que está fazendo, no Brasil, o Vaticano, pelos seus funcionários: O Núncio, os Cardiais, o Episcopado, a Ação Católica, a Lec e etc.

definição, que todos os brasileiros são católicos romanos e que o Congresso não passa de um Colégio Cardinalício. É sujeitar a Nação a muita baixesa!...

O Código Civil Brasileiro, quando se refere à família, fala, sempre, em sociedade conjugal. Si é "sociedade", essa sociedade é regida por um contrato e não por um vínculo indissolúvel. Como as pessoas naturais podem exercer atos da vida civil, si estão presos, pela Constituição, por um vínculo indissolúvel? Como conciliar o desquite conjugal, isto é, como a Justiça desfaz um lar, conservando presos a um vínculo os cabeças desse lar? Diz o Código Civil: "A sentença do desquite autoriza a separação dos conjuges e põe termo ao regimem matrimonial dos bens, como si o casamento fosse anulado?" (Art. 322) Autoriza a separação... põe termo ao regimem matrimonial... como si o casamento fosse anulado... e conserva o vínculo!... Que falta de raciocínio!... Autoriza a separação e autorizando a separação, a Justiça prefere a vida dissoluta do cidadão brasileiro ao divórcio legal, entrega a mulher à prostituição!... Tudo isso, para ser agradável ao Vaticano, a um Império estrangeiro, a uns parasitas, que nada produzem e que não fazem outra coisa senão empobrecer a Nação.

E os impedimentos civis do casamento são os mesmos impedimentos religiosos? Como conciliar os §§ 1º e 2º do artº 163 com o Código Civil Brasileiro?

Os Constituintes foram embriuhados pelos jesuitas!...

Deviam os Constituintes estudar com atenção o assunto, para depois legislarem.

Si tivessem estudado, teriam visto:

1º — Que o matrimônio não tem nada de sagrado em si mesmo; é simples resultado de fatos naturais.

2º — Deus não legislou, na Bíblia, sobre este assunto, mas somente enunciou o que naturalmente existe.

3º — A legislação mosaica não santificou o matrimônio, mas o profanou, sancionando infracções atentatórias à sua dignidade nativa.

4º — Não há provas da sua elevação, por Cristo, à dignidade de sacramento.

5º — Mesmo elevado a esta dignidade, ele não deixa de ser natural e secular quanto ao contrato e ao laço conjugal.

6º — O casamento civil é a consequência lógica desta distinção reconhecida, não hesitando, nesse ponto, os teólogos.

7º — A regulamentação do matrimônio, das condições necessárias para a sua existência, ou suficientes para a sua dissolução, pertence ao Estado. A pretensão do Vaticano, nesse sentido, não passa do resultado das ambições sempre crescentes.

8º — A Igreja Romana nunca soube honrar o matrimônio. Fale a história da Igreja, com os hediondos crimes dos Papas.

Adão e Eva nunca existiram, como, oportunamente, demonstraremos.

O Visível e o Invisível são regidos por uma lei, constituída por dois termos antagônicos — positivo e negativo — de cujo contacto ou aproximação surge o terceiro termo, que se chama neutro ou equilibrado.

ELES E AS ELEIÇÕES



A FILHA DE MARIA: PADRE, EM QUEM DEVO VOTAR?
O PADRE: VOTE NOS CANDIDATOS ESCOLHIDOS
POR NÓS.

O funcionário do Vaticano aconselha que não vote em Café Filho, porque Café Filho está excomungado, por ter se manifestado favorável no divórcio.

Crisna considerava Deus como entidade *Macho e Fêmea*. Daí, o termo Vishnu, produto do desmembramento Irshuíta dos dois termos Brahma e Siva, que representava a divindade indivisível, fazendo Orfeu dizer que *Júpiter era o esposo e a esposa divinos*.

É sabido que não há fenômeno algum sideral ou terrestre que não esteja preso à Lei dos dois polos. É a lei da atração e repulsão que conserva a distância dos planetas entre si. Também, nos reinos animal, vegetal ou mineral, essa é a lei que rege a vida cósmica.

O estudo acurado, dessa lei, dará a definição exata do que seja o matrimônio, cientificamente, falando.

Essa lei obrigará o homem ao estudo dos glóbulos brancos e vermelhos, desvendando a chave, representada por uma tesoura, onde positivaremos o matrimônio, pondo um ponto final nesse fanatismo, nessa ignorância secular.

No reino vegetal, os botânicos descobriram o *Pistilo*, feminino, e o *Estame*, masculino.

Estudos estão sendo feitos, no reino mineral, para a descoberta dos dois polos.

A grande lei do Universo é a das vibrações do pensamento divino, onde encontraremos o matrimônio, sem que tenha havido qualquer legislação especial para a Terra.

Vivendo o homem em sociedade, devemos reconhecer a necessidade da constituição da família, mediante leis que instruem a matéria, evitando de-

generescências da espécie, física e moralmente. Isso pertence à legislação civil, mesmo porque não vemos em qualquer religião antiga, nem nos documentos das religiões ainda existentes na Índia e na Ásia, regras instituindo o casamento e subordinando-o a dogmas.

Ninguém se casava, evocando Ormuzd, Jehovah e Budha. Cristo não instituiu o matrimônio e si aconselhou a adúltera que não pecasse mais, assim o fez para livrá-la do apedramento.

S. Paulo, que chama o casamento "sacramento grande em Cristo e na Igreja", na Epístola primeira aos Coríntios, consultado, diz que sobre a matéria nada recebeu do Senhor. Quem lê essa Epístola, vê que S. Paulo diz e se desdiz. Por conseguinte, esses conselhos não têm nenhum valor, para as pessoas sensatas, que sabem que a revelação dos livros sagrados é uma mentira do Vaticano. E si alguém duvidar, procure saber o valor que a antiguidade dava aos sonhos. Não devemos confundir revelação e inspiração com intuição. Esta todos nós temos. Revelação e Inspiração existem para aqueles que nós chamamos: Espertalhões e Sugadores dos bens dos outros, mediante a implantação do fanatismo, pela ignorância e atraso da Humanidade, tudo isso sinônimo de VATICANO.

Isto posto, concluímos que:

1º — A indissolubilidade do matrimônio não é fundada no direito natural, sendo contrária a esse direito;

2º — O Divórcio prova que a noção de liberdade é mais bem compreendida;

3º — A indissolubilidade do matrimônio prova o predomínio das teorias despóticas e bárbaras;

4º — O matrimônio tem por base principal o consentimento dos esposos, que, revogado, fica dissolvido o contrato matrimonial;

5º — Semelhante compromisso pode ser perpétuo na intenção dos esposos, mas não na realidade jurídica, porque a liberdade individual nunca pode ser alienada irrevogavelmente por qualquer convenção;

6º — Os povos que admitem o divórcio não são menos moralizados, nem vivem em menos prosperidade do que os que o rejeitam. Pelo contrário, o divórcio concorre para melhor segurança dos povos.

7º — A simples separação dos corpos não basta para cortar os graves inconvenientes da indissolubilidade matrimonial e, no tocante à moralidade pública, as consequências são desastrosas;

8º O direito divino não é contrário ao divórcio. Moisés permitiu, na antiga lei, Cristo admitiu-o expressamente no caso de adultério (S. Mat. V, 32) e S. Paulo no caso de batismo de um dos conjugues (1 Cor. VII, 15);

9º — O direito eclesiástico dos orientais é favorável ao divórcio, por adultério;

10º — O direito eclesiástico dos ocidentais, em determinados casos, admite o divórcio, comoavam: a) as decisões e práticas contraditórias dos Padres e Concílios; b) as sentenças de divórcio da Cúria Romana; c) a identidade dos resultados da lei eclesiástica que proíbe o divórcio, deixando à autoridade espiritual o direito de pronunciar a nulidade do matrimônio, e da lei civil, que reconhece e sanciona com inteira sinceridade a faculdade do divórcio; d) a contradição que há entre a severidade da Cúria Romana e a prática bem indulgente em matéria de dissolução de matrimônio; e) a estranha anomalia de uma Igreja, que fulmina as concessões da autoridade civil

Ontem e Hoje

DOMINGOS MAGARINOS

Por mais prolongada, é, sempre, relativamente transitória, a solidez das muralhas chinesas que, pelo seu anacronismo, impossibilitam a marcha gloriosa da evolução dos povos.

O terror e a ignorância, o fanatismo e o suborno foram as armas secretas mais utilizadas pelos inquisidores que, ainda hoje, procuram despersonalizar o brasileiro e desnacionalizar o Brasil, afim de espoliá-los, com mais facilidade e mais vantagens econômicas, de todos os bens, de todas as propriedades que suas vítimas possuem, no presente, ou venham a possuir, no futuro.

Enquanto, o povo brasileiro não se curar do complexo de inferioridade que lhe foi, diabolicamente sugerido, desde o período colonial, não conseguirá formar a sua personalidade, absolutamente indispensável, à sua nacionalização.

Foi esse complexo de inferioridade, sugerido pelos jesuitas, os "nossos primeiros mestres", com o intuito de evitar a nacionalização do povo brasileiro e a conseqüente Independência do Brasil que, determinando essa atrofia das faculdades congênitas de raciocínio, o levou e leva, ainda hoje, ao vizo ou mania de imitar, copiar ou repetir, inconscientemente, tudo que se pensa, diz e faz no estrangeiro, isto é, nos países que supõe "superiores ou mais civilizados".

Esse método pedagógico dos "inacianos" que viza e, sempre, vizou a despersonalização do povo (a famosa *ratio studiorum* e o não menos famoso *perinde ac cadaver*) é, como tenho repetido, uma verdadeira adaga de dois gumes, porque, tanto arredonda ou arrasta o povo a imitar místicas, propósitos, objetivos, atitudes, cometimentos proveitosos, como predispõe e arrasta a práticas condenáveis e prejudiciais aos interesses ou conveniências do país ou da instituição nacional ou estrangeira que o adota e propala.

O vizo de imitar ou copiar os outros povos induz e, sempre, induziu o povo brasileiro a realizações antecipadas, conquistas políticas, sociais e econômicas, de conseqüências, profundamente funestas, para o país, como a História documenta.

De fato, antes de adormirmos os elementos militares, indispensáveis à defesa e garantia da integridade nacional, antes de obtermos os recursos, absolutamente necessários à exploração agrícola, comercial e industrial do imenso território outorgado pelo decreto pontifical de Alexandre VI, antes, em suma, de possuímos os meios precisos à solução de elementares problemas internos e externos, inevitáveis e decorrentes da "gloriosa vitória", imitando, copiando, plagiando os norte-americanos, fizemos a Independência do Brasil.

Antes de educarmos e instruímos o escravo, o mártire arrancado à sua liberdade, isto é, preparar esse infeliz, como homem, *imitando* os exemplos citados pela demagogia abolicionista, a propósito do que se passava no estrangeiro, fizemos a sua libertação, e, antes de prepararmos esse escravo, como cidadão livre, *ainda, imitando* os exemplos citados pela propaganda republicana, relativamente ao que se ve-



Telegramas dão a visita de um bispo romano italiano, ao Secretário do Partido Comunista, na Itália, Sr. Palmiro Togliatti. A foto reproduz a visita desse Prelado Romano.

e se mostra benevolente em conceder o divórcio, sobretudo, quando se trata dos ricos e grandes do mundo;

11º — A dualidade de casamento civil e religioso suprimiu a mística do sacramento do matrimônio, com tôdas as qualidades da ordem sobrenatural;

12º — O clero francês aceitou o divórcio de Napoleão, anulando o seu casamento, e o clero belga manifestou-se favorável ao divórcio.

13º — O Can. 1119 do Código de Direito Canônico diz: "O matrimônio não consumado entre batizados ou entre uma parte batizada e a outra não, pode ser dissolvido, pelo direito, pela profissão religiosa, por dispensa da S. Sé Apostólica concedida por motivos justos, apresentados por ambas ou por uma das partes, neste caso mesmo uma das partes não tendo conhecimento".

É, por conseguinte, a própria Igreja Romana quem não dá importância à indissolubilidade matrimonial, sujeitando-a à consumação do ato conjugal e colocando a profissão religiosa acima da dignidade sacramental.

Tendo, pois, em consideração o exposto, a Nação espera que o seu Presidente-eleito, Dr. Getúlio Vargas, sancione a Lei de Divórcio, presa em uma das suas gavetas, quando ditador, e que por medo da Igreja Romana privou o Brasil desta grande bênção divina.

Está em jogo o patriotismo de S. Ex. e do seu companheiro de legenda, Dr. Café Filho.

Venha o Divórcio.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1950.

Por que deixo a Igreja Romana e Abraço a Igreja Brasileira?

"Da verdade de Deus"

Padre Prof. Paulo Ferreira da Rocha

CAPITULO I

Desde há muito, quer através de observações pessoais, quer através da própria teologia, em suas divisões, que venho estudando os problemas sobre a fé, entre as igrejas que os apresentam, chegando eu, a respeito às seguintes conclusões:

1) S. Pedro não fôra o primeiro papa, porque, naquela época, até Gregório 7º, ninguém se dizia "papa". Este, era um termo italiano, originário da Calábria: "il papá" significava "o papai". Tardamente, transportou-se o termo para o italiano clássico: "il padre" que quer dizer "o pai". Somente Gregório 7º que, isolando-se no Vaticano, denominou-se de "papa".

Portanto, o poder central da doutrina está com o bispo, sendo o papa apenas, um bispo eleito sem razão de ser, para a chefia da igreja de Christo.

2) A igreja católica, apostólica, romana, nos ensina que é católica, porque "Katos" em grego quer dizer "Universo"; portanto, é ela a igreja universal; que é apostólica por ser mantida pelos apóstolos; romana, porque sua sede é em Roma. (Vide Cesar Cantú e a História de Roma do italiano Guglielmo Ferrero). Quanto às duas primeiras explicações, não contesto, dela ser católica, apostólica; só contesto a justificação do termo "romana" sob a falso fundamento de sua sede sempre ter sido em Roma; isto, porque, quem estuda História Universal, sabe muito bem que a primeira sede da igreja fôra em Antioquia, sendo, mais tarde, transportada para Roma. Assim mesmo, não se pôde precisar onde esteja a verdade histórica sobre o fato, pois, há documentos históricos nos demonstrando que, nos quatro séculos, a igreja de Cristo tivera sede em Jerusalém;

3) Também, para que a Igreja fôsse católica, apostólica, sem cogitarmos do termo "romana", seria preciso que ela conservasse inalterável, através dos séculos, a doutrina de Christo, sem manter instituições que não foram criadas nem mandadas criar por ordem do Christo: a propósito, saibam os teólogos que só há quatro sacramentos como verdadeiros! tais são: a) Batismo, a Eucaristia e a Ordem, estes de instituição divina; b) A extrema-unção, de instituição apostólica. A escritura nos mostra o batismo de Jesus, realizado por S. João Batista; nos dá conhecimento da "última ceia", na qual Jesus instituiu o sacramento da "Eucaristia" que em grego quer dizer: "bôa graça; e que, nessa própria memorável ceia Ele transmitiu o seu poder espiritual aos apóstolos, dizendo: "Fazei isto em memória de mim".

Entrementes, para chegarmos à conclusão de que na última ceia Christo instituiu dois grandes sacramentos, sejam a "Eucaristia" e a "Ordem", historicamente os acontecimentos:

Eis que, Jesus, tomando o pão em suas mãos, partiu-o, benzeu-o e disse: "TOMAI E COMEI, ISTO É O MEU CORPO QUE SERÁ ENTREGUE POR VÓS".

E, do mesmo modo, tomando em suas mãos o cálice, que continha vinho, benzeu-o, dizendo: "TOMAI E BEBEI, ISTO É O MEU SANGUE,

DO NOVO E DO ANTIGO TESTAMENTO, MISTÉRIO DE FÉ, QUE SERÁ DERRAMADO POR VÓS E POR MUITOS EM REMISSÃO DE TODOS OS PÉCADOS".

Assim, na sequência dos textos, se observa a preocupação de Christo em não deixar dúvidas sobre a grandeza eucarística nos corações dos apóstolos, e, por isso, vêmo-LO dizendo: "Não cogiteis malícia em vossos corações, porque O MEU CORPO É VERDADEIRAMENTE COMIDA E MEU SANGUE VERDADEIRAMENTE BEBIDA. "QUEM NÃO COMER DO MEU CORPO E NÃO BEBER DE MEU SANGUE NÃO TERÁ A VIDA ETERNA". Ai, também instituindo o sacramento da "Ordem", arrematou, afinal: "FAZEI ISTO EM MEMORIA DE MIM".

Deste modo, crendo-se, como se crê, na Onipotência de Deus, não se pôde negar, peremptoriamente, a verdade sobre a instituição eucarística realizada por Christo, e, logo em seguida, a sua autorização para que os apóstolos continuassem a sua doutrina, autorização essa que fôra conferida pelo sacramento da "ordem".

Já com relação ao Sacramento da "Extrema-unção", embora este não tenha instituição divina, admite-se como instituição apostólica, realizada pelo apóstolo Tiago.

Alhures, pôde-se afirmar, categoricamente, que os sacramentos da "penitência (confissão) e do matrimônio, são instituições papais, porque, estes dois "sacramentos", ministrados pela Igreja romana, nunca tiveram instituição apostólica e, muito menos, divina. Sabe-se, pela história, que os antigos cristãos confessavam publicamente os seus pecados, e, para isso, se apresentavam ao "público" vestidos de branco, de "veste cândida", donde se originou a palavra: "candidato".

Assim, candidatos ao perdão, diziam em altas vozes tudo o que faziam contra as leis de Deus. Mais tarde, porém, a confissão passou a ser sigilosa, com o evento do "Livro penitenciário", onde, ali os pecadores inseriam as suas culpas. Mesmo assim, necessário se tornava que a "confissão" adquirisse caráter completamente sigiloso, quando, então, em meados do século 9º, os monges orientais instituíram ospequenos tribunais da igreja, que são os confissionários.

Resumindo, destarte, de modo algum, vê-se a confissão ou seja o sacramento da "penitência", quer como instituição divina, quer como instituição apostólica. E, não se pôde admitir como "sacramento" aquilo que não estiver compreendido nessas duas modalidades doutrinárias. O papa não pôde criar, apenas, manter o que está instituído ou de repetir, ou instituir sacramentos, porque, o seu poder é de, através dos séculos, tudo que fôra feito pelo Divino Mestre e seus apóstolos, ou sejam os poderes conferidos pelo sacramento da "Ordem". Mesmo porque, a Confissão, além de oferecer sérios perigos à formação do caráter da criança, dadas as perguntas, mesmo discretas, formuladas no confissionário pelo sacerdote, perguntas essas que nem sempre têm bôa repercussão no estado íntimo do jovem ou da jovem, é, além disso, a confissão, o suposto sacramento que põe a Igreja romana na posição-chave dos conhecimentos do mundo, em seus segredos ou minimos detalhes, razão de sua estabilidade e de seu poderio e por onde ela devassa os lares, as fábricas,



A esquerda, o Padre Prof. Paulo Ferreira da Rocha, entre colegas, no Seminário de Diamantina.

família, decidir pela dissolubilidade ou indissolubilidade do matrimônio.

CAPITULO II — OUTROS FATOS

Depois da morte dos apóstolos, os outros discípulos, concorrendo à sucessão apostólica (convenhamos que fossem os padres) começaram a regulamentar todos os acontecimentos apostólicos, dando forma e interpretação aos fatos bíblicos. Surgiu, então, a instituição da "Missa", que é um complexo de acontecimentos da vida de Christo; nela se renovam os três maiores acontecimentos bíblicos: a instituição da Eucaristia, da Ordem e o calvário de Christo!

Vêmos, ainda, as vestes sacerdotais! a casula, que representa a alegria do apóstolo; a estola, o símbolo do poder; o manipulo, o poder sobre as trevas. As velas, a lâmpada ardente, as imagens... todavia, não são essas representações materiais que provocam dissidências e protestos. Os delitos contra a fé, como denominam os teólogos romanos, sempre são praticados quando o papa se vale de sua autoridade para ampliar a doutrina com absurdos e incoerências, quer instituindo sacramentos (confissão e matrimônio) quer abordando decisões por meio de dogmas, sobre os quais persiste a imposição de crença.

Assim, historiando os fatos, digamos que o mundo já estava viciado pelas teorias de Platão, quando surgiu Aristóteles encontrando certa dificuldade para superar o mestre. Enquanto isso, os cientistas, por outro lado, procuravam destruir, por todos os meios e modos, com explicações científicas, as coisas de

Deus. Havia necessidade, pois, que se compilhassem argumentos capazes de garantir a existência de Deus e da alma, principalmente diante da quasi vitoriosa teoria do poligenismo. Para isso, alguns clérigos e homens inteligentes apresentaram os seus trabalhos, mestres êsses até hoje reputados em filosofia e teologia, mas, nessa ocasião, surgira o monge Thomaz de Aquino, que, entre Platão e Aristóteles, decidira por êste último, aperfeiçoando-lhes as teorias, criando, assim, parece, para a Igreja romana, a Filosofia, que servia a princípio para garantir a existência de Deus e da alma. Dados os seus méritos, Thomaz de Aquino recebera da igreja romana o título de "doutor angélico", uma vez que, as suas teses, além de eficientes, para ela, eram singelas, incapazes de provocar combates ferrenhos. Já em outro plano, como cooperadores daquêle, sem falar-mos de Santa Tereza, surgem S. Boaventura e S. Agostinho: o primeiro com o título de "doutor seráfico" enquanto o segundo recebera o título de "pater comunis" "pai da comunidade".

Mas, a Filosofia não bastava. Havia, ainda, a necessidade de outros argumentos que garantissem, não somente, seguras interpretações dos textos bíblicos, como também, as diversas iniciativas da igreja romana, que usando do arbítrio de seu poder, já estava comprometida por atos irrefletidos ou maliciosos e já havia elástico a doutrina com instituições sacramentais e outras inovações não autorizadas pelo Divino Mestre, base de toda doutrina. Então, em meio das sérias polémicas, um grupo de clérigos e de leigos ilustres se propôs a compilar tais argumentos, nascendo, daí, a teologia. Alhures, imperfeita ou incompleta, para uns, se consumou como perfeita e completa na obra de Duns Scott, enquanto, para outros, (os tomistas) na Suma Teológica de de S. Thomaz de Aquino, com as valiosas cooperações de Santa Tereza, S. Boaventura, S. Agostinho e etc. Mesmo assim, a Teologia não convencia a todos ou não fôra suficiente para aquêles que buscavam a maneira mais lógica de crer em Deus e nas suas entidades. O papa sentiu, então, a necessidade de, pondo-se como legislador supremo, preparar um código de leis, ao qual denominou de: "Código de direito canônico" (embora argumentem alguns, o que não está provado, que êsse código tenha sido obra de juristas italianos) pelo qual código passaram a ser impostas severas penalidades aquêles que divergissem ou articulassem palavra contra seus atos.

Portanto, tenha sido obra do papa, de juristas italianos ou do próprio governo daquela época, a verdade é que, êsse código nada significa para a vida civil do povo italiano por tratar, exclusivamente, de assuntos eclesiásticos. Assim, por ser o papa o maior interessado nêle, não se peca em dizer que o Código de Direito Canônico tenha sido obra dêle, mesmo como autor intelectual. E se houve homens doutos da idade medieval, que se doutoraram em "cânones", êsses não o fizeram por considerar tal "direito" importante para a vida civil ou erudito no âmbito intelectual; o fizeram por que, em meio das dúvidas e polémicas travadas, naquela época, contra a Igreja romana, que a punham em realce, queriam ficar a par dos acontecimentos, conhecendo-a de perto, através de suas leis (que não são as divinas).

Garantido por êsse código e apelando para o "corpo místico" da Igreja, que somos nós, o papa proclamou os dogmas, com o objetivo de impor a fé romana em qualquer circunstância. Sentiu, ainda, a necessidade de garantir os seus atos, acima de quaisquer

fôram empregados: temos, verbî gratia, em vista, o caso da mortandade dos protestantes, na noite de S. Bartolomeu, cujo S. Cirilo, canonizado pela Igreja Romana, está bem comprometido... De qualquer modo, a verdade é que, fracassado, como fracassou, o violento processo da inquisição, para impôr a fé, o papa teria que lançar mão de outro processo menos violento para tanto, e o fez: eis o Código de Direito Canônico, lançando a pena de excomunhão a quantos não aceitarem, na íntegra, o catolicismo romano, com todas as suas verdades e êrros, pondo-nos, assim, na qualidade de débeis mentais, exercendo sôbre nós uma poderosa curatela, por qual título nos incapacita de investigar a verdade.

Assim, atingimos o ponto culminante da questão: poder-se-ia esquecer tudo o que foi dito nas páginas anteriores, se, pelo menos, nos tempos modernos, tivéssemos encontrado o catolicismo romano profundamente modificado. Mas, isso não acontece: o papa, ferrenho ao seu primado, tem agravado, cada vez mais, a doutrina daquêle de quem se diz Vigário na terra, por não querer transigir em matéria de fé.

Sinão, volverei a tecer argumentos, frutos de antiga observações, que servirão para confirmar a minha afirmativa: O primeiro argumento versa sôbre a fé católica romana, que essa igreja pretende inpor com leis canônicas, excomungando ou amaldiçoando a quantos crêem em Deus de maneira diferente. Para o que argumentemos:

Se o papa, na qualidade de vigário de Christo na terra julga que só a fé católica romana é a verdadeira, enquanto, por outro lado, a teologia nos ensina que "A fé é um dom sobrenatural, gratuito, infuso por Deus nas almas", chegamos à seguinte conclusão: ou, falando abusivamente, Deus se apresenta como culpado, por contrariar o seu vigário na terra infundindo nas almas fês de diversas modalidades, permitindo que cada qual creia nEle de maneira diferente, seja pela fé espirita, seja pela fé protestante e etc. ou, então Deus não é culpado, como não pôde ser, e nêsse caso o papa estaria errado!

E está! Como se pôde condenar "alguém" que nos aponta o caminho do bem, só porque esse "alguém" é espirita ou protestante e não é católico romano? Deve-se condenar o materialismo, o existencialismo porque ameaçam a destruição moral da família e da Sociedade; deve-se condenar os vícios e os maus costumes que acarretam a destruição moral e social do indivíduo, mas, condenar, repudiá aquêle que nos ensina a amar a Deus, a fazer o bem, só porque não se amolga às aberrações doutrinárias e incoerências teológicas, só porque não é católico romano, isso nunca! Esse egoísmo, além de injustificável, jamais teria a aprovação divina!

Assim, sendo, a política religiosa da Igreja Romana deveria ser outra e não vindicativa: como "katos", em grego, quer dizer "universo" e considerando-se universal a Igreja Romana, ela deveria julgar todos como filhos, esperá-los de volta à casa paterna, sempre disposta a ir ao seu encontro em qualquer circunstância. Pelo contrário, o filho que não aceita as suas imposições é logo excomungado, amaldiçoado, de modo que, mesmo querendo ele voltar à casa paterna, terá que ficar pelo caminho...

E, até a alma sofre os rigores dessa vingança, pois que, se em vida "alguém" esteve enquadrado nas penalidades canônicas, como excomungado, não terá direito à sepultura eclesiástica (isto quer dizer: se as autoridades do país atendessem à Igreja, teriam que arremessar o cadáver numa vala comum, para servirem de pasto aos urubús) nem terá direito à

missa de qualquer modalidade, e o sacerdote, nem sequer, poderá levar, mesmo tido como consolador, o consolo e o alívio da palavra de Deus à família desolada!

Essas minhas afirmativas, por mais incríveis que pareçam, entretanto, condizem com a pura verdade: Quem quiser poderá consultar o Código de Direito Canônico, que nêle encontrará esta série de atentados ao Cristianismo: "Não teem direito aos officios religiosos nem às missas de 3º, 7º dia e de aniversário: a) os que morrem em duelo ou em consequência d'êle; b) os apóstatas, os herejes, os excomungados os espiritas, protestantes, maçons; c) os que pedirem a cremação de seus corpos; d) os que viverem maritalmente".

Ora, constituem absurdo e incoerência tais proibições, porque:

I) Os pecadores, nêsse caso, que mais necessitam de missa, como sufrágio de suas almas, são, justamente, os excluidos brutalmente, dêsse beneficio espiritual, tudo em virtude do Código Direito Canônico!

II) Mesmo porque, com a morte, deviam sanar todas as punições terrenas uma vez que, a Igreja Romana, enquanto "alguém" é vivo, procura, pelos elementos da vida material, garantir a salvação dessa alma, mas, não poderá precisar, além da morte, o verdadeiro juízo que Deus fará sôbre determinada alma. Assim, sendo, suponhamos que Deus resolva salvar a alma de uma criatura que, durante a vida, vivera excomungada: nêsse caso, não seria um contra-senso o fato do catolicismo romano continuar mantendo ou alimentando uma excomunhão sôbre uma alma que já obteve o perdão de Deus?! Como poderá o catolicismo romano certificar-se sôbre a possível perdição da alma, além da morte, se condena as comunicações espiritas? Terá o papa algum telescópio de modo que possa ver, na eternidade, a verdadeira posição da alma, logo após a morte de alguém? Dêste modo, não seria mais lógico que, com a morte, todas as punições de ordem terrena tivessem fim?

E, não é só isso, caros leitores! Até as famílias dos excomungados sofrem as consequências dessa punição! Nêsse particular, eu sou testemunha de fatos concretos: sacerdotes romanos negam-se de consolar qualquer família desolada, só porque, em vida, o ente falecido não atendia às leis canônicas!

É um absurdo! Christo quando resuscitou Lázaro não quis saber a que religião êle pertencia ou pertenciam os seus ancestrais! Quando curou cegos, aleijados, paralíticos, não procurou saber a que religião pertenciam aquêles que se lhe apresentavam! Se era necessário curar, Êle curava! Se era necessário consolar, Êle consolava! Se era preciso resuscitar, Êle resuscitava! Bastou que Maria Madalena, cheia de pecados, se ajoelhasse a seus pés, arrependida, para que Êle dissesse: "Vai mulher, a tua fé te salvou! Não peques mais!"

Entretanto, o papa só vê as leis canônicas e nega perdão e consolo, por toda eternidade, não somente aquêles que não os aceita, como, também, às suas famílias! E, por que? Porventura, Christo condenou os judeus só porque êles não o aceitavam? Não morreu na cruz, dizendo:

"Pai, perdoai-lhes porque êles não sabem o que fazem?!"

No entanto o papa, que se diz "Alter Christus", "Outro Christo", excomunga ou amaldiçoá a quantos divergem, apenas, de suas absurdas idéias.

NOTICIAS DA ICAB

Distrito Federal;

Padre Raul Clementino Smania

No dia 15 de Outubro de 1950, na Igreja Paroquial de S. Ana, na Penha, S. Ex. Revma. o Janeiro, promoveu ao sacerdócio o Diácono Raul Sr. Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Clementino Smania, por vontade popular, eleito Pároco de Porto Alegre.

O novo sacerdote da ICAB nasceu, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, aos 4 dias do mês de Janeiro de 1925, sendo filho de Herminio Smania e de Adelina Noal Smania; foi batizado na Igreja de N. S. da Saúde, bairro de Teresópolis, em Porto Alegre, e crismado, na Igreja de N. S. da Glória, de Porto Alegre, por D. João Becker; fez a primeira comunhão, na Igreja de N. S. da Saúde, no dia 15 de Agosto de 1934; cursou o Seminário de S. José de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul; ingressou no Exército, no Corpo de Enfermeiros da terceira Formação de Saúde Regional, em 2 de Fevereiro de 1942, diplomando-se. Desde 1945, acompanha, com muito entusiasmo, o movimento de libertação da Pátria do jugo nefasto do Vaticano. Em 1947, esteve aqui no Rio, assistindo à bênção da pedra fundamental da Igreja Paroquial de S. Ana, da Penha. Em 8 de Julho de 1950, foi eleito Pároco de Porto Alegre, e em 11 de Outubro, recebia o Diaconado.

Com o seguinte Decreto, S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos criava, em 22 de Outubro de 1950, a paróquia de N. S. Menina de Porto Alegre:

A todos os que este presente Nosso Decreto virem: Saudação, Paz e Bênção em o Senhor.

FAZEMOS saber que, atendendo à vontade do povo de Porto Alegre e louvando o espírito altamente patriótico de sua libertação religiosa das garras do VATICANO, verdadeira árvore de rapina da nossa nacionalidade: Havemos por bem criar, como criamos, pelo presente Nosso Decreto, a Paróquia de NOSSA SENHORA MENINA, de Porto Alegre, e nomear, como nomeamos, seu primeiro Pároco o Ilmo. Revmo. Sr. Padre Raul Clementino Smania, solenemente eleito, em 8 de Julho de 1950, e por nós confirmado, em 1º de Agosto de 1950.

Criando a Paróquia de Porto Alegre, é Nossa intenção apresentar, ao povo, Cristo como ponto de partida e chefe da vida cristã, desejando que o Estado do Rio Grande do Sul nele se incorpore, recebendo sua vida, participando da sua raça e glorificando-se do seu espírito. Este espírito é luz, é Força, que Nos aponta a Liberdade como fator principal do Amor de Deus e do próximo.

Dando Nossa Senhora Menina como Patrona da Paróquia de Porto Alegre, assim procedemos, porque desejamos que o povo do Rio Grande do Sul, em Maria, tenha uma inspiração perene do gênio, da arte, da virtude, do heroísmo e de tudo quanto é belo, elevado e sublime, verdadeiro tema sempre fecundo, nunca exaurido e sempre inexaurível, superior a todos os elogios, milhares e milhares de livros têm anunciado seus louvores e grandezas, outros ainda mais numerosos se publicarão e quando alguém pensar de ter dito tudo quanto humanamente é possível se dizer, os cristãos acharão que

de Maria ainda nada se disse e isto porque de Maria só pode falar a Divindade.

Dado e passado, nesta cidade do Rio de Janeiro, sob o Nosso Sinal e Selo de Nossas Armas, aos vinte e dois dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e cinquenta, dia da primeira missa do Pároco nomeado. E eu o Padre Olinto Pinto servindo de Secretário, o subscrevi.

† Carlos Duarte Costa

Bispo do Rio de Janeiro

Nesse mesmo dia, 22 de Outubro de 1950, o Ilmo. e Revmo. Sr. Padre Raul Clementino Smania, celebrou a sua primeira missa, na Igreja Paroquial de S. Ana.

TÉRMO DE POSSE

Certificamos que, aos vinte e dois dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e cinquenta, na Nossa presença, compareceu o Ilmo. e Revmo. Sr. Padre Raul Clementino Smania, ao qual empossamos no cargo de Pároco de Nossa Senhora Menina de Porto Alegre, antes da missa dominical,



Cerimônia da prostração, na ordenação sacerdotal do Padre Raul Clementino Smania

na Igreja Paroquial de S. Ana, à rua do Couto, nº 54 — PENHA — desta cidade do Rio de Janeiro, sendo-lhe imposta, por Nós, a estola paroquial, estando a Igreja repleta de fiéis, manifestando o povo o seu entusiasmo, com uma salva de palmas, servindo de padrinho o Padre Olinto Pinto e de madrinha a exma. sra. D. Laura Fernandes Januzzi-vice-presidente e tesoureira da Irmandade

de S. Ana, da Penha. E, para constar, lavramos este termo, que assinamos.

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1950

† Carlos Duarte Costa

Bispo do Rio de Janeiro

No dia 26 de Outubro, em Avião Militar, regressou a Porto Alegre o Ilmo. Revmo. Sr. Padre Raul Clementino Smania.

Aguardamos notícias da instalação oficial da Paróquia.



O Pe. Prof. Paulo Ferreira da Rocha, quando seminarista.

AUTOBIOGRAFIA

Padre Prof. Paulo Ferreira da Rocha da ICAB.

Nasci em 7 de agosto de 1920 na maternidade de "Laranjeiras" no Distrito Federal, sendo registrado, porém, no cartório de S. Gonçalo, em Niterói. Sou filho legítimo de Alvaro Franco da Rocha e de Jerecê Ferreira da Rocha.

Como recém-nascido segundo depoimento de meus parentes, estive entre a vida e a morte, acometido de doenças graves. Já desenganado por vários médicos, inclusive pelo célebre Dr. Aristides Caíre, fui milagrosamente salvo por mercê ou milagre de S. Sebastião. Explique-se: Segundo depoimento de meu progenitor, a minha vida de ainda recém-nascido já havia sido abandonada pela ciência. Meu pai, um tanto mais voltado para a vida profana do que para a vida espiritual, era tibio. Todavia, reclinado numa cadeira de "balanço" de olhos fixos numa imagem de S. Sebastião pedira ao grande Santo Guerreiro que salvasse o seu primogênito.

Nessa expectativa adormecera rezando... Sonhou, então, com a farmácia de um amigo em cuja prateleira havia um frasco de remédio, conseguindo gravar a forma do vidro e as suas demais características, sem entretanto, ter podido observar o nome do referido remédio. Imediatamente, acordando daquele sonho extraordinário, o meu progenitor, atravessando as ruas da cidade, bateu com insistência às portas da farmácia do amigo, pedindo ao farmacêutico que lhe mostrasse as prateleiras

da mesma. Embora profundamente penalizado por julgar o farmacêutico que seu amigo, meu pai, estivesse sofrendo das faculdades mentais, ainda assim fez-lhe a vontade: Então o meu progenitor pôde identificar nas prateleiras da farmácia em apêço, aquele mesmo remédio com o qual havia sonhado anteriormente, que se denominava: "Leite Infantil".

Daí por diante, sempre "desenganado" pela ciência, alguns esculápios profetizaram que o meu desenlace terreno verificar-se-ia, mais ou menos, aos doze anos de idade, por terem descoberto em mim uma "insuficiência mitral".

Aos 9 anos de idade ingressei no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói; logrando o prêmio "Medalha de Dom Bôscó".

Aos 10 anos fui matriculado no Seminário de S. José de Niterói, sendo transferido em 1932 para o Seminário de S. José do Rio Comprido, em virtude do fechamento daquele Seminário, por questões financeiras.

Daí, também, foi o que me pareceu, por questões financeiras, o Sr. Bispo de Niterói — Dom José Pereira Alves — hoje falecido, houve por bem transferir os seus seminaristas, mandando os que já estavam em época de cursar o Seminário maior (curso de filosofia e teologia) para o Seminário Central do Ipiranga, S. Paulo, enquanto os do Seminário menor (curso ginásial) foram matriculados no Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, em Belo Horizonte, onde logrei matrícula.

Em 1939 deixei o Seminário para servir à pátria, incorporando-me no 14º R. I., que tinha a sua sede em S. Gonçalo — Niterói. Nesse mesmo ano, após sete meses de vida militar, regresssei ao Seminário Provincial de Diamantina, donde saí, definitivamente, em 1941. Deste modo, verifique-se que, embora involuntariamente, cursei em quatro Seminários, do Brasil.



O seminarista Paulo Ferreira da Rocha, no Seminário de Niterói.

5) Declarar publicamente que a Igreja Brasileira não tem dogmas absurdos. Seus dogmas são unicamente os dogmas científicos, caminhando, como ela caminha, paralelamente, com a ciência para o infinito, no mundo visível e no mundo invisível.

Venham para a luta aqueles que tiverem coragem de enfrentar o Vaticano. Dignificando-se, estarão dignificando o Cristo e a Pátria.

Tôda a correspondência deve ser dirigida ao Revdo. Padre Olinto, Ferreira Pinto, Rua do Couto, 54 — PENHA — RIO DE JANEIRO.

O Centro Difusor da ICAB pede aos amigos do movimento de regeneração cristã, que visa libertar a Pátria dos seus maiores inimigos, que são o Núncio Apostólico, os Cardiais, os Arcebispos e Bispos "Romanos", com seus padres, frades e freiras, mandem livros para a sua biblioteca, dentro do seu programa de ação.

Aniversário do fechamento da ICAB.

No dia 27 de Setembro, a ICAB festejou, com grande entusiasmo, o segundo aniversário do seu fechamento, pelos esbirros do Tribunal da Inquisição dêste malfadado governo Dutra — tal é a policia facinora que deslustra o passado republicano do Brasil. É a policia do fascismo clerical, de braços dados com o fascismo imperialista do dolar, que está desgraçando a nossa Pátria.

Esse dia, na ICAB, é considerado dia de ação de graças porque, na realidade, a perseguição do VATICANO, pelos Cardiais, e do Governo Dutra, foi a melhor benção que a ICAB recebeu, até hoje.

Escolheram, para essa perseguição, o dia dos gloriosos mártires Cosme e Damião, porque os Cardiais sabiam que era um dia de muito movimento, na Penha. Muitas missas e muitas procissões populares. Bandos de criancinhas anunciavam, nas ruas da Penha, os festejos populares. E foi contra essas criancinhas que o criminoso governo de Dutra assentou suas metralhadoras!... Covarde!... Seus mandatários já receberam a repulsa do povo!... O dia de Dutra chegará, também!... Como não? Tôda perversidade está sujeita á lei de retôrno e muitas foram as perversidades cometidas, por Dutra, no seu nefasto governo.

Como nos anos anteriores, várias foram as procissões de criancinhas e muitas as missas celebradas.

Os gloriosos mártires Cosme e Damião continuam sendo, na Igreja Brasileira, desagravados pelos crimes cometidos, por Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Carmelo de Vasconcelos Mota, por Dutra & Cia.

À tarde houve distribuição de doces ás crianças.

Assistência aos Centros Espíritas:

Tiveram assistência religiosa da ICAB os seguintes Centros Espíritas:

S. Catarina e S. Miguel.

S. Sebastião, de Eden.

Tenda Espirita de N. S. da Glória.

Caboclo Pena Verde.

Senhor Bonfim.

S. Jorge.

S. Jorge.

S. Antônio.

S. Sebastião-Bonsucesso.

S. Jorge.

Caboclo Alvorada — Terra Nova.

S. Sebastião.

Caboclo Roseira.

S. Jorge..

Caboclo das Sete Estrélas.

Festa de Nossa Senhora Menina

No dia 8 de Setembro, foi solenemente comemorada a festa de N. S. Menina, com primeira comunhão das crianças, mesa de doces e grande procissão, á tarde, percorrendo as principais ruas da Penha e entrando no I.A.P.I.

Em baixo do pálio, presidia á procissão S. Ex. Revma. o Sr. Dom Carlos Duarte Costa, Bispo do Rio de Janeiro.

Abrilhou a festa uma banda de música.

EST. DE PERNAMBUCO

Instalada a paróquia de N. S. do Carmo de Recife, o povo pernambucano já vai compreendendo o idealismo da Igreja Brasileira. Visa ela o retôrno aos costumes dos primeiros tempos do cristianismo e a expulsão do território nacional dos seus maiores inimigos: os Agentes e Empregados do VATICANO, que são o Núncio Apostólico, os Cardiais, os Arcebispos e Bispos, Padres, Frades e Freiras, que mandam as nossas economias para fortalecer o Império do Vaticano, propulsor de guerras e revoluções.

A guerra movida, pela Igreja Romana, contra a Maçonaria, continua, em Pernambuco, tendo dado demonstração disso, no falecimento do Sr. Euclides Neto, tendo sido proibidos sufrágios ao morto, por ter enviado uma corôa, a fim de ser depositada na sua sepultura e ter acompanhado ao cemitério a "Loja Filotimia".

Não ficou, porém, privada a bela alma do Sr. Euclides Neto dos sufrágios dos sinceros cristãos, tendo celebrado missa, pelo seu descanso eterno, o Ilmo. e Revmo. Sr. Padre Dr. Diamantino Costa, Pároco de N. S. do Carmo, da ICAB, em Recife.



O Padre Raimundo Simplício de Almeida, Pároco de S. José de Fortaleza, no Ceará, organiza a Juventude da Igreja Brasileira.

Esteve, ainda, o Padre Dr. Diamantino Costa, na Colônia Delfos, em visita.

As missas dominicais estão com boa frequência. "Luta!" está tendo muita aceitação, no Estado.

ESTADO DE S. CATARINA

O dia da Pátria foi solenemente comemorado, por S. Ex. Revma. o Sr. Dom Antídio José Vargas, Bispo de S. Catarina, com o lançamento da pedra fundamental do Colégio das crianças pobres de Lajes. Muito concorrida foi a procissão de N. S. Menina.

Aqui reproduzimos o programa da festa comemorativa do quinto aniversário da fundação da Igreja Brasileira, em Lajes.



Imposição das mãos, na ordenação do Padre Raul Clementino Smania.

GRANDE FESTA RELIGIOSA

Comemorando o seu quinto aniversário em Lajes, a IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA promoverá — de 22 a 29 do corrente a tradicional festa de Nossa Senhora dos Remédios, grande protetora dos doentes.

PROGRAMA - CONVITE

Dia 22 — Domingo — Às 7,30 da noite, terão início as Novenas festivas, com bênção dos remédios e dos enfermos.

Dia 26 — Aniversário da Igreja:
Às 9,30 da manhã - Missa em Ação de Graças.

DIA DA FESTA, 29 DE OUTUBRO

Às 7,30 da manhã — Missa e Comunhão Geral dos fiéis devotos de N.ª S.ª dos Remédios.

Às 10 horas — Missa Festiva, seguindo-se a bênção solene da preciosa Imagem do Divino, com padrinhos e madrinhas, e a Procissão.

Às 12 horas — Grande churrascada e inauguração dos alicerces do prédio escolar da Diocese.

Durante as festividades, haverá vários divertimentos e passa-tempos no pátio e no local da construção

MORDOMOS

Os Srs. Mordomos presidirão e abrilhantarão as suas Novenas, conforme a tradição e regulamentação interna.

PRENDAS E DONATIVOS

Aos de boa vontade e espírito de compreensão dirigimos o nosso apêlo, a favor da construção da nossa Escola.

REMÉDIOS E ERVAS MEDICINAIS

Os interessados podem trazê-los e serão benzi-dos, por ocasião das Novenas, de acôrdo com a tradição ritual da ICAB.

Brasileiros, vinde todos!

EM CRISTO PELO BRASIL
A Comissão Diocesana.

Visto
Lajes, Outubro de 1950.
Dom Antídio Vargas
Bispo Diocesano.

Estado do Ceará

A Capela onde está instalada, provisoriamente, a paróquia de S. José de Fortaleza, passou por grandes reparos.

O dia de finados foi condignamente comemorado.

A paróquia ganhou uma tela, representando o transito de S. José.

A generosidade dos adeptos da ICAB foi demonstrada, com a doação de vários objetos e alfaias para a paróquia.

Foi religiosamente executado o programa dos festejos de N. S. Menina, traçado pelo zeloso pá-roco, Padre Raimundo Simplicio de Almeida.

As notícias que chegam do Ceará dizem que o povo vai recebendo com muito entusiasmo a sua Igreja, isto é, a Igreja Brasileira, cansado, como êle está, dos padres "Macários" e da LEC.

Do "Diário do Povo", de 15 de Novembro de 1950, transcrevemos:

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA BRASILEIRA

Uma resposta ao "vigário" romano dos Navegantes

Todas as vezes que o "vigarinho" dos Navegantes sabe que há um casamento nesta Paroquia de São José, da Igreja Católica Brasileira, ele fica irado e invejoso, e, não respeitando a sua "Casa" de comércio, exclama: "É' mais um amigado!"

Fique sabendo, sr. Helio, que invalidos são os sacramentos administrados pelos "vendilhões" do Templo, porque são todos eles tableados e vendidos como se fossem mercadorias.

Maria Marinho

Vamos humanidade, vamos à frente
Da verdadeira luz que ao mundo ilumina!
Descortinemos logo o vasto horizonte
Que esboça-se no mundo p'ros céus se inclina!

Vamos humanidade! A nossa rotina
Deve-se enveredar em rumo da ponte
Que nos serve de guarda e enfim nos defronte
Aos planos siderais que Deus nos destina!

Lutemos pela paz; ela nos perfuma
De uma alegria franca e mais se avoluma
No ilimitado Sêr — Pai que nos escuta!

Vamos humanidade! E vamos à "Luta"
Seguindo o lutador que esta paz restaura!
— Carlos Duarte Costa — Bispo de Maura!

Belo Vale, 16-12-950.

BRASILEIROS: AVANCEMOS Cont. da pág. 7

preponderante. Mas êsse passado está incorporado nela tão poderosamente, que é impossível ela se libertar.

Os nossos dias são uma supervivência, venerável e poderosa de séculos passados. A vida passa a seu lado. Sua intervenção nos acontecimentos dos últimos anos foi absolutamente insignificante, e nada prova melhor sua decadência do que a hora triste, por que passa a Humanidade. Guia da Humanidade, senhora, em outros tempos, da espada espiritual e da espada temporal, hoje, teve que ceder a uma e a outra.

O Catolicismo Romano está divorciado, completamente, do pensamento religioso, da vida social e do progresso da Humanidade.

Esta é a verdadeira situação do Catolicismo Romano. Felizmente, o povo brasileiro já o está compreendendo. As eleições de 3 de Outubro dizem claramente. Esmigalhemos a cabeça da serpente, para que o povo brasileiro tenha noção exata de Cristo, e a nossa Pátria se liberte do seu maior inimigo: O PAPA.

Brasileiros: Avancemos.

Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1950.

ONTEM E HOJE Cont. da pág. 35

cipes da Democracia" defendem, exaltando os truques plutocráticos dos maiores inimigos do Brasil, como o Tribunal de Contas acaba de verificar e denunciar.

"Prejuízo, divulgou a imprensa carioca de dois bilhões de cruzeiros, entre receita sonogada e despesa fictícia".

E, mais ainda, "serão processadas altas patentes do Exército, da Marinha e civis de alta projeção, nos meios sociais, em consequência de graves e criminosas irregularidades praticadas contra o Erário Nacional".

É preciso não esquecer, porém, que todos êsses "figurões assinalados" são, em geral, os "mais generosos benfeitores do Clero Romano, porque, julgam que essa incontestável obra de caridade atenua a penalidade das culpas, dos êrros e dos crimes perpetrados, e garante ou assegura, dêste modo, a respectiva "salvação, persuadidos de que só quem dá dinheiro ao Clero Romano ou compra as indulgências plenárias ou, em expectativa, alcança o perdão de Deus".

(Cont. da pág. 18)

Roma (Constantinopla) com a da Antiga Roma. "Por tais sucessos naturalmente cresceu a autoridade temporal e a importância política da S. Sé, e por isso o Pontificado de Leão abre uma nova era na história do papado", diz o Dr. Bardenhewer à página 361 do Segundo Volume do seu Manual de Patrologia, edição italiana.

Ora Leão, como vimos, foi homem de larga envergadura moral e de raro descortínio político. Não lhe podia escapar a importância da confissão secreta, como meio de facilitar a consecução de seus grandiosos planos. Esta a verdadeira causa (puramente política) do seu Decreto proibindo a confissão pública, como até então se fazia, e só permitindo a confissão secreta a sacerdotes aprovados especialmente para tal.

A título de curiosidade lembramos ainda o seguinte: — No Século Onze surgia outro Bispo de Roma que bem se pode comparar a Leão I. Foi Gregório Sétimo. Este porém, em vista dos tempos politicamente mudados deu ao caso uma solução diametralmente oposta à de Leão. Permitiu que os fiéis se confessassem aos leigos, e que até as Eminentíssimas Abadesas se sentassem no confessionário para ouvir e perdoar os pecados de suas Ovelhas. Tudo pura política. De religião, nem sombra. E êste costume durou até o século quinze.

PARA CONCLUIR: — 1) Nos quatro primeiros séculos, só havia penitência como ato de reparação ou de satisfação em público. 2) — Em algumas Dioceses talvez houvesse a praxe da acusação (quando espontânea e de pecados ocultos) ao Bispo ou ao Presbítero Penitenciário. Isto, porém, só em algumas Dioceses e não na Igreja em geral, sendo ainda assim sempre pública a penitência. 3) — Até o Século Treze, a fórmula da Reconciliação dos Penitentes era deprecativa. Por exemplo, o Sacramentário Gelasiano, traz a seguinte: — "Deus Onipotente e Sempiterno, perdôa por tua piedade a êste teu servo que a ti se confessa, a fim de que não lhe seja mais forte para o castigo o reato da sua consciência, que a indulgência da tua piedade para o perdão." Veja-se por esta fórmula (semelhante a tôdas as outras então em voga e mesmo às que até o dia de hoje se usam nas Igrejas Cristãs do Oriente) que o confessor não tinha a presunção temerária de afirmar como manda o Concílio de Trento: — "Eu te absolvo (perdôo) dos teus pecados".

4) — Que o Ministro da Penitência não era só o Bispo, e nem só o Sacerdote, mas também o Diácono, sendo mesmo permitido desde o Século 11, até o Século 15, a confissão a fiéis leigos. Esta licença chegou a tal ponto que as Abadesas, que usavam Báculo, Mitra e Cruz Peitoral, se sentavam no confessionário para ouvir e perdoar os pecados das suas Monjas a isso obrigadas.

Concluimos pois, que o Concílio Tridentino não expôs retamente a doutrina da Igreja Primitiva, como falsamente e reiteradamente alega. E isto, não por não a conhecer, mas porque era conveniente que os Sacerdotes especialmente aprovados para ouvir confissões, tivessem sempre a porta aberta para introduzir nos corações e na vida prática de seus clientes, os costumes que mais conviessem à política da Santa Sé, isto é, da Companhia de Jesus. A confissão pública de forma alguma poderia servir a êste intento, sabido como é que a diplomacia da Santa Sé é a mais procaç e a que mais segredos exige.

As descobertas arqueológicas de Goiás

Domingos Magarinos

Quanto mais estudo o Brasil e os brasileiros, mais se radica e revigora, no meu entendimento liberto dos complexos de inferioridades, sugeridos pelo sinistro *perinde ac cadaver* dos "nossos primeiros mestres", a necessidade imperiosa e urgente de eximí-los dessa nefasta xenocracia religiosa, filosófica e científica que a Europa, com o pavôr do Inferno e do Diabo, e a *guerra fria* dos seus poderosos canhões, conseguiu impôr às demais partes do Mundo Contemporâneo, apesar da cultura e civilização maravilhosas que, conforme a tradição e a história, floriram através de milênios, na Oceania, na África, na América e bem assim, na Ásia e na própria Europa, terras que a documentação geológica, colhida à luz da Ciência Oficial, permite admitir: "foram, justamente, os dois últimos continentes emersos do nélogo universal", como quiseram assegurar Lund, Laparent, Branner, Gerber, Hartt e tantos outros geólogos de apregoada celebridade, embora, nem sempre, com a necessária isenção de ânimo.

Já tive ensejo de aludir aos dizeres sensacionais do *Boletim de Informações do Brasil*, órgão oficial de publicidade, editado e mantido pelo Ministério do Exterior, relativos a importantíssimas descobertas arqueológicas, "realizadas pelo engenheiro Apolônio Frot, nas Serras das Mangabeiras e Serras das Figuras, no Estado de Goiás". Monumentos ciclópicos, prestes a derruir".

O encontro dessas ruínas de uma antiquíssima cidade morta, no interior do Brasil, isto é, no planalto central que a geologia tem elementos científicos para considerar a secção da Terra, primeiro emersa do pélogo universal (1) — palácios, templos, túmulos, estátuas e outros monumentos arquitetônicos — não pode ser lançada, intencional e criminosamente, no limbo do esquecimento, como tantas outras, porque, trata-se de uma *comunicação oficial*, o *Boletim de Informações do Brasil*, editado e mantido pelo Ministério de Exterior. Está, para todos os efeitos, juridicamente autenticada, tecnicamente comprovada, logicamente consagrada.

É costume, diante de provas e documentos desta natureza, toda a vez que se cogita de assuntos relativos à antiguidade geológica da América e antropológica do *homo americanus*, sorrir, desdenhosamente, ou encolher os ombros, em sinal de piedosa compaixão do "infeliz demente que pronuncia a supina heresia religiosa e científica".

Desta vez, porém, a coisa muda de figura; é um engenheiro militar, diplomado por uma faculdade nacional, de inegável competência e autoridade legal e constitucional, que vulgariza, revela assevera, em uma revista oficial, publicada pelo GOVERNO BRASILEIRO, o resultado técnico, objetivo, científico de pesquisas, por ele próprio procedidas, no território nacional.

Esses escombros, pelo seu estilo e pelo seu visível desgaste, demonstram a quem conheça um pouquinho de arqueologia e fale com um pouquinho de sinceridade, a existência insofismável de um povo culto e civilizado que, ha muitos milênios, habitou essa região, ainda misteriosa, do *hinterland* brasileiro, fato que não pode passar despercebido à ciência, porque DETERMINA INEGAVEL REVOLUÇÃO NOS ESTUDOS DA PRÉ-HISTÓRIA DO BRASIL e, quiçá, do Mundo.

É bem verdade que os próprios comentadores das **DESCOBERTAS CIENTÍFICAS**, em GOIAZ, segundo a sugestiva epigrafe do artigo inserto no *Boletim de Informações do Brasil*, só enxergaram, em todo o maravilhoso acontecimento, uma única vantagem que sintetizaram na seguinte frase: "cabe, portanto, ao governo, facultar ao turismo o acesso fácil e confortável a essas ruínas".

Pelas pequenas coisas podemos avaliar as grandes, ensina velho brocardo.

Este *nadinha* desvenda-nos um horizonte ilimitado, porque atesta a indiferença, a insinceridade, a má fé dos que se arvoram em juizes de questões congêneres.

Revelam o propósito, o intuito em evitar, de todas as maneiras, que a luz da lógica e da verdade dissipe a "treva impenetrável" em que procuram mergulhar provas e argumentos que destroem os seus conhecidos *tabus* relativos ao "insolúvel problema", como deram para assoalhar, na impossibilidade absoluta de contestá-lo no cadinho da probidade científica.

Não é de hoje, porém, que esse montruoso critério exerce a ominosa função de fogueira inquisitorial, em plena Idade Média, porque ninguém ignora que, além de inúmeros monumentos magalíticos (*dolmens, menhirs, cromleks*, etc.) do Amazonas ao Rio Grande do Sul, do litoral ao interior do país, a todo o instante, são descobertos escombros arqueológicos, muitos dos quais já foram apreendidos pela fidelidade insuspeita dos aparelhos cinematográficos.

Contudo, todos esses exemplares arqueológicos e gliptográficos, sobejamente encontrados, no vasto e misterioso território nacional (pirâmides, tórres, colunas, cruzeiros, estátuas, lápides e outros monumentos e símbolos de pedra, em estado de absoluta ruína, prova da sua multimilenária antiguidade) são, sistematicamente considerados, "rochas erodidas, penhascos corroídos, arenitos ou ainda, *itacolomitos* modelados pela influência mecânica dos ventos e das águas ou ação físico-química da própria atmosfera".

Os que se julgam donos exclusivos do Saber Humano e tiram partido ou lucro do prestígio que a convenção oficial lhes confere e a ignorância da maioria assegura (basta citar o caso dos nossos minérios servindo de lastro a navios estrangeiros) temem contrariar o *magister dixit*, da neo-escolástica dos chamados "sábios do Velho Mundo", na insídia criminosa de provar a irracionalidade dos aborígenes, justificar o incruento massacre de povos civilizados e, sobretudo, ocultar a pilhagem, a rapina de tesouros e reliquias, maravilhosas obras de arte e valor, ouro, prata, pedras preciosas, o vultoso espólio da cultura e civilização pre-colombianas, transportado pelas bojudas caravelas para os tres países latinos do *Mare Nostrum*, Itália, Espanha e Portugal, de acôrdo com o decreto pontifical de Alexandre VI, universalmente comentado.

No *Dicionário Geográfico de Pernambuco*, Sebastião Galvão fala-nos em templos, colunas, abóbadas, escadas, lápides encontrados no solo e no subsolo do grande Estado nordestino.

Cândido Costa, referindo-se, também, aos escombros arqueológicos de Pernambuco, cita o célebre e majestoso templo do Rio Verde, no interior do aludido Estado, onde, além de um cruzeiro de pedra,

havia um sino, também, de pedra que vibrava, como se fosse bronze, e era acionado pelo próprio vento, HURAKAN, deus de um dos cultos hieráticos mais antigos da América pre-colombiana.

No volume primeiro da *Revista do Instituto Arqueológico Brasileiro* lêse a notícia minuciosa de uma cidade morta, nos sertões da Bahia. Alfredo Brandão, no seu precioso livro *A escrita pré-histórica do Brasil*, não só alude às provas da existência dessa cidade milenar, como traduz ou interpreta várias inscrições gliptográficas, encontradas "nas ruínas ou vestígios da referida cidade".

A cidade de pedra, do Piauí, prova robusta, indestrutível, da antiguidade milenária do Brasil, está no mesmo caso.

Assim, o *Busto de Iurupari*, no Corcovado, a *Esfinge do Paraná*, o *Dêdo de Deus*, os *Morros piramidais*, de Mato Grosso, os fundamentos de uma cidade pré-histórica, descoberta em Batalha, Estado de S. Paulo, os alicerces de uma construção monumental, assinalados em Santa Maria (Rio Grande do Sul) e bem assim, uma infinidade de *vestígios materiais* de templos, palácios, túmulos, ídolos ou estátuas, como esses encontrados em Goiás, destruídos pelos catequistas e conquistadores espanhóis e portugueses, conforme escreveu José Fernandez Nodal, citado pela competência e probidade invulneráveis de Couto de Magalhães.

Enfim, são tantos e tão positivos os documentos e testemunhos, de todos os gêneros, muitos deles existentes no Museu Nacional ou, ainda, nas regiões em que foram descobertos e focalizados pela fotografia ou pela cinematografia estrangeiras, que, manda a verdade confessar, é, absolutamente impossível empanar o sol radiante da realidade com a trama insidiosa da "ultramontana peneira inquisitorial".

Os povos que habitaram a América e o próprio Brasil, escreveu von Martius, nem sempre revelaram a decadência moral e material, o grau inferior de cultura e civilização que a nudez dos indígenas, os arcos, as flechas e os tacapes, as *ocas*, as *caçurras* e as *tabas*, a selvageria, em suma, documentaram, conforme a opinião geral, dos catequistas e conquistadores. Esses povos não começavam; acabavam.

O que se passou, outr'ora, na Ásia e se passa, presentemente, na Europa, permite afirmar que todos os povos tiveram e têm a sua aurora e o seu crepúsculo, o seu fastígio e a sua decadência.

A Oceania, a África e a América não constituíram exceção.

Rio, 27 de Maio de 1950.

(1) Rochas netunianas que surgiram do fundo dos oceanos, por ocasião do primeiro movimento orogênico, gênese dos primeiros continentes, em consequência do enrrugamento da periferia, determinado pelo contínuo arrefecimento da prosfera, o núcleo ígneo da Terra, como reconhece a própria Ciência Oficial.

D.M.

LUTAI, BRASILEIROS!

Os brasileiros dignos do Brasil, na hora presente, devem deixar de lado o *comodismo*, o *mêdo a covardia*, e lutar por um Brasil digno dos brasileiros, enfrentando, combatendo e varrendo do território nacional, todos os funcionários do Vaticano: Nuncio, Cardeais, Bispos, Padres e Freiras — Essa é a ordem! Esse o avançar do Bispo de Maura — Dom Carlos.

LUTA

Maria Marinho

"Luta" é uma Revista ciclópica, produto de um cérebro ciclópico, produto de um espírito evoluído que projeta seus lances nos mais recônditos segredos da natureza humana.

Todos os subterfúgios, todos os tramas urdidos pelas consciências supuradas afeitas a contaminar os espíritos incautos; todas as imundícies religiosas, políticas e sociais, Luta, tem, magna e deslumbrantemente desbravado esse pântano povoado de vibrações patogênicas afim de preservar a humanidade dêsse martírio de ainda se conservar por milênios (se tanto durasse êsse planeta) de continuar ainda por milênios atolada nêsse charco peconhento que destrói todas as belezas da essência divina! Cada cérebro orgulhoso, usurário, mentiroso, sanguinário, preguiçoso, salafário e belicoso é um brejo que em vez de possuir massa encefálica fosforescente possui e transmite no seio da humanidade obscura os mais perigosos germes atrofiadores, fazendo de cada vítima algoz de sua própria existência física, espiritual e psíquica.

Para que todos os seres humanos e demais viventes que estão sob o domínio dos homens pudessem aspirar perfume das flôres e respirar o sôpro renovador dos glóbulos vermelhos, para que a humanidade pudessem contemplar nas féculas dos cereais o sangue, o pão e o vinho transformados em hóstia consagrada, para que êsses mesmos viventes pudessem pela manhã e à tardinha (momentos maravilhosos da natureza) pudessem elevar o pensamento aos planos siderais e receber de lá flúidos salutareis nos acordes misteriosos da harmonia divina, para que o homem recebesse no coração todas essas sublimes carícias do Criador; bastaria que cada criatura responsável pelos seus atos possuísse um pedacinho de terra e cultivasse a mesma de acôrdo com suas fôrças e necessidades materiais, incluindo nesse trabalho o cultivo do espírito! Que o labor produtivo e o amor fraterno fossem os companheiros inseparáveis do homem e tudo estaria salvo.

Belo-Vale, 16-12-950.

I. C. A. B.

Especial para a revista "Luta!"
Antônio José Rêgo

Alguém talvez ignora
Estas letras separadas
Pois formam o nome — Senhora
Das histórias mais Sagradas.

A ICAB não penhora
Direitos — (cousas compradas),
O ruim Ela põe fora
Fica só e sãssugada.

Porisso temos um lema
Que é o mais bélo poema
Porque ninguém o permuta.

Vou dizê-lo com ansiedade:
"Por Deus, Terra e Liberdade,
Brasileiro, Avante. "Luta!"

Em Teresina, 14-12-950

A V I S O

A redação de "LUTA!" avisa a todos os assinantes que, com o n° 12, terminou todo e qualquer compromisso da remessa da revista, precisando reformem suas assinaturas, para poderem continuar a recebê-la.

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 1950.

A REDAÇÃO

"L U T A"

Recomenda a leitura dos seguintes livros, de autoria do Sr. Arlindo Colaço, grande escritor pátrio e populoso de um Brasil novo, liberto do fanatismo, da superstição e da ignorância, males sociais injectados, pelo Padre Romano, na Humanidade, impedindo o seu aprefeiçoamento.

ARLINDO COLAÇO contratou com o editor Batista Lino, diretor da OFICINA IMPRESSORA ARTÍSTICA LTDA. de São Paulo a publicação do CLERICALISMO E ROMANISMO.

Livro de combate às mistificações clericais e ao regime ditatorial ultramontano, único responsável no Brasil e no Mundo pelo retardamento de nossa civilização e pelo atraso intelectual e moral de todos os povos, onde domina e governa.

Livro que mereceu os aplausos e recebeu a aprovação, no Rio, de Dom Carlos Duarte Costa, ex-bispo de Maura, de Roberto das Neves publicista português, gerente da Editora GERMINAL, do filólogo, poeta e professor do Colégio Pedro II, José Oiticica; e, no Estado de São Paulo, a solidariedade do conhecido lutador Edgard Leunroth, diretor de A Lanterna e d'A Plebe e do escritor e panfletário Everardo Dias. É o segundo de uma série. O primeiro, quasi exgotado DOMINIO NEFANDO e o terceiro será intitulado SERMÕES HERÉTICOS.

A capa do livro aparecerá em tricomia, contendo ainda no texto muitas gravuras que constituiram

obstáculos e publicação da obra, pois algumas editoras do Rio se recusaram publicá-lo, alegando tratar-se de um trabalho forte que poderia ocasionar "barulho" ou mesmo pôr em reboliço a casta sacerdotal.

Um parlamentar aconselhou protelar por mais tempo a publicação, afirmando não ser oportuno o momento para divulgação de trabalho dessa natureza.

Pedidos para:

Arlindo Colaço.

Alagôa Nova - Paraíba.

Já publicados:

"Confissão auricular"

"Defesa que mais condena"

"Nêsse passo Eles vão até Honolulu"

"Ensino Atualizado"

A publicar:

"Sermões Heréticos" (Ilustrado com gravuras no estilo das do livro Velhice do Padre Eterno de G. Junquiro).

"O Poder Eclesiástico" (Uma separata contendo, no final, um capítulo intitulado "O Vaticano, a Democracia e o Integralismo").

"Avanço nos Cofres Públicos".

"Confissão Auricular" (Esta brevemente em 2 edição, com o manifesto á Assembléia Constituinte do Príncipe Regente, Padre Diogo Antonio Feijó, sobre a necessidade da abolição do Celibato Clerical").

"Literatura E. do Brasil".

"A Sra. Dona Imprensa" (Nesta obra serão respondidas as catilinárias, lançadas contra o autor por um cônego no jornal dos tonsurados paraibanos).

LUTA!

Assinar "LUTA" é dar demonstração de querer libertar a Pátria do jugo nefasto do Vaticano, corruptor de consciências e blasfemador de Deus.

Dom Carlos

A Igreja Católica e a Paixão Política

ROMA CAPITULOU DIANTE DO COMUNISMO

Incoerência entre as atitudes assumidas pelas altas autoridades da Igreja de Roma, na Hungria e no Brasil — Enquanto em Budapeste, o clero se mancomunava com o comunismo, no Rio de Janeiro e no resto do Brasil, a

L.E.C. entende de ditar ordens ao eleitorado do país — Convênio comunista-católico na Hungria

A opinião pública continua aturdida e estufada ante a descabida intromissão da chamada Liga Eleitoral Católica nos assuntos político-partidários, arvorando-se em selecionadora de candidatos a cargos eletivos e arrogando-se o direito de liberar ou vetar nomes, adotando para tal um critério esdrúxulo e inconcebível para não dizermos medieval e cem por cento reacionário.

Não sabemos, até que ponto chega a falta de senso de redículo dos mentores da LEC, mas o fato é que, fingindo ignorar a Constituição e o Código Eleitoral, essa inqualificável instituição atingiu as raízes do incrível e, por que não dizê-lo? da auto-desmoralização, ao procurar estabelecer distinções entre candidatos do povo além das que já se encontram capituladas nas leis que regem a matéria.

Todos sabemos, no entanto, que só nos países tidos como atrasados, e isso a critério dos altos chefes da Igreja Católica, é que o clero intervém na sua política interna, da maneira afrontosa como se dá entre nós. E ao dizer isso, lembramo-nos de examinar os atos de governos totalitários, como os de então na Alemanha e na Itália, só tomando uma atitude, recentemente, no caso da Rússia, premiada pelas inundações da política internacional, com os Estados Unidos à frente, que exigiam uma definição e uma posição, que vieram afinal, embora envoltadas em panos, e que provaremos a seguir.

Dissemos que a Igreja Católica está agindo, politicamente, de acordo com as conveniências, é claro, em cada país. Tanto é assim que, para um mesmo caso, as vezes, adota ela duas atitudes conforme as circunstâncias no espaço e no tempo.

Vejamos, a propósito, o caso do cardeal Mindszenty, que abalou a opinião pública do mundo ocidental. Enquanto nas nações católicas da Europa e da América inclusive o Brasil, a Igreja Romana explorou ao máximo o patético do episódio, organizando romarias e procissões, como a que houve no Rio de Janeiro, nos países da Europa Oriental, notadamente na Hungria, o Vaticano procurou esquecer o incidente, evitando referir-se ao mesmo na imprensa católica por trás da "cortina de ferro".

As críticas que formulamos à atitude político-partidária da LEC não implicam em não reconhecimento, de nossa parte, do direito que têm os católicos de participarem da vida política nacional. Seria isso até pueril, uma vez que reconhecemos constituírem maioria os católicos em nosso país. A questão reside no fato de que, se a LEC deseja fazer política, que se constitua em partido político e participe, ativamente como na Itália o Partido Democrata-Cristão, na França e em outros países. Politicar, pura e simplesmente, pelo simples desejo de confundir e semear a discórdia nos meios eleitorais e político-partidários, isso não fica bem para a Liga Eleitoral Católica. Convenhamos em que essa tarefa já está a cargo do senador Góis Monteiro, que não admite por certo concorrência desleal como essa...

Reportando-nos às relações entre o Vaticano e o governo comunista da Hungria, não nos furtaremos ao prazer de reproduzir informações divulgadas pelo correspondente da A.E.P. em Budapeste e que foram publicadas no boletim semanal da mesma Agência. "Information et Documentation", em seu número de 9 de setembro corrente.

Diz o aludido correspondente que "as negociações entre a Igreja Católica e o Estado húngaro conduziram, finalmente, a um acordo, a 30 de agosto. Monsenhor Grosz, arcebispo de Kalocsa, em nome do corpo episcopal, e o sr. Darvas, ministro da Instrução Pública e dos Cultos em nome do governo, apuzeram suas assinaturas sobre o documento que põe termo, em princípio, à luta mais ou menos aberta que se desenrola entre esses dois poderes, desde a instauração do regime da democracia popular".

Prosseguindo, escreve o representante da A.F.P. em Budapeste que, "depois de haver indicado que o Conselho dos Bispos aprova a Constituição húngara e que se declara pronto a agir contra os prelados que desenvolvam uma atividade hostil à ordem estabelecida, o texto do acordo precisa que o Conselho "condena resolutamente toda atividade subversiva, de onde quer que proceda, dirigida contra o regime do Estado húngaro".

"O Conselho dos Bispos — prossegue o documento — apela para os fiéis, bem como para os cidadãos e patriotas, no sentido de que participem com todas as suas forças do trabalho grandioso que cabe a todo o povo húngaro, dirigido pelo governo da República Popular, de executar o plano quinquenal destinado a elevar o nível de vida e a realizar a justiça social".

"O Conselho dos Bispos apoia o movimento pela paz, condena toda atividade belicista e a utilização da bomba atômica, e, por conseguinte, considera que o governo que primeiro lance mão dela tenha, assim, cometido um crime contra a humanidade".

Informa ainda o citado jornalista que, de acordo com o convênio comunista-católico de Budapeste, o governo húngaro se comprometeu a *subvencionar a Igreja Católica* e que um comitê misto, composto de representantes do governo e do corpo episcopal será constituído, para executar o acordo.

E? o caso, pois, de se perguntar aos dirigentes da LEC: por que não vão dar seus "palpites" lá em Budapeste? Por que não transmitem seu protesto junto ao Vaticano, contra a atitude dos altos dignitários da Igreja Católica da Hungria, que assim se decidiram a *mancomunar-se com os fantoches de Moscou?*

Ora bolas!

De "O Mundo", de 25-9-1950.

O povo já começa a compreender a verdade e a lógica dos fatos. O que o Clero Romano quer é dinheiro e para atingir esse *desideratum*, impor ao Brasil, que tem a sua Constituição, o imperialismo dos seus *canones* medievais.